



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MARIA DAYANNE SAMPAIO FALCÃO

O REGISTRO POLÊMICO NO HIPERGÊNERO X: A PANDEMIA DA COVID-19

FORTALEZA

2024

MARIA DAYANNE SAMPAIO FALCÃO

O REGISTRO POLÊMICO NO HIPERGÊNERO X: A PANDEMIA DA COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Práticas discursivas e estratégias de textualização.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Dores Nogueira Mendes.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F1r FALCÃO, MARIA.
O registro polêmico no hipergênero X: A pandemia da Covid-19 / MARIA FALCÃO. – 2023.
117 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado
Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Maria das Dores Nogueira Mendes.

1. registro polêmico. 2. pandemia. 3. rede social X. I. Título.

CDD 907.220711

MARIA DAYANNE SAMPAIO FALCÃO

O REGISTRO POLÊMICO NO HIPERGÊNERO X: A PANDEMIA DA COVID:19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 25/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Maria das Dores Nogueira Mendes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Clara Gomes Mathias Cavalcanti
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

À Lúcia, minha mãe e primeira referência de mulher, de força e inteligência.

A Vicente (*in memoriam*), que nos deixou em 2021, vitimado pela Covid-19 e não poderá, infelizmente, me ver receber a titulação de mestre, mas que sempre acreditou que eu poderia ser tudo o que eu quisesse.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser fonte de fé, se ele quiser, eu piso onde ninguém pensou.

À minha mãe, por, por ter me amado e me criado sozinha, levantando cedo e deitando tarde. Agradeço por todo o esforço, sacrifício e abnegação para que não me faltasse nada. Agradeço pelos livros que ganhei dela de presente ao invés das bonecas, dos comprados em revistas de acessórios para o lar, até os grossos de capa dura que ela me trazia depois de uma Bienal. Os livros nem sempre foram uma escolha dela, mas minha, e sua sensibilidade aflorada sempre percebeu isso. Minha mãe, como uma mulher simples, crescida dando aulas em escolas de chão de barro, nem sempre entendeu o que eu queria fazer ou ser, mas sempre foi apoio e subsídio em todas as minhas escolhas, mesmo que seus esforços estivessem esgotando. Me orgulho da mulher que sou, também, porque nasci da história dela.

A meus dois irmãos mais velhos, Danielle e Vagner, que tiveram que fazer abdições para que eu tivesse sustento e educação.

A minha Orientadora Maria das Dores, por ser guia com alma de mestre, pela inteligência e maestria compartilhada comigo. Das Dores me acolheu e teve paciência em todas as orientações, me guiou como fazem “os grandes”. Por isso agradeço, em especial, à professora por toda a dedicação e humanidade envolvida nesta pesquisa. Com orgulho, já sou um dos frutos que ela pôs no mundo científico.

Aos meus amigos, que fiz de família: Brenda, Sandy, Silvana, Mykel, Gabrielly, Ivoneide e Rafaelle. À Brenda por seu amor, À Sandy por “esquecer” sua dor para acolher as minhas, À Silvana por sua escuta, por me amar de um jeito que eu nunca vi ela amar ninguém. A Mykel, Gabrielly e Ivoneide por estarem sempre “para mim” sempre que solicitados, em destaque o Mykel que dirigiu 75 km para me ajudar. À Rafaelle, por me fazer sentir que eu nunca estarei sozinha. Eles foram essenciais durante o processo de escrita dessa dissertação.

À professora Mariza Brito, por me despertar a paixão pela linguística na graduação, por todas as primeiras oportunidades que ela me proporcionou. Agradeço e honro seu carinho, da minha parte também, genuíno e recíproco. Todos os louros a minha primeira mestra na Linguística.

Ao grupo DISCUTA-UFC, pelas reflexões que construímos juntos.

À CAPES, por me financiar e financiar milhões de jovens que, assim como eu, são os primeiros cientistas de suas famílias.

À banca avaliadora, professora Maria Clara, do programa de Linguística da UFC, e à professora Mariza Brito, da UNILAB, pela dedicação e valiosas contribuições que enriqueceram esta pesquisa.

A todas e todos que, mesmo sem terem tido seus nomes mencionados, colaboraram, de alguma forma, na minha jornada.

“Para el bien y para el mal, no existe la casualidad.”

(Autor desconhecido)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar o registro polêmico sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil, em tuítes postados entre março de 2020 e dezembro de 2021. A fim de contribuir com o aparato teórico-metodológico de Dominique Maingueneau, no campo de estudo da análise tecnodiscursiva. Para contemplar esse objetivo, investigamos a dimensão enunciativa, o comportamento da cena genérica do registro e delineamos os posicionamentos construídos na dimensão semântica do registro polêmico na plataforma X. Nossa base teórica, no percurso para a consecução desses objetivos, fundamenta-se, especificamente, no aparato teórico-metodológico de Dominique Maingueneau sobre registro polêmico (incluindo suas dimensões enunciativa, genérica e semântica) e web (cenografia digital e hipergênero). Além disso, fazemos pequenas incursões sobre o discurso digital, na visão de Marie-Anne Paveau. A escolha do *corpus* considerou o delineamento de 4 fases da polêmica sobre a pandemia Covid-19 no Brasil, ocorrida no X, no período de março de 2020 a dezembro de 2021, perfazendo um total de 22 tuítes, 14 deles postados por perfis de políticos com filiação partidária ligada à extrema-direita e 8 por políticos de partidos considerados de esquerda. Após a descrição e interpretação do registro polêmico no X, nos aprofundamos na análise das três dimensões do registro sobre a pandemia em tuítes, evidenciamos as modificações que a web causa em cada uma delas. Em razão do enfraquecimento das cenas genérica e englobante e do protagonismo das cenografias na web, há uma desestabilização na lógica tradicional do campo discursivo/gênero/texto. Os recursos disponíveis no hipergênero X (“fio”, *hashtags*, “vídeos”, *prints*, imagens, *links*...) propiciam a construção de cenografias verbais e digitais que por sua vez, criam novas formas de polemizar, de desqualificar adversários e argumentar em um embate polêmico (como a transformação da lógica de leitura do “terceiro” que se visa convencer, ao incluir vídeos ou *links* nos módulos dos tuítes, dessa forma, conferindo novas formas de aderir credibilidade aos posicionamentos). Como consequência, na dimensão semântica do registro, entendemos que essas novas formas de polemizar, argumentar... transformam e sofisticam a defesa dos posicionamentos envolvidos na polêmica sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil.

Palavras-chave: registro polêmico; pandemia; rede social X.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the polemical discourse about the Covid-19 pandemic in Brazil, in tweets posted between March 2020 and December 2021. In order to contribute to Dominique Maingueneau's theoretical-methodological apparatus, in the field of study of technodiscursive analysis. To achieve this objective, we investigated the enunciative dimension, the behavior of the generic scene of the register and outlined the positions constructed in the semantic dimension of the Polemical discourse on platform in Dominique Maingueneau's theoretical-methodological apparatus on controversial registration (including its enunciative, generic and semantic dimensions) and the web (digital and hypergenre scenography). Furthermore, we make small forays into digital discourse, in the view of Marie-Anne Paveau. The choice of the corpus considered the outline of 4 phases of the controversy over the Covid-19 pandemic in Brazil, which occurred in X, from March 2020 to December 2021, making a total of 22 tweets, 14 of them posted by political profiles with party affiliation linked to the extreme right and 8 by politicians from parties considered to be left-wing. After describing and interpreting the polemical discourse on X, we delve deeper into the analysis of the three dimensions of the record about the pandemic in tweets, highlighting the changes that the web causes in each of them. Due to the weakening of generic and encompassing scenes and the protagonism of scenography on the web, there is a destabilization in the traditional logic of the discursive field/genre/text. Consequently, promoting changes in the construction and maintenance of discursive identities mobilized during the Covid-19 pandemic. The resources available in the hypergenre X (such as 'threads', hashtags, 'videos, screenshots, images, links...') facilitated the construction of verbal and digital scenographies, which in turn created new ways to polemicize, discredit opponents, and argue in a polemical debate (such as the transformation of the reading logic of the 'third party' one aims to convince, by including videos or links in the tweet modules, thus providing new ways to lend credibility to positions). Consequently, in the semantic dimension of the register, we understand that these new forms of polemicizing and arguing... have transformed and refined the defense of positions involved in the controversy surrounding the Covid-19 pandemic in Brazil.

Keywords: controversial record; pandemic; social network X.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial do X.....	39
Figura 2 - Página do perfil da autora no X.....	57
Figura 3 - Os impostos da cloroquina.....	58
Figura 4 - Produção da cloroquina em laboratórios brasileiros.....	58
Figura 5 - Prescrição da cloroquina.....	59
Figura 6 - Suposto sucesso do tratamento com cloroquina.....	59
Figura 7 - Recurso “fio”	61
Figura 8 - Ações do governo municipal, estadual e federal.....	62
Figura 9 - Vacina chinesa.....	64
Figura 10 - Módulo “Para você”	66
Figura 11 - Crítica ao projeto de governo de Bolsonaro.....	67
Figura 12 - Crítica à capacidade mental e gestora de Bolsonaro... ..	67
Figura 13 - Crítica ao veto à obrigatoriedade de máscaras.....	70
Figura 14 - Durante réplica à crítica de Gleisi Hoffman	71
Figura 15 - Crítica a obrigatoriedade da vacinação... ..	75
Figura 16 - Exilamento de esquerdista	76
Figura 17 - Incentivo a vacinação... ..	79
Figura 18 - Vacinação da cantora Rita Lee.....	81
Figura 19 - Benefícios da vacinação em São Paulo... ..	81
Figura 20 - Oposição as medidas restritivas	82
Figura 21 - Visualização da quantidade de perfis	84
Figura 22 - Recusa da vacina.....	85
Figura 23 - Passaporte vacinal.....	86
Figura 24 - Quarentena e teste negativo	87
Figura 25 - Saber-poder	88
Figura 26 - Suposta prisão por ausência de passaporte vacinal	90
Figura 27 - Projeto que impede a obrigatoriedade do passaporte vacinal	93
Figura 28 - Comentário discursivo.....	95
Figura 29 - Comentário-compartilhamento.....	96

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
2	O REGISTRO POLÊMICO	16
2.1	A polêmica como interincompreensão.....	16
2.2	<i>O registro polêmico.....</i>	<i>17</i>
2.2.1	<i>As dimensões do registro polêmico.....</i>	<i>19</i>
3	REGIMES ENUNCIATIVOS	23
3.1	<i>O instituído e o conversacional.....</i>	<i>24</i>
3.2	<i>Genericidade na web.....</i>	<i>25</i>
3.2.1	<i>O hipergênero na web.....</i>	<i>26</i>
3.2.2	<i>Hipergênero e cenografias</i>	<i>28</i>
3.3	<i>Formas de textualidades e a web</i>	<i>29</i>
3.3.1	<i>Da textualidade planejada a navegante</i>	<i>31</i>
4	O REGISTRO POLÊMICO NA WEB.....	33
4.1	<i>A dimensão enunciativa do registro polêmico no X</i>	<i>33</i>
4.2	<i>A dimensão genérica do registro polêmico na web.....</i>	<i>36</i>
4.2.1	<i>Da dimensão genérica à hipergenérica.....</i>	<i>36</i>
4.3	<i>A dimensão semântica</i>	<i>41</i>
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	45
5.1	<i>A seleção do corpus</i>	<i>45</i>
5.1.2	<i>Procedimentos metodológicos</i>	<i>50</i>
5.2	<i>A extrema-direita e a esquerda</i>	<i>52</i>
5.3	<i>O X na Pandemia.....</i>	<i>54</i>
6	O REGISTRO POLÊMICO EM TUÍTES SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19.....	56
6.1	O primeiro semestre de 2020: Cloroquina e cobrança por vacina	56
6.2	O segundo semestre de 2020: Obrigatoriedade do uso de máscaras, da vacinação e manifestações pró e contra a essas medidas	70

6.3 Primeiro semestre de 2021: Início da vacinação e trabalho.	78
6.4 O Segundo semestre de 2021: Medidas pós-vacinação (teste de Covid, escolha de tipos de vacina, máscaras e passaporte vacinal).....	85
6.5 A dimensão semântica (Os posicionamentos)	97
6.5.1 Posicionamentos de políticos filiados a partidos de extrema-direita: Necropolítica velada por meio de diversionismo, atitude positiva, aceno ao passado, instalação de pânico moral e luta por liberdade.....	97
6.5.2 Posicionamentos de políticos filiados a partidos de esquerda: pró-vacina, pró-medidas protetivas e exaltação da ciência	102
7 CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	113

1 APRESENTAÇÃO

O nosso interesse pelo estudo da polêmica vem sendo fomentado desde o período da graduação, a partir das reflexões promovidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Estudos em Linguística textual-Grupo GELT (UNILAB) sobre o papel das heterogeneidades enunciativas na polêmica como modalidade argumentativa, postulada por Ruth Amossy em sua Teoria da Argumentação no Discurso. Ao adentrar ao Mestrado em Linguística, na Universidade Federal do Ceará (UFC) e tomarmos contato com os trabalhos¹ produzidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais–Grupo Discuta (PPGLIN/UFC) acerca do registro polêmico percebemos essa convergência de interesses.

Especificamente, o trabalho de Mendes (2021) serviu como base para a ideia inicial deste estudo, na medida em que se fundamenta no instrumental teórico-metodológico da Análise do Discurso de base enunciativa proposto por Dominique Maingueneau, para analisar a construção do registro polêmico em torno do isolamento social durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Para isso, seleciona uma entrevista coletiva do então ministro da saúde Luís Henrique Mandetta e um pronunciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. Já, nesta dissertação, analisamos o registro polêmico sobre a pandemia contra a Covid-19 em um *corpus* da *web*. A nossa escolha por um *corpus* desse universo encontra abrigo na no papel preponderante desse “regime enunciativo” nas mais diversas formas de debate público contemporâneo.

Neste trabalho, todas as vezes que nos referirmos a *web*, estaremos tratando da web 2.0, a focada na comunicação, utilizaremos alguns termos em inglês (para facilitar seu reconhecimento e originalidade) ao designar recursos nativos da web.2 mesclando-os com alguns recursos da web.1. Nosso terreno de análise será o grande campo dos sites, mais especificamente o das redes sociais, no qual focalizaremos a plataforma X. Entendemos, assim como Paveau (2021) que há um atraso significativo no trato da linguística com as questões nativas do digital (no plano teórico, metodológico e epistemológico), o que tem se feito comumente é um esforço para integrar a dimensão técnica a parte languageira, os estudos continuam logocêntricos, focados na natureza languageira/verbal, seguindo a dualidade de Saussuriana “a língua em si mesma e por si mesma”. Paveau salienta que “as abordagens que integram plenamente a máquina são raras” (2021,

¹ Do destacamento de enunciados à produção de discursos sobre língua: as dimensões de uma polêmica midiática (Silva, 2020) e Senso comum, ciência e verdade: uma polêmica em torno da (origem) linguagem (Mendes; Matos, 2021).

p. 30), pois os trabalhos tendem, principalmente na análise do discurso, a desassociar a natureza técnica e as intenções discursivas. Mesmo que as integrem na pesquisa, a dualidade entre o languageiro e o digital é quase sempre repetida. Porém, ainda segundo Paveau os discursos nativos da web fornecem características linguisticamente inéditas como a “clicabilidade no plano morfolexical ou a imprevisibilidade no plano discursivo” (2021, p. 30) , não se deve, portanto, marginalizar a máquina na constituição dos discursos.

A nosso ver, a *web* não apenas comporta o corpus, mas ela o constitui, não é apenas uma faceta do languageiro, ela o é. Em nossa análise, não visamos antropomorfizar a máquina, mas consideramos que a natureza dos discursos nativos da web não são de ordem puramente languageira. Em nosso *corpus* tratamos os discursos de forma integrada a suas determinações técnicas. Consideraremos o locutor imbuído de suas faculdades e intencionalidades humanas, porém buscando perceber as funções que as construções tecno-languageiras exercem na construção de seus discursos, integralizando-os, constituindo-os. Os recursos tecnodiscursivos em nossa interpretação não fazem parte do suporte digital que comporta os discursos, eles co-constroem os discursos. Neste caso específico, as determinações técnicas não apenas comportam as três dimensões do registro polêmico no meio digital, mas as constroem.

É com base em tais formulações que julgamos necessário situar o registro polêmico, tal como o concebe Maingueneau, na web, o que desconhecemos ter sido feito pelo autor ou por outros estudos. Marie-Anne Paveau (2021), salienta o fato das ciências da linguagem ainda não terem conseguido “dar conta” da complexidade do universo digital e de suas produções nativas. E que o digital promove transformações na linguagem que vão muito além da desestabilização dos seus usos e objetos (2021), portanto, entendemos, assim como a autora, que a ciência responder a essas novas demandas, elaborando conceitos, ferramentas e limites para abarcar o funcionamento dos discursos nativos da internet.

O que faremos nesse trabalho é investigar como se delinea o registro polêmico em coexistência como essas determinações técnicas na web, especificamente na rede social X². Maingueneau (2010) delinea o registro polêmico e suas três dimensões, bem como, mostra, por outro lado, em outros estudos, uma mudança na genericidade e textualidade quando relacionadas

²A rede social twitter teve sua razão social (nome no qual a empresa é registrada em órgãos governamentais) modificada em 2023 para “X Corp.,” com a mudança as postagens da plataforma que antes se chamavam “tuítes”, passaram a receber a denominação “posts”. No entanto, para otimizar questões analíticas, utilizaremos nesse trabalho, a denominação antiga.

à web (2016), mas não observa a construção daquele, enraizado em tensões sociais concretas, no espaço digital, como intentamos fazer nesta dissertação.

Entendemos e Julgamos que tensões contemporâneas e socialmente relevantes³ como as relativas à vacinação durante a pandemia de Covid-19 no Brasil precisam ser pensadas no X. Rede na qual determinados políticos, geralmente com filiação ligada à extrema-direita brasileira, promoveram discursos divergentes a discursos pró-vacina e pró-medidas protetivas propagados por políticos de partidos filiados à esquerda.

Ao analisarmos esses tuítes, consideramos os aspectos técnicos nativos do digital nas três dimensões do registro polêmico: enunciativa, genérica e semântica. Acreditamos que o registro polêmico, se modifica conforme o ambiente em que se realiza, assim como os gêneros do discurso e várias formas de linguagens. Desse modo, julgamos que a materialização da dimensão enunciativa ao, observada na web, deixa de ser puramente linguística, pois incorpora recursos tecnolinguageiros. A genérica perde força configurando-se através do hipergênero X, e os posicionamentos discursivos mobilizados pelo registro, sofrem influências, em conformidade com os recursos tecnicolinguageiros e tecnodiscursivos nativos da plataforma. Modificando, fomentando ou influenciando posições enunciativas, atuando na manutenção de identidades coletivas, entendimentos coletivos, mobilizações e ações sociais, referentes, nesse caso, ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil. Portanto, como base teórica para a realização de nossos exercícios analíticos, utilizamos, além do arcabouço teórico de Dominique Maingueneau e Marie-Anne Paveau, algumas considerações de Bobbio para analisarmos as três dimensões do registro.

A dissertação, além da apresentação e da conclusão, que correspondem, respectivamente, ao primeiro e último capítulo, possui mais cinco. No segundo capítulo, apresentamos o objeto desta pesquisa, iniciando pela ideia de interincompreensão para Maingueneau (conceito importante para entendermos o polêmico na concepção do autor) e abordando a descrição do registro polêmico e suas três dimensões. No terceiro capítulo, detalhamos as unidades de análise, selecionadas do aparato teórico-metodológico de Maingueneau, que serão necessárias à contextualização do registro polêmico na web, além disso, explicamos quais das

³ Segundo dados publicados no site do Ministério da Saúde do governo federal, no final de 2022, quase 2 anos depois do início da vacinação no País. 68 milhões de brasileiros ainda não haviam comparecido aos postos de saúde para tomar a primeira dose de reforço da vacina contra a Covid-19. E ainda segundo dados do portal informativo do Ministério da Saúde sobre o vírus no Brasil, em março de 2023 o País já contava quase 1 milhão de mortos por Covid-19, com 700 mil mortes.

contribuições conceituais de Marie-Anne Paveau sobre o universo digital que nós adotaremos. No quarto capítulo alocamos o conceito de registro na web, especificamente no hipergênero X, observamos seu funcionamento neste ambiente, contemplando a observância das três dimensões. Apontamos as modificações ocorridas em cada uma delas, por meio dos recursos disponíveis no X.

O capítulo cinco detalha nossa metodologia de análise, mediante a apresentação dos critérios de seleção do nosso corpus; tuítes, dos procedimentos de análise, de uma breve conceitualização da díade direita e esquerda (importante a divisão dos posicionamentos discursivos presentes em nossa análise) e de uma exposição do “papel” que o X exerceu na pandemia de Covid-19 no Brasil (necessário ao entendimento de escolha da plataforma como *corpus*). No sexto capítulo, realizamos a análise tecnodiscursiva do *corpus*. Os tuítes foram “separados” conforme a fase da polêmica, nas quais foram postados (primeiro semestre de 2020, segundo semestre de 2020, primeiro semestre de 2021, segundo semestre de 2021). Para cada fase (semestre) reservamos um tópico correspondente (totalizando 4 tópicos), comportando os tuítes. Nos títulos descrevemos os temas abordados nos tuítes durante aquele período. A análise, nestes 4, abrange as dimensões enunciativa e hipergenérica dos registros, considerando os recursos tecnodiscursivos do X na construção e argumentação presentes nos tuítes. Um quinto tópico foi reservado para a análise dos posicionamentos defendidos em ambos os “lados” envolvidos na polêmica (políticos filiados a extrema-direita e políticos filiados a esquerda). É importante salientar que as três dimensões do registro são inseparáveis, como descreveu Maingueneau. Portanto, embora tenhamos buscado, na análise, apontar separadamente e de forma específica, aspectos das três dimensões do registro no X, nossas observâncias por vários momentos se mesclaram, haja vista a própria natureza do registro que não permite a indissociabilidade das três. As coerções do hipergênero X permitem a construção de variadas cenografias presentes na dimensão enunciativa, que, por sua vez, constrói a argumentação, vital aos posicionamentos.

Esperamos, dessa forma, chegar “mais perto” da inteligibilidade do registro polêmico sobre a pandemia presente em uma era digital, na qual multidões podem ser mobilizadas, instigadas, desmotivadas ou sensibilizadas mediante uma postagem⁴ de 280 caracteres.

⁴ Neste trabalho, o termo “postagem” é utilizado como sinônimo para “tuíte”.

2 O REGISTRO POLÊMICO

Nesta seção, apresentaremos as noções de polêmica como interincompreensão e de registro polêmico e as diferentes dimensões que o compõe, na seção seguinte, descreveremos as categorias analíticas da análise do discurso, que nos ajudam a entender e explicar a materialização do registro polêmico (tradicionalmente associado a gêneros instituídos) na web. Para tal feito, utilizaremos categorias descritas no aparato teórico-metodológico de Dominique Maingueneau (1997,2000,2004,2006,2010,2015,2016) e de Marie-Anne Paveau (2021).

2.1 A polêmica como interincompreensão

Tomando o espaço do discurso como rede de interação semântica, Maingueneau (2005) elegeu o processo de interincompreensão generalizada como a própria condição para as diferentes possibilidades de emergência das posições enunciativas. Os discursos são delimitados por grades semânticas específicas, o que necessariamente gera um liame para o desentendimento recíproco. Para eleger um sentido estrito é necessário sacrificar outros, conseqüentemente, os sujeitos da enunciação podem entrar em situações de confronto ou adesão na interação, em razão da natureza distinta de suas formações discursivas. A noção de interincompreensão polêmica foi sistematizada por Maingueneau (2005) com base na contraposição entre a formação de semas positivos e negativos no interior de um espaço discursivo, enquanto os primeiros são reivindicados, os segundos são rejeitados. É no interior do espaço interdiscursivo são promovidos os embates entre as formações discursivas antagônicas, as quais permanecem em constante concorrência.

Na perspectiva do autor, cada posição discursiva opera com base em um sistema específico, o qual pressupõe um determinado fechamento semântico, isto quer dizer que cada formação discursiva possui o seu modo particular de interpretar o outro. Dessa maneira é possível que ocorra a tradução do outro pelo mesmo. Quando um discurso traduz os semas do outro a partir do registro negativo de seu próprio sistema, ocorre um embate, ou seja, uma polêmica.

Em seu livro *Gênese dos discursos* (2005) Maingueneau continua a tratar a polêmica como uma interincompreensão regrada. A polêmica é vista como um espaço de troca, o qual constitui a unidade de análise que serve para comprovar o primado do interdiscurso sobre o discurso. A identidade e conseqüentemente os posicionamentos do interdiscurso se configuraram então em uma relação constitutiva com outros discursos e não independentemente deles. Nesse

sentido, observamos que a noção de polêmica como interincompreensão em Maingueneau não se separa da construção das identidades (inter) discursivas.

2.2 O registro polêmico

Ainda em 2000, no artigo as duas restrições da polêmica, Maingueneau explica que inicialmente, nos anos 70, seu interesse pela polêmica se baseava de forma central, na identidade semântica de um posicionamento dentro de um campo discursivo determinado através do interdiscurso, neutralizando a dimensão diacrônica das interações polêmicas. O autor vai além e mobiliza os conceitos de “polemismo” (nível constitutivo de uma adversidade estrutural entre dois posicionamentos) e “polemicidade” (múltiplas manifestações dessa adversidade) descritos por Frédéric Cossuta, para dizer que inicialmente sua pesquisa defendia que a polemicidade fincava-se na própria constituição dos posicionamentos antagonistas. Assim, suas considerações sobre a polêmica não se detinham na instalação da polêmica no tempo.

Maingueneau reconhece, no entanto, que as distinções entre “polemismo” e “polemicidade” continuaram a se atenuar, e descreve a tendência dos estudos mais atuais em centrar-se na segunda categoria. Para exemplificar, o autor cita o estudo de Marcelo Dascal sobre o caráter constitutivo das polêmicas, ele explica que “tal perspectiva leva ao desprestígio dos” textos-“disputas”, “discussões” e “controvérsias” que não apresentam marcas de “polemicidade” (2000, p. 02). Para o autor, essas novas perspectivas mobilizam os conceitos de dialogismo constitutivo e dialogismo mostrado, e alega que elas colocam em evidência essas duas dimensões irredutíveis de toda polêmica (constitutiva e mostrada). No decorrer do artigo o autor articula essas duas dimensões, baseando-se na abordagem de Dascal sobre “controvérsias”, que seriam polêmicas inconclusivas, bem fundamentadas e que podem se recicláveis no tempo, usando a controvérsia entre duas correntes religiosas (humanismo devoto e jansenismo).

“Abrindo” um “parêntese” na concepção das controvérsias. Maingueneau admite então que lhe foi sendo imposta a ideia de que a unidade de análise não era cada posicionamento, mas o interdiscurso através do qual eles se constituem, “cada um dos posicionamentos se constrói de maneira regulada a partir de outro, e cada enunciado produzido por um é” traduzido” nas categorias daquele outro” (2000, p.03), essa definição seria então o conceito que já explicamos acima “a interincompreensão”.

O artigo defende que as controvérsias sejam analisadas não só em função dos fatores

estratégicos, como os enunciativos, mas também à luz do universo semântico, visto que o dispositivo enunciativo “segue uma evolução que se orienta no sentido de uma crescente conformidade a respeito das restrições do universo semântico” (2000, p. 07). A polêmica contemplaria assim as exigências estratégicas e as semânticas necessárias a perspectiva das controvérsias que implica uma visão do discurso em que “os interactantes estão em busca de dar o golpe ganhador, do argumento decisivo, do procedimento adequado para a desqualificação do adversário” (2000, p. 05).

A partir das conclusões que Mainguenuau chega neste artigo, já é possível perceber que o linguista amadurecia a ideia da polêmica como “registro” constituído por três dimensões indissociáveis. Em *Análise de textos de comunicação* (2004), tratando das diferentes formas de apreender o discurso, o autor insere o discurso polêmico entre outras tipologias comunicacionais (didático, prescritivo, etc.) que são classificadas ora por funções linguísticas (prescritivo, informativo), ora por funções sociais (político, estético, ético). Explicíta, no entanto, que é muito difícil traçar uma fronteira entre esses dois tipos, visto que eles oscilam entre categorias muito abstratas, como os gêneros do discurso e “categorias muito mais próximas das divisões da sociedade em setores de atividade (político, estético, ético etc)” (2004, p. 60).

No texto “Cenas da Enunciação” (1997) embora não cite o polêmico, abandona o termo “tipologias” e utiliza “registros”, justificando que esses, mesmo focalizando certos gêneros, não se fecham neles, mas atravessam-nos. Já em *Doze Conceitos em análise do discurso* (2010), desenvolve um pouco mais o registro polêmico propondo três dimensões pelas quais ele pode ser abordado: 1-enunciativo-pragmática; 2- sociogenérica e 3-semântica.

Em *Discurso e análise do discurso* (2015), volta a citar o polêmico entre as categorias que ele já chama de “registros”, por misturarem “em proporções variáveis”, critérios de natureza linguística e critérios comunicacionais. Mainguenuau (2015, p.100) argumenta ainda que os registros comunicacionais, entre os quais coloca o polêmico, por serem “estritamente ligados às práticas sociais” e a uma “diversidade das situações de comunicação” são classificados por parâmetros muito heterogêneos e que embora “aconteça de algum modo desses registros investir[em] de maneira privilegiada em certos gêneros de discurso, eles não se deixam fechar apenas neles [...]”.

Como exemplo de registro, o autor dá o exemplo da “divulgação científica [que], embora seja a atividade fundamental de certas revistas ou manuais, aparece também em jornais

de TV, na conversa cotidiana etc”. É o que julgamos acontecer com o discurso científico quando, em decorrência da sua politização no tempo da pandemia, ocasionada pelo novo coronavírus, implica em oposições como vacinação versus tratamento precoce.

Voltando às considerações feitas em *Doze conceitos em Análise do Discurso* (2010), Maingueneau alerta para a existência de uma dimensão teatral da polêmica, na qual há, por consequência, a figura de um terceiro que “assiste” ao embate. Esse espectador estaria em posição neutra e passível de adotar as normas que estão subjacentes ao debate, apoiando um ou outro posicionamento a depender dos seus julgamentos sobre os valores empregados na argumentação dos agentes que estão em contraposição. Em nosso trabalho, por exemplo, esse “outro” seria caracterizado pelos usuários do twitter que estão impelidos pela posição de governados que “assistem” o confronto que tendem a convencê-los a adesão de posicionamentos. O autor ainda aponta, que o registro polêmico pertence à ordem dos gêneros “instituídos” e não a conversação, conceitos que abordaremos ao decorrer deste trabalho. Afirma também que as três dimensões do polêmico seriam indissociáveis, mas que “não interessa[riam] da mesma maneira à análise do discurso”, já que, segundo o autor, o estudo do registro, para um analista do discurso, não é uma finalidade em si. Uma vez que não pode ser desvinculado das práticas discursivas que o assumem em um espaço e em um momento específico. Assim, para um analista do discurso, interessaria observar em que medida um registro entra na constituição dos posicionamentos e dos próprios discursos construídos, desde sempre, pelo interdiscurso.

2.2.1 As dimensões do registro polêmico

Em *Gênese dos discursos* (2005), o trabalho mais denso de Maingueneau sobre a polêmica, ele trata o fenômeno como um processo de interincompreensão regrada, no qual dois discursos se constituem no simulacro que fazem da semântica global do outro. No entanto, como mencionamos, em 2010, no capítulo sobre as três facetas do registro polêmico, o autor, além de passar a entender a polêmica como um registro que atravessa campos e gêneros discursivos, propõe também que ela pode ser analisada em três dimensões:

a) A dimensão enunciativa

A dimensão enunciativa, tida como a mais imediata, recobre tanto as marcas enunciativas quanto a força ilocucional da enunciação. O polêmico é caracterizado como um tom, que pode ser reconhecido por traços localizados em diversos planos. Ao voltar a atenção para os

traços, responsáveis em alguma medida pela agressividade e veemência que envolvem o polêmico, cita-se, inicialmente, os marcadores do discurso (“entretanto”, “certamente”, “mas”...) que favorecem o processo de refutação. Contudo, o autor salienta que trabalhar com a localização dessas marcas não parece ser uma tarefa simples, principalmente se o objetivo é não ficar restrito às negações polêmicas, às apóstrofes, às injúrias e, de forma mais ampla, aos termos avaliadores, ou seja, aos fenômenos mais correntes no nível textual. Além disso, “por pouco que se considerem os fenômenos polifônicos, como a citação ou a ironia, e os esquemas argumentativos nos quais eles são mobilizados, a localização das marcas torna-se particularmente delicada” (Maingueneau, 2010, p.191).

O autor reconhece ainda uma tensão entre “registro polêmico” e “texto com intenção polêmica” ao sustentar que a desqualificação de um adversário não pressupõe obrigatoriamente a exibição de traços de polemicidade. Diante dessas questões, propõe que o texto polêmico seja estudado em seus múltiplos planos, concedendo uma importância bem relativa aos traços linguísticos que o caracterizam, ao mesmo tempo que os articulam com o dispositivo pragmático que exerce uma importante função, uma vez que, para além das marcas enunciativas, não se pode descartar uma relação entre lugares, papéis, normas etc. A dimensão enunciativa seria então mobilizada juntamente com as dimensões sócio-genérica e semântica. Vale salientar que Maingueneau (2015) simplifica os qualificativos compostos de duas das dimensões do registro quando comparadas as denominações que haviam recebido em 2010. Assim, a dimensão enunciativo-pragmática reduz-se à enunciativa e a sócio-genérica a genérica.

Dois outros aspectos ligados à enunciação polêmica, a dinâmica das trocas e a questão da oralidade, são também discutidos pelo teórico. O primeiro desses aspectos evidencia que, de forma frequente, “só há polêmica retrospectivamente, quando um segundo locutor—tendo ouvido ou lido um enunciado—julga que há algo a responder, provocando, por sua vez, outras respostas” (Maingueneau, 2010, p.192).

b) A dimensão genérica

No contexto da dimensão genérica, o texto polêmico, supõe um quadro comunicacional, um gênero atrelado a um suporte e a lugares de difusão. Sobre esse ponto, Maingueneau explica que há uma relação tensa entre polêmica e genericidade. Essa relação encontra-se evidenciada pelo “fato de que o polêmico se localiza em muitos registros”, que, por

sua natureza, não se deixam encerrar em gêneros” (Maingueneau, 2010, p. 193). Exemplifica Maingueneau, nesse sentido, que gêneros não explicitamente polêmicos, a exemplo de um romance ou de uma peça de teatro, podem apresentar passagens consideradas polêmicas. Na verdade, o interesse central do teórico recai sobre o modo como determinada sociedade, em um lugar e em um momento dado, dispõe os conflitos que dizem respeito a uma determinada coletividade. Sobre esta concepção vale ressaltar que com o surgimento da pandemia ocorrida em 2020, os debates políticos se deram a partir da retransmissão de lives, algo já existente, mas que se tornou ainda mais recorrente devido às circunstâncias do isolamento social. O teórico enfatiza que a mídia tem construído novos tipos de polêmica, especialmente a televisão, que ordena, em formato de folhetim, diálogos que sequer ocorreram. Ao mesmo tempo, haveria uma mudança na dimensão das unidades, que passariam de textos inteiros para pequenas frases. Assim, uma determinada frase, destacada e aforizada por um jornalista, “é apresentada como dirigida contra tal ou qual pessoa, a quem, por sua vez, se atribuem como resposta outras aforizações, que alimentam as reações de outros atores do campo político-midiático” (Maingueneau, 2010, p. 194).

c) A dimensão semântica

Até o momento, foi possível perceber que cada dimensão elege um enfoque específico. Em se tratando da dimensão genérica, esse enfoque recai sobre as práticas discursivas e o quadro comunicacional, no caso da dimensão enunciativa, sobre os elementos textuais e o dispositivo pragmático. Com a dimensão semântica, tida como a menos evidente, não poderia ser diferente, tendo em vista que essa estará mais preocupada com as identidades envolvidas no conflito. Nesta dimensão que, por sua vez, é indissociável das outras primeiras, é possível vislumbrar o estatuto singular do polêmico em relação a outros tipos de registro, “um estatuto que o distancia consideravelmente de categorias como o trágico e o lírico” (2010, p.195), isso porque o polêmico, de forma distinta desses, permite que a fronteira que define uma identidade discursiva seja “ameaçada”. Para o autor, nesta dimensão é imprescindível que se entenda que, para haver polêmica, os interactantes de determinado “lugar” interpretem enunciados como inaceitáveis de acordo com o ponto de vista desse lugar. Dessa forma, julgando necessário entrar em conflito com a fonte desses enunciados. Nessa interação polêmica, o adversário que é confrontado por um dos discursos é acessado por meio de um “simulacro”, “construído sob medida pelo discurso que o incorpora para desqualificá-lo” (2010, p. 196).

Ressaltamos que para o entendimento do conceito de simulacro utilizaremos a explicação do autor:

A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. [...]para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele (Maingueneau, 2005, p.103).

Seguindo essa perspectiva, como já citamos, o analista do discurso, toma não o discurso como a unidade de análise, mas a troca entre os dois discursos, a relação conflituosa entre posicionamentos, que gera o líame da polêmica. O conceito de “interincompreensão” ao mesmo tempo, em que está em relação com as outras dimensões do registro, enraíza-se na semântica. O autor explica que cada discurso traduz o que o discurso conflitante falou em suas próprias categorias internas, em seus próprios termos, positivos ou negativos.

Salientamos que esse processo de “tradução” não ocorre da mesma maneira em todos os discursos, há discursos mais integradores e outros mais exclusivistas. Como ocorre com o caso em que o autor analisa, o discurso humanista devoto é integrador aceitando a existência do discurso jansenista, contanto que o jansenismo admitisse ser mais um na ordem que leva o mundo a Deus, mesmo que de forma mais “dura”, já o discurso jansenista é exclusivista, não aceita integrações, sua prática leva a invalidação discurso humanista considerando-o como confuso e incoerente. O autor resume que:

Se, se admite que a relação do outro é constitutiva, segue-se que as modalidades do polêmico variam em função dos posicionamentos concernidos. Alguns posicionamentos são destinados a produzir incessantemente textos polêmicos; outros se esforçam ao contrário para evitar os conflitos, mas tanto em um caso como no outro, este traço é parte integrante de sua identidade (Maingueneau,2010, p. 196)

Em suma, reiteramos que, na dimensão semântica, os posicionamentos discursivos se confrontam, se pressupõe e assim se constroem, conforme o seu próprio sistema de restrições, suas categorias internas, que também são construídas a partir do outro, por meio do interdiscurso. Dessa forma elaborando a semântica do discurso.

3 REGIMES ENUNCIATIVOS

Em *Discurso e Análise do Discurso* (2015), no capítulo intitulado “*unidade e diversidade*”, Maingueneau ao tratar da diversidade de regimes enunciativos nos explica que os analistas do discurso ao focalizarem em certos objetos de análise (conversa, texto político, imprensa, textos didáticos, etc.) acabam por remeter o que resta disso a um imenso interdiscurso. Ao proceder dessa forma, não cumpre a sua premissa de analisar a totalidade e a diversidade das produções discursivas.

Para desenvolver a explanação sobre a diversidade de gêneros do discurso, o autor descreve então a distinção que Bakhtin faz, classificando-os entre “primários” e “secundários”, sendo os primários ligados a vida cotidiana como; conversas à mesa, trocas de conversas amigáveis, cartas privadas, atos judiciais, diários íntimos (estes seriam classes de texto), e os secundários seriam mais complexos, oriundos dos gêneros primários, como; saudações, despedidas, promessas, perguntas sobre saúde... Maingueneau entende que essa concepção de gênero é muito ampla, pois recobre o conjunto dos esquemas preestabelecidos nos quais a fala pode fluir” (2015, p. 109), porém defende a posição de que essa definição de gênero disposta a todas as produções verbais é instável visto que as atividades verbais são heterogêneas, gerando uma dificuldade de classificação. Diante dessa constatação, o autor propõe então, de forma mais imediata, a ordenação dos gêneros do discurso em três tipos; “autorais”, “rotineiros” e “conversacionais”.

Os *autorais* são designados pelo próprio autor, há uma indicação no título ou subtítulo (“meditação”, “aforismos”, “tratados”, “dissertação”, “ensaio”), e aparecem em determinados discursos como; literário, filosófico, jornalístico, religioso. Há, nesses gêneros, a indicação de como o texto deve ser interpretado pelo destinatário.

Os *rotineiros*, tratam a concepção de gênero de discurso como dispositivo de comunicação sócio-histórico, nas palavras de Maingueneau, são os que melhor correspondem a essa ideia. Contemplam “os papéis exercidos pelos parceiros da comunicação, as finalidades da atividade, as circunstâncias nas quais a comunidade intervém são fixadas à priori e normalmente permanecem imutáveis durante o ato de comunicação” (2015, p. 110), são eles; o debate, a consulta médica, o debate televisionado, o jornal diário, etc. Suas normas não são produzidas por meio de uma escolha individual, mas das regras sociais e psicológicas, provenientes de uma atividade verbal exercida em dada situação. Os gêneros rotineiros obedeceriam uma escala

obedecendo ao nível dos mais ritualizados como os atos jurídicos, ao nível dos que possuem uma maior liberdade de variação pessoais “dentro” de um *script* restrito. Tais gêneros seriam mais estudados pelos analistas do discurso, e os autorais pelos especialistas em literatura, devido a pressupostos teóricos metodológicos, perpetuando a tradição dos discursivistas em estudar os “corpora” negligenciados pelas faculdades tradicionais de Letras, que privilegiavam os estudos literários.

Os *conversacionais* são definidos por Maingueneau com as características de Kerbrat Orecchioni (1990), sobre as conversas ordinárias, são elas; as de *caráter “imediato”* no tempo e no espaço, (caracterizadas por respostas instantâneas e contato direto), as de *caráter familiar*, (essas seriam improvisadas e descontraídas), as de *caráter gratuito* (desprovidas de qualquer outra finalidade além da de “conversar”) e as de *caráter igualitário* (os participantes se comportam como “iguais”, dispendo do mesmo conjunto de direitos e deveres).

Maingueneau chega a conclusão que essa “tripartição” proposta, comporta bem os hábitos dos pesquisadores que assim se dividem, mas que ela ainda não é suficientemente satisfatória, pois principalmente no que é referente a conversação, ela apresenta problemáticas, como o fato de que não poderia ser dividida em gêneros distintos.

3.1 O instituído e o conversacional

Desse modo segue então para duas definições que nos interessam mais precisamente nesse trabalho, as de *regime instituído* e *regime conversacional*, os dois regimes, segundo ele, seriam mais eficientes para recobrir essas categorias, ao invés da tripartição. O regime *instituído* recobriria os gêneros autorais e rotineiros, para esses a noção de gênero discursivo é aplicável e válida. Já os *conversacionais* comportariam a flexibilidade e a desorganização relativa, não se adequando às classificações de gêneros do discurso.

Os sujeitos falantes revezam-se entre os dois regimes, o *instituído* atribui os papéis nos dispositivos restritivos característicos desse regime, e no conversacional esses sujeitos contemplam as identidades e situações fluidas e instáveis, mesmo que nas conversas haja um certo aparato de restrições. Os regimes, apesar de se recobrirem, carregam uma relação imparcial, visto que o regime *conversacional* é condição para a existência dos gêneros *instituídos*. O capítulo é encerrado com a premissa de que com a evolução das tecnologias de comunicação essas classificações vão se tornando mais complexas, devido à mistura de atividades verbais e não verbais,

torna-se cada vez mais problemático associar um gênero do discurso a uma situação de comunicação, “o hibridismo torna-se regra” (Maingueneau, 2015, p. 116).

Maingueneau em *Doze Conceitos em Análise do Discurso* (2010) relaciona o *registro polêmico* a esfera dos “*gêneros instituídos*”, e não à conversação, já que as questões polêmicas existem para além dos indivíduos que interagem. Sendo assim, o debate polêmico sempre pertence à esfera pública, fazendo com que um “bate-boca” não possa ser considerado uma polêmica. Outra característica é a de que polêmicas se estendem no tempo devido às suas “trocas” no embate, o que não ocorreria em uma discussão espontânea na rua, entre vizinhos, para citar outro exemplo do autor.

3.2 Genericidade na web

Em *Discurso e Análise do Discurso* (2015) ao tratar da *web*, as considerações que o autor realiza, alegam que o desenvolvimento nessa área alteram a concepção da discursividade e dos gêneros do discurso. Tradicionalmente há a separação entre os gêneros na web que reutilizam gêneros de outras mídias e os gêneros surgidos na web, os “cibergêneros”, diante desse raciocínio o autor mostra que o uso que a internet faz de gêneros já existentes em outras mídias (jornais de informação, dicionários, cursos, romances, etc.), apenas os modela às regras da web, e não se pode igualar as características deles quando são produzidos fora da web e quando são materializados nela.

Como já é sabido, os gêneros do discurso, em sua tradicionalidade, comportam as atividades discursivas advindas do regime *instituído*/das restrições de cada gênero desenhando um quadro prévio, mas também pressupõe um quadro que suporta a *encenação* da enunciação, que não é a mesma em todos os gêneros. Esta encenação é descrita por ele em três cenas: cena *englobante* < *Cena genérica* < *Cenografia*. A cena englobante diz respeito ao “tipo de discurso”, a esfera publicitária, religiosa, política... “

A cena genérica é tida como mais “visível” aos usuários envolvidos no discurso, ela suscitará o conjunto de “normas” (específicas de cada gênero) as normas são:

Norma das finalidades: Os locutores precisam considerar uma ou mais finalidades para as atividades que estão realizando, assim poderão manejar estratégias de produção e interpretação de enunciados.

Norma dos papéis para os parceiros: a fala em um gênero do discurso repousa entre

papéis, esses papéis tem direitos e deveres, há papéis estatutários (professor, comerciante, presidente...), papéis propriamente verbais (interrogador, narrador...), papéis associados a atitudes de enunciação (entusiasmo, calma).

Norma dos lugares de sucesso na realização: lugares fisicamente descritíveis impostos, por exemplo, no cartório ocorrerão os casamentos, nos tribunais os julgamentos... , e lugares que não são impostos, mas que não são escolhidos aleatoriamente, por exemplo, uma reunião eleitoral não tem um lugar específico para acontecer, mas não será realizada em qualquer lugar devido o caráter de sua configuração discursiva, social...

Norma de inscrição na temporalidade: diz-se da duração, continuidade e prazo de validade dos gêneros.

Norma do suporte: todo texto está vinculado a um suporte (papel, rádio, oralidade...) que é também seu “modo de existência material” (2015, p. 122).

Norma da composição: consciência das partes do gênero do discurso em questão e de como elas se articulam.

Norma do uso de recursos linguísticos: diz-se do aparato de variedades linguísticas disponíveis (línguas, dialetos, registros diversos da mesma língua).

Maingueneau considera que essas normas ainda não são satisfatórias para recobrir a especificidade de cada texto, “enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia: é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*” (2015, p. 122), A escolha das cenografias não se dá aleatoriamente, cada discurso usará a cenografia que mais o legitima, visando o sucesso de sua realização perante os destinatários. “Não é simplesmente um cenário; ela legitima um enunciado, que em troca deve legitimá-la” (Maingueneau 2015, p. 123). Essa lógica de estruturação dos gêneros do discurso tida por Maingueneau como tradicional/clássica, como já explicitamos, vai além das regras de restrições do regime instituído, modelando a enunciação, porém voltando a questão da web, o autor defende que esse quadro estrutural não se aplica perfeitamente, pois na internet a lógica da genericidade se transforma. Antes de adentrarmos nessa questão da genericidade, exploraremos o conceito de hipergênero.

3.2.1 O hipergênero na web

Essa categoria elaborada por Maingueneau (2006) como uma “formatação” de

coerções fracas, podendo assim abranger diversos gêneros como, “carta”, “ensaio”, “diário”, etc. diferem desses, que são dispositivos de comunicação historicamente definidos, por poderem ser encontrados nos mais diversos lugares e épocas e no âmbito do qual podem desenvolver-se as mais variadas encenações da fala (Maingueneau, 2006, p. 244).

Em outras palavras, ao contrário dos gêneros do discurso, principalmente aos que pertencem aos gêneros instituídos, os hipergêneros não são sócio-historicamente definidos, mas uma forma diferenciada de estruturação que apresenta fracas restrições. Nos gêneros do discurso se pode, em um dado grau, “prever” a situação de enunciação, os papéis dos interlocutores, já, nos hipergêneros, o que se pode intuir é apenas a formatação” dos enunciados.

No artigo hipergênero, gênero e internet (2010), Maingueneau “adapta” o conceito de hipergênero para a internet, mostrando que ele se sobressai nos *websites*, diferentemente do que ocorre no quadro “clássico” dos gêneros do discurso, no qual “o hipergênero tem um papel periférico” (2015, p. 162). Como já explicado, o hipergênero ganha visibilidade na web em razão do enfraquecimento da cena englobante e da *cena genérica*, que contrariamente ao que ocorre na internet, exerce protagonismo no regime tradicional dos gêneros do discurso. Maingueneau mostra que, na internet, há a possibilidade e a necessidade de se “locomover” entre cenas englobantes e genéricas ao acessar hiperlinks que levam de um site a outro. Há também as operações multimodais e as operações hipertextuais típicas da web que não permitem um enquadramento ideal das cenas da enunciação e do gêneros.

Maingueneau observa que o enfraquecimento da cena englobante e da cena genérica tem relação com o fato de o hipergênero ganhar destaque na web e da cenografia se tornar protagonista. Tal cenografia, na medida em que apresenta também o nível digital, diverge da descrita até agora para os enunciados escritos tradicionais:

O autor (2016) descreve a cenografia verbal na web como materializada pela enunciação linguística, e divide a estrutura da *cenografia digital* em duas dimensões:

Iconotextual: diz-se do conjunto de imagens organizados na tela.

Reticular: refere-se a disposição de páginas existentes em cada site e a noção de site como rede de instruções.

Ainda sobre a *cenografia digital*, o autor ressalta alguns *pontos*, como o fato de que os níveis da cenografia podem assimilar-se ou entrar em tensão. Deste último caso, Maingueneau cita o exemplo de uma cenografia *reticular didática* que se apresenta no nível iconotextual como

uma cenografia muito poética (uso expressivo de cores pastéis, tipologia elegante).

Outro ponto que torna problemática a associação entre um texto e uma cena de enunciação na web é o aspecto da *fragmentação das páginas* da tela, formando um mosaico modular heterogêneo. A *paginação da web* também é observada, já que não pode ser comparada a uma página impressa. Ao nos depararmos com uma página representada na tela não estamos visualizando a sua totalidade como na impressão. Há também *heterogeneidades enunciativas entre os módulos* e, sem uma hierarquia, não há um texto em uma página, mas *módulos*, ou seja, diversos textos em uma mesma página; *slogans, diagramas, títulos...* “Não se trata de microtextos, de textos curtos (como, por exemplo, as máximas ou os pequenos anúncios tradicionais), mas de uma subversão generalizada da lógica do texto” (Maingueneau, 2016, p. 147) . Os módulos dão acesso a outros módulos por meio dos links disponibilizados, fazendo o papel daquilo que Maingueneau chama de “permutador”, ou seja, uma “porta”. Os constituintes de cada página, em sua maioria, se renovam todo o tempo, eles são provisórios.

Tais pontos ilustram a dificuldade em analisar os textos e discursos na web conforme o regime clássico da textualidade, conforme a genericidade dos regimes *instituídos*, e de acordo com a estrutura das cenas da enunciação. Torna-se assim, mais adequado analisá-los por meio dos *hipergêneros* e das *cenografias*.

3.2.2 *Hipergênero e cenografias*

Trataremos agora de forma mais pontual, em como Maingueneau delinea o comportamento da genericidade na web. “Os gêneros” de *site* (**hipergêneros**) são, de fato, formatações pouco restritivas, que possibilitam muitas cenografias” (2015, p. 164, grifo nosso). Entende-se que o hipergênero e cenografias se relacionam e validam a atividade de comunicação. Para o autor, o blog assume formatação de diversos domínios. Há, por exemplo, blogs com conteúdo pessoal, de instância institucional, comercial, no entanto, a diversidade dessas cenografias não é infinita,

Como, para Maingueneau (2016), as coerções da cena englobante e da cena genérica do hipergênero são fracas por serem técnicas e da mesma ordem, torna-se possível que, nos termos do autor, uma prostituta e um time de futebol se apresentem no mesmo hipergênero. As especificidades ganham notoriedade, então, por meio de suas cenografias, verbais e digitais. Por meio da cenografia digital, as cores e os ícones constroem a singularidade dos blogs.

Entendemos que não é apenas o hipergênero ou apenas as cenografias que explicam o funcionamento discursivo na web, mas a relação entre os dois. O autor mostra que a escolha das cenografias é responsável por gerar a identidade discursiva para os blogs, já que eles não se diferenciam por uma estrutura formal/clássica referente aos textos, como ocorre nos gêneros do discurso, em especial aos *instituídos*. Por outro lado, como vimos, o hipergênero com suas fracas coerções é responsável por explicar uma certa estrutura na web. Portanto, entendemos nesse trabalho *hipergênero e cenografias* como uma “relação” indissociável, na qual o hipergênero constitui a estrutura e as cenografias pela identidade discursiva.

Nesse sentido, Maingueneau afirma que o “recurso a um hipergênero ou a determinada cenografia está longe de ser insignificante. Pelo contrário, permite dar sentido à atividade de comunicação, instaurando uma relação entre os parceiros da comunicação e tais escolhas são sintomáticas de determinada configuração social” (2015, p. 164). Esse movimento causado pelo recurso ao hipergênero ou as cenografias na web é exemplificado pelo autor com o caso dos blogs de prostituição feminina. Maingueneau explica que “fora” dos blogs a “abordagem” da prostituta com seus “clientes” se dá por muitas vezes por meio do agenciamento de um cafetão ou cafetina, ou seja, por meio de terceiros e em zonas periféricas, nas ruas. Em contrapartida, nos blogs essa abordagem se dá diretamente entre os indivíduos e não entre instituições (nesse caso, a da prostituição) e há também nesse caso o enfraquecimento das diferenças entre a imagem de uma prostituta profissional e a de uma mulher comum e das diferenças entre clientes e amigos virtuais. Com este exemplo, o autor ilustra como hipergênero e cenografia validam dada atividade de comunicação na web, como ambos instauram uma relação entre parceiros (nesse caso dos blogs de prostituição, a relação é transportada de instituições para indivíduos) e são frutos de uma configuração social.

3.3 Formas de textualidades e a web

Além da categoria dos gêneros discursivos, já descritas, a noção de *textualidade* também é transformada no universo da web. Trataremos inicialmente dos três tipos de textualidades tradicionais descritas por Maingueneau (2015; 2016): *textualidade conversacional, planejada e navegante*. Os três tipos são constituídos tomando como base, os três tipos fundamentais de comunicação: oral, impresso e digital em conformidade com a relação deles com a genericidade.

A *textualidade conversacional* ocorre na oralidade, visto que os falantes não apreendem como texto a atividade de fala na qual participam, embora as conversações possam ser transcritas, tornando-se dessa forma texto para os analistas. Já a *textualidade planejada*, a característica dos gêneros instituídos, pode ser oral ou escrita. A oral é dividida em dois sub-tipos, *monologal* e *dialogal*, e a escrita em mais dois, *linear* e *tabular*.

Na *monologal*, o locutor exerce o controle do planejamento da enunciação, é o que acontece com a enunciação dos romancistas, pregadores, jornalistas, conferencistas. Já, na *oralidade dialogal*, a textualidade é planejada previamente à sua exposição, que envolve um público, como ocorre no rádio e na televisão. Esse planejamento é “manejado” no momento da enunciação pelos participantes da atividade comunicativa, que “seguem” as normas do gênero do discurso em questão, ou por um “moderador” (nos termos de Maingueneau), que rege os enunciadores para o cumprimento dessas normas.

No tocante à *escrita linear*, para Maingueneau (2015) ela é também, de certa forma, sempre tabular na medida em que constitui uma imagem organizada que pode ser editada de acordo com certas normas, mas essas normas são, tradicionalmente, reflexos do próprio texto que é em essência *linear*. Já, na *escrita tabular*, é a “imagem” que está no centro e o texto é tratado como seu componente. O autor exemplifica que “isso ocorre particularmente na publicidade ou na escrita impressa contemporânea, em que cada página e cada página dupla são também, de fato, compostas de maneira a formar uma espécie de quadro, submetidos a imperativos estéticos” (2015, p. 165).

Por fim, a *textualidade navegante* é a presente na web. Nesse tipo, a noção de “leitura” é transformada, pois, na internet, o leitor não lê textos tradicionais, mas conjuntos de textos, imagens e sons—módulos conectados por links eletrônicos de modo a formar um sistema cuja existência é contingente além do computador”. Esses conjuntos de textos são acessados pelo usuário durante o seu exercício da leitura, visto que para ele, aparecem em uma tela módulos heterogêneos e ele escolhe o que visualizar, em quais links clicar, o quê e como interpretar.

Também, não há, na internet, devido à ausência da configuração genérica clássica das cenas enunciativas e presença dos hipergêneros, a ligação tradicional entre um texto e um autor ou leitor estáveis, visto que a relação torna-se generalizada devido ao enfraquecimento das restrições que ligam os textos às instituições de fala. Além disso, o hipergênero e a cenografia digital dão espaço para “imagens transitórias, recomposição perpétua, mosaicos de módulos

tipográficos, painéis de navegação...” (Maingueneau 2015, p. 167) e essa configuração impossibilita a ligação de textos tradicionais a “lugares” previamente planejados e com delimitações concisas.

Finalizamos esta subseção, lembrando que a textualidade conversacional não se adequa à estrutura dos gêneros do discurso, assim como a textualidade navegante afasta-se totalmente do dispositivo tradicional de genericidade. A textualidade planejada, por sua vez, representa o quadro genérico tradicional que obedece ao princípio das cenas da enunciação.

3.3.1 Da textualidade planejada a navegante

Maingueneau em *Doze conceitos em análise do discurso* (2010) explica que se pode denominar “registro” qualquer conjunto linguístico organizado em um discurso, e que o polêmico poderia ser considerado um “registro”. Os registros são, para o autor, como já mencionamos, unidades sobre as quais os pesquisadores trabalham em análise do discurso, porém não são unidades tópicas como os gêneros e tipos de discurso, são unidades *transversas*, pois perpassam os limites dos gêneros e dos tipos de discurso. O autor divide os registros em três tipos: *linguísticos*, *funcionais* e *comunicacionais*. Os linguísticos e funcionais são mais estáveis em suas classificações, já os comunicacionais enfrentam “dificuldades habituais nessas tentativas de classificação. Com efeito, caso se pretenda delimitar registros com base em critérios comunicacionais, muitos candidatos se apresentam”. (Maingueneau, 2010, p. 189). Isso ocorre devido à multiplicidade de aspectos comunicacionais envolvidos nesses registros.

Maingueneau (2010, p. 189) salienta que o polêmico “pertence essencialmente aos ”gêneros instituídos” e não à interação oral espontânea” (Maingueneau, 2010, p. 189). Sob o aspecto lexical, Maingueneau explica que o ato de “polemizar” se estende a questões que independem dos indivíduos envolvidos na interação, distanciando-se de um “briga de bar” por exemplo. Além disso, como já explicitamos, a polêmica se estende no tempo, suscitando uma série de trocas verbais, além de estar sempre no nível público. Com essas observações, o autor defende a distância entre o registro polêmico e o *regime conversacional*.

Sendo o polêmico relacionado aos gêneros instituídos, ele ocorreria em uma *textualidade planejada*, usada tradicionalmente no regime clássico dos gêneros do discurso, que corresponde ao que Maingueneau denomina de *gêneros instituídos* para os quais aplica a lógica das cenas da enunciação).

Na web, porém, como já vimos, a forma de textualidade é a navegante. Julgamos que o registro polêmico ao ocorrer na web acede a afirmação imediata de que registro, segundo o próprio autor, é qualquer conjunto linguístico organizado em um discurso (2015), e na ascensão de polêmicas discursivas (ou seja, na ascensão de embates discursivos formulados pelo processo de *interincompreensão*). Uma vez que o registro polêmico se realiza na web, mais especificamente no twitter, como tentaremos mostraremos a seguir, ele está sujeito à textualidade navegante própria da internet. Trabalharemos a hipótese de que embora tradicionalmente o registro polêmico se afaste da conversação oral espontânea e aproxime-se em sua essência da lógica dos gêneros instituídos e por consequência da textualidade planejada, na web, inevitavelmente ele sofrerá transformações em sua constituição, assim como ocorre com todo o *dispositivo genérico tradicional* (quando vinculado à internet). O conceito de registro se torna complexo em razão de ser uma unidade transversa (atravessa gêneros e discursos) que congrega fatores sociais e linguísticos. Essa dificuldade acentua-se na web devido aos aspectos da textualidade navegante que “permite” a predominância do hipergênero e da cenografia.

4 O REGISTRO POLÊMICO NA WEB

Considerando o trajeto teórico-metodológico aqui posto acerca das categorias da análise do discurso na web, elaborado por Maingueneau. Acreditamos que as dimensões enunciativa, genérica e semântica do registro polêmico também ganharão novas configurações neste universo. Na medida em que a primeira poderá receber maior destaque por meio de uma cenografia digital, ao passo que a segunda passa a ter contornos menos definidos em razão do enfraquecimento do quadro genérico e a terceira ganha recursos tecnodiscursivos e tecnolinguageiros, visto que sofre influência das mudanças ocorridas nas duas primeiras. Nesse contexto, a cena englobante certamente também sofrerá abalos, como tentaremos mostrar no nosso exercício de análise que poderá ser visto no penúltimo tópico. Explanaremos agora nossas hipóteses sobre o comportamento de cada uma das dimensões do registro polêmico na internet, iniciaremos retomando o conceito de textualidade, para explicarmos sob qual delas analisaremos o registro na web.

4.1 A dimensão enunciativa do registro polêmico no X

Finalmente, analisaremos a seguir o comportamento do registro polêmico e de suas três dimensões na web. Para a análise de cada dimensão nos ancoraremos em outras noções teóricas de Maingueneau a respeito da discursividade na web e na descrição de determinados artifícios que Maria-Anne Paveau chama de “recursos tecnodiscursivos e tecnolinguageiros” (2021) presentes no universo digital. Além de nos basearmos nos fatores aqui já expostos.

Retomando o que explicitamos sobre a dimensão enunciativa no modelo genérico tradicional, ela parece ser a mais aparente, na medida em que é caracterizada por *marcas enunciativas* e pela *força ilocucional* da enunciação. Maingueneau (2010) nos explica que essa *força ilocucional* corresponde a um “*tom*” de insulto agressivo que rejeita o discurso contrário e que pode ser identificável em conectores como “*mas, porém, no entanto...*”, nas “*injúrias*”, “*negações polêmicas*”, “*apóstrofes*” e “*termos avaliadores*” e em *fenômenos* menos marcados como *polifônia, ironia, citações e esquemas argumentativos*. Para além das marcas mais ou menos “visíveis”, o autor explica que esse “*tom*” polêmico, por muitas vezes, tem caráter “*intuitivo*”, e ele nem sempre repousará apenas nos traços linguísticos. “A saída, então, é estudar o polêmico em seus múltiplos planos, e atribuir uma importância bem relativa aos traços linguísticos” (Maingueneau 2010, p. 191).

Ao “deslocarmos” o registro da sua configuração tradicional para a configuração da web, mais especificamente da rede social X, entendemos que a dimensão enunciativa pode ser avaliada à luz das *cenografias digitais (indissociáveis)* tão destacadas no universo da internet. Os traços polêmicos enunciativos como os linguísticos (*conectores, injúrias, negações, apóstrofes e termos avaliadores*) assim como os *fenômenos polifônicos e esquemas argumentativos* permanecem na configuração dessa dimensão do registro na internet, por meio das *cenografias verbais*. Na web, porém, como as *cenografias verbal e digital* são indissociáveis, os traços enunciativos se articulam com as duas dimensões da *cenografia digital (iconotextual e reticular)*. A iconotextual inclui emojis, a própria imagem do texto, cores, gifs, fotos, desenhos. Podemos incluir estes recursos no que Paveau chama de “*tecnografismos*”⁵. A internet, e principalmente a web 2.0 é constituída por multimídias, os tecnografismos são nesse caso junções semióticas, integrando e associando várias mídias, como imagem e texto, ou como veremos nos tuítes analisados texto e vídeo e som. Paveau cita:

Nicolas Auray, examinando os avatares nos jogos on-line, insiste, por exemplo, na “integração das escritas e das imagens” e fala de uma “nova economia dos signos no espaço da tela, [...] caracterizada pela integração de sistemas expressivos que pertencem a vários formatos, imagem, texto e som, na mesma mídia” (2004: 97). O tecnografismo, composto de imagem fixa ou animada e de texto, é, de fato, uma produção nativamente digital multimidiática (Paveau, 2021, p. 333).

Para a autora separar a ordem icônica da textual seria como “destruir o sentido” que se constrói em conjunto, as duas ordens não dialogam, elas produzem o sentido ao mesmo tempo, subvertendo a ótica tradicional da leitura. Paveau dentre os tecnografismos cita o recurso da “*fotografia de texto*” que seria prática da captura de tela ou de fotografia de um texto.

num tuíte ou num status de Facebook, o internauta integra uma captura de tela ou uma fotografia de um excerto de texto, frequentemente com trechos sublinhados, para ilustrar ou apoiar seu discurso, ou transmitir uma informação (Paveau 2021, p. 338).

O ato de postar a fotografia de um texto funciona então como a citação de um discurso no modo direto. Vejamos:

os marcadores enunciativos pré-digitais do discurso relatado desaparecem e são substituídos por índices tecnológicos: nome do perfil de origem para identificar o discurso citante, contornos da fotografia para identificar o discurso citado, dispositivo da captura de tela para identificar a modalidade direta (Paveau, 2021, p. 338).

Já a *reticular* tem relação com uso dos comandos curtir, comentar, repostar. Tange a heterogeneidade de textos entre páginas e em uma única página (slogans, diagramas, títulos...), a

⁵ O elemento grafismo de acordo com sua etimologia (o verbo grego *graphein* tem sentido de *traçar e escrever* (Paveau 2021, p. 333)

organização da “paginação” no site, o acesso a vídeos, que, como menciona Maingueneau, subverte a lógica da leitura “tradicional”.

Ao tratar da fragmentação da informação por meio de módulos, Maingueneau (2016, p. 147) aponta que “o módulo pode igualmente funcionar como uma zona que, por um clique, dá acesso a outro espaço (de outras páginas do mesmo site ou de outros sites, um vídeo ou uma publicidade). Embora Maingueneau (2015) não cite explicitamente, quando descreve a estrutura da cenografia digital, o recurso ao áudio, consideraremos tal elemento e o atribuiremos à arquitetura da *cenografia digital*, haja vista que não estamos lidando com a lógica de textos tradicionais, mas de *hipertextos*, que, muitas vezes, se mostram multimodais.

A cenografia reticular é também explicada através do que Paveau chama de “deslinearização” que consiste na “intervenção de elementos clicáveis no fio do discurso, que direcionam o leitor-escritor de um fio do discurso-fonte para a um fio do discurso-alvo, instaurando uma relação entre dois discursos (por exemplo, uma hashtag ou um hiperlink) (Paveau, 2021, p. 145), a autora aponta ainda como efeito da “deslinearização” os gestos técnicos que substituem o discurso contínuo (um pedido de assinatura ou amizade em uma rede social). A autora aponta as tecnopalavras e os hiperlinks como os principais elementos deslinearizadores, ao serem diretamente clicáveis, direcionando o usuário para outras contas, links e documentos. A cor exerce uma função na deslinearização, visto que:

Qualquer elemento clicável que envolva um gesto do usuário-leitor aparece em cores (mais raramente sob o equivalente do sublinhado); a cor é prescrita pelo programa do site ou da plataforma (é o caso da rede social Facebook, onde o azul original dos segmentos clicáveis permanece inalterado desde o início) ou modificável pelo usuário (caso da rede Twitter, onde cada assinante pode escolher a cor. (Paveau, 2021, p. 146)

Acreditamos que o que Paveau entende por deslinearização explica mais detalhadamente aspectos da cenografia reticular.

Acreditamos ainda que as *marcas enunciativas* presentes na *cenografia verbal*, juntamente com os componentes das duas dimensões da *cenografia digital (iconotextual e reticular)*, garantem, na dimensão enunciativa, o tom da dimensão enunciativa do registro polêmico no X. Em nossas análises, buscaremos nos deter principalmente na hipertrofia da cenografia digital em seus três níveis (verbal, iconotextual e reticular). Considerando as particularidades do X. Acreditamos que, além de “encorpar” as marcas linguísticas, auxiliando a validá-las numa relação recíproca, a cenografia digital também “materializa” os fenômenos polifônicos, tornando o traço polêmico mais “plástico”, “visível” e modificando a produção e

recepção dos *simulacros* responsáveis pela *interincompreensão*.

4.2 A dimensão genérica do registro polêmico na web

Iniciamos nossas considerações nos valendo da definição de Maingueneau sobre gêneros, ou seja, sobre a ideia de que eles são dispositivos de comunicação definidos social e historicamente, portanto ao passo que a sociedade se transforma o mesmo ocorre com os gêneros, não repousando em um contexto e conceito estáticos. Ao tratar mais especificamente sobre o polêmico, o autor explicita que cada texto polêmico, em sua configuração clássica, possui um gênero ligado a um suporte e a lugares de difusão, porém também salienta que o “polêmico” se realiza em vários registros e esses registros não se restringem a um só gênero.

O polêmico não passa necessariamente por gêneros de caráter explicitamente polêmico: um romance ou uma peça de teatro podem conter passagens consideradas polêmicas. Mas, se *As bodas de Fígaro*, por exemplo, é frequentemente lido em um prisma polêmico, isso diz alguma coisa sobre a configuração discursiva das luzes no final do século XVIII. A verdadeira questão posta é a dos lugares nos quais, em uma dada sociedade, se colocam em cena os conflitos que têm uma dimensão coletiva. Não é indiferente que os *blogs* acolham atualmente debates políticos, ou que os conflitos religiosos que, durante séculos, constituíram de alguma forma o epicentro do debate público, sejam hoje relegados apenas à esfera religiosa” (Maingueneau, 2010, p. 194)

Essa tensão em relação à dimensão genérica do registro polêmico também aparece na web por causa da existência dos hipergêneros. “Sites de negócios, blogs, sites de informação, sites sociais, etc.” (Maingueneau 2016, p. 148), como vimos, apresentam uma lógica diferente dos gêneros do discurso. A categoria do hipergênero é muito relevante para a concepção da dimensão genérica do registro polêmico na web, pois, é a partir dela, que as *cenografias digitais* “ganham espaço” na dimensão enunciativa. Mobilizaremos a seguir a concepção de hipergênero para descrevermos nossa hipótese da hipertrofia dessas cenografias na dimensão em questão.

4.2.1 Da dimensão genérica à hipergenérica

Maingueneau explica que na configuração clássica dos gêneros do discurso, estruturada no sistema das “*cenadas enunciação*”, é a cena genérica que “maneja” o gênero, que o “suporta”, pois é ela que contém as coerções restritivas. Além disso, aborda que na web a cena genérica e a cena englobante perdem “força” em detrimento da configuração hipergenérica e da cenografia digital.

Para Maingueneau (2010), além da polêmica poder se realizar de forma privilegiada em determinados gêneros, também pode perpassar outros, o que já enfraquece a sua genericidade

e faz dela não exatamente um gênero, mas um registro.

Como a polêmica, pela sua capacidade de atravessar gêneros e discursos, não pode se encerrar neles, configurando-se como um registro, faz muito sentido que encontre terreno fértil nas coerções fracas dos hipergêneros da web, sobretudo nos tuítes. Como explicitamos, na web as coerções da cena genérica são ainda mais fracas, há um conjunto de coerções técnicas que variam entre os sites, ou seja, entre os hipergêneros. Maingueneau analisa o hipergênero “blog” e identifica como já vimos na subseção 6.1.6 que a cenografia é a responsável por criar a identidade discursiva dos textos, devido as fracas restrições do hipergênero, que impede com que se diferencie textos e discursos, apenas por sua estrutura.

Esse aparato teórico-metodológico de Maingueneau nos serve para observar o comportamento da dimensão genérica do registro polêmico no X, que consideraremos nesse trabalho, como um dos tipos de hipergênero presentes na web. O X é um site social, neles o usuário pode falar e compartilhar qualquer assunto. Há espaço para as opiniões autorais. Não há uma organização de cenas englobantes, elas se interpelam. Nos blogs, também há predominância da opinião do usuário, por exemplo, em blogs de moda há a opinião do internauta sobre um assunto específico, indo além da mera exposição. Mas, diferente de como ocorre no X, os blogs são “nichados” (organizados) por assuntos específicos. No que se refere a interatividade, podem ou não ter abertura para que os internautas discordem ou concordem com a opinião do autor principal. Já no X, a interatividade entre os usuários é predominante. O blog também comporta páginas institucionais que tratem de política, moda, culinária, futebol. Essa diversidade permite a existência dos variados campos e discursos que são interpenetrados pelo registro polêmico, tais quais; o científico, político, religioso. O mesmo ocorre com os sites sociais.

Uma outra diferença entre o estilo de blog que Maingueneau analisa (2016) e o X é o “alcance”, que é muito maior entre os usuários do segundo. Pois, pode ser acessado por meio de um aplicativo no celular, desfazendo-se da necessidade de busca no Google pelo site. Mesmo sem estar “acessando” os usuários recebem as notificações de atualizações da página a todo momento. Essa ação, os incentiva a retornar e interagir, circunscrevendo a polêmica no tempo. “Supondo uma sucessão de trocas” (Maingueneau 2010, p. 190) em um nível mais imediato, o recurso de “postar” e “comentar” existente no twitter pode ser utilizado a todo momento. Permitindo a construção dos simulacros de forma simultânea.

Ao comentar o tweet de outra internauta, o usuário não tem a possibilidade de, caso deseje, apagar o seu comentário, ou seja, uma vez postado, o comentário não desaparecerá. Isso possibilita também que o usuário possa responder em temporalidades diferentes, já que há tempo para leitura, análise, fundamentação e réplica. Sobre os comentários na web, Paveau os define como um tecnodiscurso:

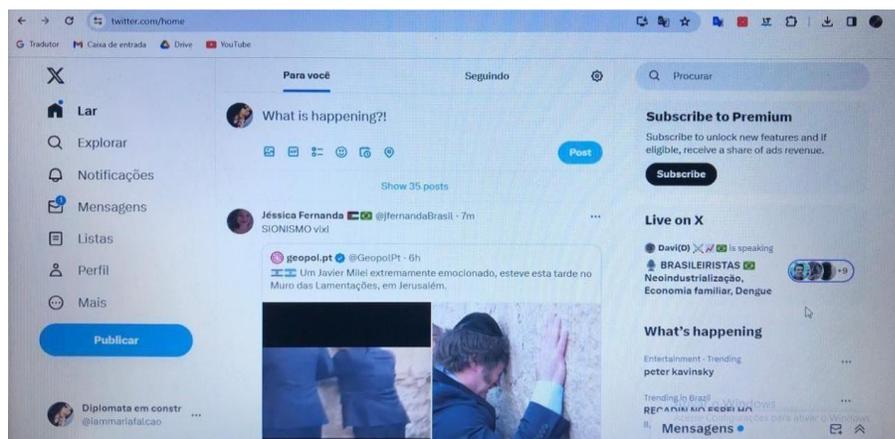
O comentário é um dos numerosos lugares da relacionalidade dos enunciados da web. Produzido num quadro conversacionalizante, ou seja, que oferece possibilidades conversacionais, ele assume formas variadas que não são todas conversacionais; algumas dentre elas são, como veremos, apenas relacionais (Paveau 2021, p. 103)

A autora postula ainda quatro tipologias de comentários, nos interessa explicar duas categorias que utilizaremos em nossa análise. A do *comentário conversacional* e o *comentário-compartilhamento*. Dentre os conversacionais destacamos o comentário discursivo, trata-se daquele que produz formas discursivas, argumentativas e pragmáticas, e seu funcionamento não é diferente das formas off-line. Já o comentário-compartilhamento, segundo autora, não é muito considerado pelos analistas, pois é visto como um pseudo-comentário. Ele se realiza no X, assim como em outras plataformas, esse comentário torna-se possível através da função de compartilhamento de postagens, a ela possibilita-se a anexagem do comentário. No Facebook, por exemplo, há a seguinte indicação “Diga algo sobre isto...” Analisaremos mais especificamente essas tipologias em nossa análise.

No que se refere a estrutura, o hipergênero X, obedece às restrições técnicas presentes em todas as unidades comunicacionais na web: divisão por páginas, elementos gráficos, escolha de fontes e cores, ferramentas para produção e compartilhamento de texto, heterogeneidade entre módulos textuais. A fim de descrevermos especificamente a interface do site, trazemos as duas principais e mais importantes páginas do hipergênero. A página inicial do X, suporta a heterogeneidade textual em forma de módulos, como é comum em blogs, conforme mencionada por Maingueneau (2016).

No lado esquerdo da tela, há a propaganda do site que incita os usuários a pagarem pelo benefício de poderem se expressar através de mais caracteres. Logo abaixo, aparece o título de uma live que está ocorrendo na plataforma, e, mais abaixo, os assuntos mais comentados no site. No centro da tela, há o espaço para a criação do hipertexto e, por conseguinte, os ícones que dão acesso aos recursos de anexagem de arquivos ao texto. Do lado esquerdo, há os títulos dos comandos que gerem as principais funções da plataforma.

Figura 1 - Página inicial do X



Fonte: Site “X,corp.”, 2024.

Para além da página inicial, cada usuário possui uma página que contém as informações de seu perfil. Como se vê abaixo, a página contém a foto de uma pessoa jurídica ou física, pois o perfil pode representar uma personalidade pública, como um político, uma instituição ou usuários comuns como o do exemplo abaixo. Logo após a foto, há espaço para o usuário se descrever, do mesmo modo como ocorre nos blogs de assuntos específicos. Além disso, nos lados esquerdo e direito da tela, repete-se a estrutura da página inicial.

Figura 2 - Página do perfil da autora no X



Fonte: Site “X, corp.”, 2024.

Focalizaremos agora na cenografia digital -reticular- da plataforma. Os recursos já citados, “postar” e “comentar”, propiciam a interação entre discursos opostos, já que o usuário pode construir uma argumentação em forma de texto, ou seja, um discurso. Além desses, ainda há os recursos “adicionar” e “repostar” (possibilitando a construção do

comentário-compartilhamento) que possibilita que sejam anexados links de textos de outros usuários, de artigos de outras plataformas, de vídeos, fotos, gifs e áudios ao texto que está sendo produzido. A plataforma, permite ainda que o próprio usuário “carregue” arquivos que não estavam até o momento disponíveis na internet.

Diferentemente de outros sites, no X, o tuíte tem o limite atual de 280 caracteres para o usuário médio, mas há a possibilidade de “compra” de benefícios na plataforma, o que permite aos compradores poder construir textos de até 25 mil caracteres, ou seja, o equivalente a sete páginas do Word. Os usuários médios que são a maioria “contam” então com a divisão de seus textos em módulos associados. Como vimos no exemplo utilizado na subseção anterior a essa.

O usuário pode ou não fazer uso desses recursos (anexo de áudios, vídeos, imagens, gifs, artigos...) na cenografia de cada tuíte, porém é a configuração da plataforma X que promove essa possibilidade de escolha, a qual pode ser utilizada como recurso na construção de polêmicas. O usuário pode, também, se utilizar de arquivos externos, como imagens anexadas ao texto, recurso oferecido pela cenografia digital do X. Para conferir autoridade aos próprios argumentos, suscitar ironias, desqualificar o discurso opositor, ativar conhecimentos prévios no “terceiro” que assiste o embate, dentre outras estratégias de polemicidade, como veremos em nossa análise.

Outra ferramenta que permite a produção e atualização de registros polêmicos é o “*trendings topics*”. Trata-se de uma lista de assuntos que estão sendo debatidos no X. A qual é organizada mediante o nível de adesão dos usuários ao assunto que está sendo discutido. Essa lista permite que os internautas possam escolher entre os assuntos que desejam simplesmente assistir e aqueles com os quais querem interagir.

Um dos artifícios que trabalham para a implementação dos “*trending topics*” é a *hashtag*, surgida originalmente no X, caracteriza-se por um seguimento linguístico precedido pelo signo #. A função da *hashtag* é essencialmente social, como veremos mais detalhadamente em nossa análise, pois permite a “afiliação difusa dos usuários, a tecnoconversacionalidade e a investigabilidade do discurso” (Paveau 2021, p. 223). Ao fazer uso das *hashtag's* o usuário agrega o seu discurso a todos os outros que também usaram a mesma *hashtag*, facilitando os fenômenos citados por Paveau. A *hashtag*, juntamente com outros artifícios que observamos em nossa análise, associa-se a ideia de “Produto” descrito pela autora como a ação que “apaga” a fronteira entre o locutor e o usuário dos conteúdos produzidos por esse locutor. Visto que a ação permite a

invenção e, ao mesmo tempo, a melhora dos discursos já existentes no X. A criação do conteúdo passa a ser compartilhado, já que se associam através da *hashtag*. O usuário torna-se então um “produsuário” (Paveau 2021, p.289).

Outros dois recursos característicos do hipergênero X, também são descritos pela autora: o *fio* e o *algoritmo*. O fio, também descrito como “*thread*” inicialmente surgiu como uma maneira de aumentar, de certa maneira, o limite de caracteres disponíveis no tuíte, inicialmente de 140 e atualmente com 280 caracteres, os tuítes com esse recurso podem ganhar mais texto, e consequentemente mais conteúdo. Consiste em:

em escrever um enunciado longo em vários tuítes, ligando-os pela função de resposta a si mesmo, link que aparece materialmente por um traço vertical de tuíte a tuíte. A leitura da *thread*, iniciada por uma consigna do tipo “segue o fio” ou por uma seta, torna-se então cronológica. (Paveau 2021, p. 292)

Em nossa análise, demonstraremos como o fio é identificado, produzido e lido. Já o algoritmo, inerente não só ao hipergênero X, são fabricados por humanos e representados por:

sequências de instruções que permitem a solução de problemas. Na internet, eles permitem resolver o problema do tratamento da informação, procurando-a, processando-a, classificando-a, hierarquizando-a, etc. Para isso, eles fazem cálculos para produzir efeitos: certas informações aparecerão com mais frequência, ou em melhor lugar do que outras, ou serão mais disseminadas do que outras, ou, pelo contrário, serão invisibilizadas. (Paveau 2021, p. 39)

No X, o algoritmo baseia-se nas contas (perfis) que o usuário segue e nos tuítes que ele “curte”, para gerir as informações que serão disseminadas para ele. Além de reservar uma página específica para mostrar essas informações⁶. É o algoritmo que facilita a “viralidade” dos tuítes, definida de por dois sub-parâmetros: “a quantidade de emissores e receptores e a rapidez da propagação” (Paveau 2021.p 72), podemos dizer que um tuíte viralizou quando ele é disseminado em pouquíssimo tempo para um número extremamente significativo de receptores, causando uma “tempestade virtual”.

Em resumo, o hipergênero X, oferece dentre suas fracas coerções uma série de escolhas iconotextuais e reticulares, nas quais se fundamentam as duas dimensões da cenografia digital, que, em conformidade com a cenografia verbal, produzem os traços da dimensão enunciativa do registro polêmico no twitter.

4.3 A dimensão semântica

A dimensão semântica é a menos evidente e aborda a construção da identidade

⁶ Detalharemos o funcionamento do algoritmo utilizando o corpus de nossa análise adiante.

semântica dos discursos, é nesta dimensão que a interação polêmica se conecta aos campos discursivos (conjunto de formações discursivas em concorrência) dos posicionamentos que estão em embate. Nesta dimensão o foco recai sob a construção das identidades que constroem os conflitos.

O princípio base da polêmica é uma identidade ameaçar os argumentos da outra. Maingueneau explica que “é necessário que sujeitos que ocupam certo lugar, percebam tais ou tais enunciados como intoleráveis do ponto de vista desse lugar, a ponto de julgarem necessário entrar em conflito com a suposta fonte desses enunciados” (2010, p. 196). Desse modo, cada discurso interpretará o outro a partir de suas próprias categorias, criando seus próprios simulacros (conceito explicado na subseção 5.2.), gerando assim a interincompreensão responsável pelo registro polêmico.

Esse processo mobiliza três dimensões *indissociáveis*, e justamente por isso acreditamos que na web, nesse caso, no X, as dimensões enunciativa e genérica exercem influência sob a semântica. Como exposto, são as identidades de cada discurso que constituem o embate, porém é através do suporte dado pelo hipergênero e pela enunciação que a interincompreensão se manifesta “materializando” a divergência. É também por meio das outras duas dimensões que cada discurso consegue interpretar o outro gerando seus simulacros, os quais servirão de base para o desenvolvimento da polêmica. Em outras palavras, se a configuração das dimensões enunciativa e genérica do registro polêmico mudam na web, a forma como as identidades semânticas irão pressupor e construir o conflito será influenciada por essas modificações.

A polêmica sobre a vacinação contra a Covid-19, que analisaremos neste trabalho, iniciou-se em 2020 e perdura até hoje, meados de 2024, no X. As duas identidades discursivas envolvidas no conflito construíram seus argumentos e seus simulacros no decorrer do tempo, influenciadas pelos acontecimentos relacionados à vacinação. Tais simulacros se “materializam”, se atualizam e se reconfiguram por meio dos hipertextos que vão sendo adicionados/ repostados ou só “acionados” por meio de imagens, gifs, vídeos, links de notícias, etc. Dessa forma, é que as identidades discursivas e os simulacros que cada uma faz da outra seguem se retroalimentando.

Os sujeitos locutores dos enunciados polêmicos, para continuar a sucessão de trocas, “se valem” de textos, links, arquivos, fotos, referentes a fases passadas da polêmica para “ativar” rapidamente, sem ser necessário criar argumentos novos, o conhecimento prévio do “terceiro

espectador” e de seu próprio opositor discursivo. Isso modifica a forma e a velocidade da construção dos simulacros, quando comparadas, por exemplo, com a interação polêmica existente entre textos jornalísticos (onde há o tempo da escrita, revisão, publicação e leitura dos textos de ambos os sujeitos ou instituições envolvidas). Com apenas um “*click*” o usuário pode acionar argumentos já elaborados por outros usuários e que embasam seu posicionamento. Apenas utilizando o recurso “repostar”, sem que seja preciso uma longa redação sobre o assunto, pode-se construir um posicionamento fundamentado em outros textos ou contradizer, desqualificar, refutar o discurso adversário sem precisar fazer uma extensa referência a ele, embora também possam estender o argumento através do comentário-compartilhamento, disponível na função “repostar”.

Por outro lado, utilizar recursos mais subjetivos da cenografia digital, de forma não tão bem conectada com a cenografia verbal, exige “uma confiança” no conhecimento prévio do “terceiro” que assiste o embate. Supondo-se, assim que esse terceiro é alguém que segue as normas de dado posicionamento, apela-se então para os valores morais partilhados por certo grupo, mas, se tais recursos não forem devidamente acionados junto a cenografia verbal, pode-se correr um risco argumentativo, como tentaremos comprovar em nossas análises. Por isso a relação entre as cenografias é tão importante.

Este movimento busca acionar o que Paveau de “memória tecnodiscursiva”, ou seja, a memória desenvolvida no ambiente tecnodiscursivo, para a autora todo enunciado :

é assumido em múltiplas inscrições anteriores, concomitantes e também futuras, e delas tira seu sentido: “toda produção discursiva que se efetua em determinadas condições de uma conjuntura, movimenta e faz circular formulações anteriores, já enunciadas” (Courtine 1981: 52 Apud Paveau 2021, p. 268)

Paveau cita Pierre Lévy (1990) para defender a ideia de que o hipertexto (que tratamos neste trabalho como sinônimo de tuíte), é uma conexão de sentenças cujas significações fazem ecoar outros enunciados passados, que perpassam a linearidade do discurso, e tal ato aciona uma memória tecnodiscursiva. No universo digital esse acionamento se dá através de “rastros” digitais de todos os tipos como postagens de blogs ou tagueamento de palavras-chave, como veremos em nossa análise.

Sobre a desqualificação do terceiro na dimensão semântica também associamos as tipologias discursivas que compõe o que Paveau chama de “ciberviolência”. Dentre as categorias de ciberviolência (ciberagressão, *cyberbullying*, ciberdiscursão) e subcategorias (*floodar*, mascarar, *trollar*, ciberstalker...) mobilizadas por inúmeros pesquisadores de diversas áreas e

citadas por Paveau, destacaremos em nossa análise aquelas que se constituem através de vocabulário da agressão verbal e do insulto, assim como algumas marcas gráficas como o uso das maiúsculas. O *flaming* (que descreveremos adiante) de forma bem mais enfática do que o acionamento da memória tecnodiscursiva, exerce a função semântica de desqualificação do outro, presente nessa dimensão, através de ataques insultantes e manifestações de desprezo em interações belicosas. A “ciberviolência” pode ser associada a definição de “Ética do discurso digital”, definida por Ogien como o:

conjunto dos critérios de aceitabilidade dos discursos produzidos na internet em relação aos valores reconhecidos pelos usuários em um espaço e tempo dados. Esses valores relativos aos dois grandes polos do bem e do mal constroem numa sociedade os critérios de ações destinadas a uma vida boa ou, ao contrário, dirigidas ao prejuízo do outro (Ogien 2007 apud Paveau 2021 p. 195)

Para Paveau os valores mobilizados pela “Ética do discurso digital” são os mesmos do da ética dos discursos off-line, mas é construída através de um metadiscorso, visto que é definível por aquilo que os usuários dizem dela. Ou seja, se acrescentam valores específicos às comunidades conectadas aos ambientes formatados pelas coerções técnicas. Em outras palavras, o *flaming* será ou não reconhecido e partilhado por determinada comunidade *on-line*, a depender dos valores compartilhados entre seus constituintes, que incluem não os locutores participantes do embate polêmico, mas dos terceiros.

Esse terceiro, presente na dimensão teatral do registro polêmico, representado no X pelos usuários que não estão envolvidos diretamente na interação polêmica, mas que estão em posição de telespectador, são os demais usuários que podem comentar ou compartilhar os argumentos de um, ou outro discurso. Demonstrando assim terem sido ou não convencidos por eles, o que não ocorreria em registros polêmicos desenvolvidos em outros regimes fora da web. Em suma, julgamos que, no X, construção do simulacro do outro, que é constitutiva da polêmica, assume registro próprio, enquanto mobiliza, de forma indissociável, recursos das cenografias verbal e digital.

Após descrevermos nosso objeto de estudo (o registro polêmico) e descrevermos as categorias analíticas da análise do discurso que explicam a sua manifestação na web, daremos luz a descrição dos procedimentos adotados na análise dessa manifestação no X.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa qualitativa-interpretativa elege o registro polêmico acerca da vacinação contra a Covid-19 como objeto de estudo e visa observar a sua manifestação na rede social X, especificamente em tuítes, a fim de entender como as três dimensões do polêmico aparecem nessa rede social. Objetivamos analisar a dimensão enunciativa na plataforma digital, A adaptação da dimensão genérica aos parâmetros do hipergênero X, e os posicionamentos que se realizam na dimensão semântica do registro. Visamos entender como os discursos anti e pró-vacina interagem e evoluem no contexto digital, para explicar como a extrema-direita e a esquerda construíram, mediante postagens no X, posições enunciativas que fomentaram entendimentos coletivos e identidades no debate sobre a vacinação e saúde pública no Brasil.

Para o alcance desses objetivos, nos detemos à coleta de um conjunto de tuítes acerca da vacinação contra a Covid-19 postados pelos perfis de representantes de partidos da extrema-direita no Brasil e de representantes de deputados de partidos da esquerda brasileira, durante o período de março de 2020 a dezembro de 2021.

5.1 A seleção do corpus

Para Paveau (2021), o pesquisador dos discursos nativos digitais precisa ser usuário da web 2.0 e ter um conhecedor prático das suas interfaces, pois disso depende a identificação e análise de seus fenômenos. A partir destas considerações, agregamos tanto na coleta do *corpus* quanto nas análises, nosso conhecimento prático da plataforma X e elegemos 3 perfis oficiais de políticos (presidente + dois deputados) que compunham o quadro do governo brasileiro nesse período e que fizeram postagens contra posicionamentos de políticos filiados a esquerda. Os donos dos perfis escolhidos eram filiados, na época, a partidos da direita: Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Nikolas Ferreira. Para abrangermos as demonstrações, além disso, selecionamos outros 4 perfis oficiais de políticos, mas filiados a partidos da vertente política de esquerda, e que fizeram postagens, entre 2020 e 2021 a favor da vacina e medidas protetivas na plataforma X: Randolfe Rodrigues, Fernando Haddad, Erika Hilton e Dilma Rousseff. Nesta segunda vertente de posicionamento escolhemos 01 perfil a mais para conseguirmos contemplar todos os critérios significativos que categorizam o posicionamento, o que não foi possível apenas com 3 perfis.

Na busca de coletar tuítes referentes à vacinação, utilizamos a ferramenta de busca que o *site* disponibiliza “dentro” de cada perfil, digitando a seguinte lista de palavras-chave

(ecoadas na mídia jornalística e nas mais variadas redes sociais durante o ano de 2020); vacina, medidas restritivas, pandemia, isolamento social, Covid-19, coronavírus e cloroquina. Durante o ano, à medida que a pandemia se desdobrava, continuamos a visitar, mensalmente, tais perfis digitando na ferramenta de busca palavras-chave que tivessem ligação com os acontecimentos recentes referentes à pandemia. Em dezembro de 2021, havíamos coletado, através da função digital da captura de tela, 80 textos, sendo 40 tuítes dos políticos citados acima, filiados a partidos da extrema direita, incluindo o presidente da república e 40 de políticos filiados a partidos de Esquerda, que estavam ou não em atuação.

Ao fim de 2021, organizamos os tuítes agrupando-os inicialmente por temas e, em seguida, pelas datas nas quais tais temas surgiram no *site*, por exemplo; tuítes sobre a cloroquina como tratamento precoce (março de 2020), tuítes sobre fabricação da primeira vacina (maio de 2020), etc. Depois, separamos esses grupos entre tuítes feitos por políticos de partidos ligados à extrema-direita e políticos da esquerda. Posteriormente, a partir da linha temporal disponibilizada pela SANAR⁷, na plataforma *online* da instituição, julgamos que os temas dos tuítes selecionados para o compor o *corpus* desta pesquisa correspondiam a momentos diferentes da pandemia e da vacinação contra o vírus no Brasil. Elegemos oito temas e os associamos aos semestres que comporam 2020 e 2021, considerando a convergência entre os acontecimentos ocorridos em cada semestre e suas abordagens nas postagens. Em cada semestre, os posicionamentos discursivos materializados nos tuítes, sofisticavam seus argumentos para manter, independentemente do estágio no qual se encontrava a pandemia, as mesmas posição ideológica.

O primeiro semestre de 2020 diz respeito ao primeiro momento da pandemia, quando ainda não havia nenhum protótipo de vacina contra o novo vírus. Os protocolos científicos orientavam evitar sua disseminação por meio de uso de máscaras, higienização e isolamento social. Nesse momento, por um lado, a preocupação referente à inexistência de vacinas que combatessem o vírus SARS-CoV-2 e o incentivo a medidas de isolamento. Já, por outro lado, ao negar a gravidade da doença e ser contrário ao isolamento social, defendia-se a imunidade de rebanho⁸. Nessa época, o presidente do Brasil se referiu a Covid-19 como “gripezinha”, indicando

⁷ A SANAR é uma instituição educacional da área da saúde. Durante todo o período pandêmico no Brasil (2020 à 2021) até meados de 2022, o site oficial da instituição organizou e atualizou a linha temporal dos acontecimentos referentes a pandemia no Brasil. A linha temporal com os dados podem ser acessados através do link <https://sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/>

⁸ Termo que define o momento em que a cadeia de transmissão de uma doença dentro de um grupo populacional é interrompida por se ter atingido um grande percentual de indivíduos já imunizados contra o agente infeccioso.

o uso da cloroquina como principal tratamento contra o vírus. Ainda no primeiro semestre, iniciava-se na mídia os primeiros rumores do início da fabricação da primeira vacina contra a Covid-19. Nesse período, políticos filiados aos partidos REDE, PT, PSOL, já defendiam a vacinação, ao passo que políticos filiados aos partidos PL e PSL fomentavam dúvidas sobre a eficácia de uma possível vacina.

No segundo semestre de 2020, dois deputados filiados à época ao partido dos trabalhadores-PT. Gleise Hoffman e Enio Verri, apresentaram um projeto de lei⁹ para tornar obrigatória a vacinação contra a Covid-19 em todo o país. Debateu-se também a obrigatoriedade do uso de máscaras em locais públicos. Nesse cenário, o posicionamento de políticos filiados a direita foi de alegar que a obrigação seria uma infração à liberdade individual de cada cidadão¹⁰.

Em janeiro, já no primeiro semestre de 2021, inicia-se a vacinação no Brasil e em março de 2021, as vacinas nacionais começaram a ser produzidas no Brasil, inaugurando uma quinta fase que durou até outubro de 2021. Abril, foi o mês em que foi instaurada uma CPI para investigar omissões e imprudências do Governo Federal em relação ao enfrentamento da pandemia, visto que, nesse mês, o Brasil já contava com 400 mil mortos por Covid-19. Em maio de 2021, em decorrência da CPI, os institutos Wajngarten, Pfizer e Butantan confirmam publicamente¹¹ que houve demora e negligência do Governo Federal na compra de vacinas que já estavam disponíveis para serem compradas em julho e agosto de 2020. Em junho, a mídia¹² publica dados sobre a compra, pelo governo federal, de uma vacina indiana (Covaxim) que nunca foi entregue, o que configurou um ato de corrupção. Em meio a esses acontecimentos, o governo realizava campanhas contra o isolamento social, defendendo a volta das atividades presenciais.

No segundo semestre de 2021, Jair Bolsonaro, em uma live¹³ no YouTube, associou as vacinas contra a COVID à contaminação da AIDS. Essa fala reacendeu novamente a polêmica acerca da vacinação¹⁴, entidades, políticos e o Conselho Nacional de Saúde se manifestaram

⁹<https://www.camara.leg.br/noticias/702015-PROJETO-PREVE-OBRIGATORIEDADE-DE-VACINA-CONTRA-Covid-19>

¹⁰<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/19/bolsonaro-diz-que-vacinacao-contr-a-covid-19-nao-sera-obrigatoria.ghtml>
<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/17/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-e-chama-de-idiota-quem-o-v-e-como-mau-exemplo-por-nao->

¹¹<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/28/waingarten-pfizer-e-butantan-confirmam-demora-do-governo-para-comprar-vacinas>

¹² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57589327>
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-quem-nas-denuncias-sobre-superfaturamento-de-vacinas/>

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=Ct366mFCvHQ>

¹⁴<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2184-cns-repudia-fal-as-mentirosas-do-presidente-em-que-vacina>

contra a fala do presidente. Ainda no mês de junho, a CPI seria encerrada¹⁵, com políticos de direita se omitindo, minimizando ou negando a gravidade da pandemia, incluso o presidente da república e políticos de esquerda se revoltando (no X) diante das notícias e pedidos de investigação, afastamento e até prisão do presidente e aliados do governo. Em dezembro de 2021, quando a discussão¹⁶ no X, era sobre a obrigatoriedade do passaporte vacinal para entrada no País e para a licitude da frequência de vacinados a estabelecimentos públicos¹⁷. Os perfis de candidatos filiados a partidos de direita postaram tuítes que pareciam demonstrar novamente uma posição contrária a qualquer tipo de obrigação alegando dolo a liberdade¹⁸, já políticos de esquerda, se mostraram a favor¹⁹.

Como observado, para cada semestre dos dois anos pandêmicos, elegemos tuítes em quantidade variáveis, de políticos filiados a partidos de direita e de políticos filiados a partidos de esquerda, perfazendo um total de 22 tuítes.

Para facilitar a visualização e do *corpus*, organizamos, por semestre, na primeira coluna da tabela a seguir, as informações que inflaram a polêmica em torno da vacinação no X. Já, na segunda e terceira coluna, colocamos a filiação partidária e o cargo político exercido pelo dono do perfil durante o período pandêmico. Além do link dos seus perfis no X e da quantidade de tuítes analisados em cada perfil.

Tabela 2 - Organização do *corpus*

SEMESTRES	PERFIS DE POLÍTICOS FILIADOS À NOVA DIREITA	PERFIS DE POLÍTICOS FILIADOS À ESQUERDA
Primeiro semestre de 2020: ausência de vacinas, medidas protetivas, imunidade de rebanho, incentivo do uso da cloroquina como tratamento precoce e início da fabricação	Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Presidente da República pelo PSL Link do perfil no X: https://x.com/jairbolsonaro	Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Senador pelo REDE Link do perfil no X: https://x.com/randolfeap

[-contra-covid-19-desenvolveria-hiv-](https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/politicos-e-cientistas-repudiam-fake-news-de-bolsonaro-que-relaciona-vacinacao-ao-d)

<https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/politicos-e-cientistas-repudiam-fake-news-de-bolsonaro-que-relaciona-vacinacao-ao-d>

¹⁵<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/26/apos-seis-meses-cpi-da-pandemia-e-encerrada-com-80-pedidos-de-indiciamento#:~:text=>

¹⁶<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-critica-passaporte-vacinal-e-defende-restricoes-para-imunizar-criancas/>

¹⁷<https://www.ceara.gov.br/2021/12/23/hoteis-e-academias-deverao-exigir-o-passaporte-vacinal-a-partir-de-3-de-janeiro-informa-camilo-santana/>

¹⁸<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/31/na-tv-bolsonaro-critica-passaporte-vacinal-e-defende-prescricao-medica-para-imunizacao-de-criancas.>

¹⁹<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/08/lula-critica-bolsonaro-por-rejeitar-passaporte-da-va-cina.htm>

<p>dos primeiros protótipos vacinais.</p>	<p>Quantidade de tuítes analisados: 05</p> <p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Deputado Federal pelo PL Link do perfil no X: https://x.com/Bolsonaro Quantidade de tuítes analisados: 01</p> <p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Deputado Federal pelo PL Link do perfil no X: https://x.com/nikolas_dm Quantidade de tuítes analisados: 01</p>	<p>Quantidade de tuítes analisados: 01</p> <p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Ex presidente pelo PT Link do perfil no X: https://x.com/Haddad_Fernando Quantidade de tuítes analisados: 01</p>
<p>Segundo semestre de 2020: Obrigatoriedade da vacinação e de medidas protetivas como o uso de máscaras em locais públicos.</p>	<p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Deputado Federal pelo PL Link do perfil no X: https://x.com/nikolas_dm Quantidade de tuítes analisados: 03</p>	<p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Senador pelo REDE Link do perfil no X: https://x.com/randolfcap Quantidade de tuítes analisados: 01</p>
<p>Primeiro semestre de 2021: Fraude vacinal, CPI da COVID e campanha a favor da volta às atividades presenciais.</p>	<p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Presidente da República pelo PSL Link do perfil no X: https://x.com/jairbolsonaro Quantidade de tuítes analisados: 01</p>	<p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Ex presidente da República pelo PT (Partido dos Trabalhadores). Link do perfil no X: https://x.com/dilmabr Quantidade de tuítes analisados: 01</p>
<p>Segundo semestre de 2021: Rejeição da vacina no estado de São Paulo e Obrigatoriedade do passaporte vacinal.</p>	<p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Deputado Federal pelo PL Link do perfil no X: https://x.com/Bolsonaro Quantidade de tuítes analisados: 02</p>	<p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Vereadora do Município de São Paulo pelo PSOL. Link do perfil no X: https://x.com/ErikakHilton Quantidade de tuítes analisados: 02</p> <p>Partido e cargo político exercido entre 2020 e 2021: Senador pelo REDE Link do perfil no X:</p>

		https://x.com/randolfeap Quantidade de tuítes analisados: 02
--	--	---

5.1.2 Procedimentos metodológicos

Assim como Paveau (2021, p. 36), sabedores de que “O ideal seria, evidentemente, poder trabalhar com um navegador aberto”, mas também sabendo que como isso não “permitiria a publicação fora da rede”, todo o *corpus* desta pesquisa precisou coletado pela função de “captura de tela” (*printscreen*). As legendas postas em cada captura de tela explicam o argumento utilizado nos posicionamentos de cada tuíte e na indicação da fonte de cada um deles incluímos o *link online* do tuíte em questão.

Identificamos e analisamos as três dimensões descritas por Maingueneau para o registro polêmico nos 22 *tweets* que compõem o *corpus* da pesquisa a fim de descobrir as modificações que elas sofrem no X, as quais são possibilitadas pelos recursos nativos da web. A análise contemplará as três dimensões simultaneamente, haja vista que elas são indissociáveis na concretização do registro polêmico. Para facilitar a compreensão dos neologismos, grafias e empréstimos da língua inglesa, que precisamos utilizar na descrição dos recursos tecnodiscursivos analisados, inserimos notas de rodapé explicativas.

Para a análise do registro polêmico materializado nos tuítes, bem como, de suas dimensões (enunciativa, genérica e semântica), utilizamos inicialmente o aparato teórico-metodológico desenvolvido por Maingueneau (2005, 2010, 2015, 2016), e como ampliação dele considerações de Marie-Anne Paveau (2021) sobre recursos tecnolinguageiros e tecnodiscursivos. Os quais acreditamos preencher lacunas ainda não esclarecidas por Maingueneau em relação ao registro polêmico na web.

Para analisar a dimensão enunciativa dos tuítes, precisamos recorrer à cenografia digital, incluindo os enfoques verbal, iconotextual e reticular, elaborados por Maingueneau (2010). Ao relacionarmos a cenografia digital à dimensão enunciativa do registro polêmico, precisamos também associar à sua constituição os conceitos de algoritmo, “fio”, ciberviolência (*flaming*), memória discursiva, tecnografismos (redocumentarização), cor, *hashtag* e comentário, tal como descritos por Paveau (2021).

No tocante à dimensão genérica do registro polêmico, julgamos que precisará ser

analisada pelo conceito de hipergênero, tal como proposto por Maingueneau (2010), tendo em vista que, segundo o autor, na web, o quadro cênico perde força e a cenografia ganha protagonismo. Isso, como era de se esperar, também traz implicações para a dimensão semântica do registro polêmico na medida em que, segundo Maingueneau (2016, p.157), “A generacidade que implica a web”, [diferentemente da] ‘clássica’ não se apoia sobre [...] tipos de discurso, [mas] tem tendência a misturar essas fronteiras. Nesse sentido, “a lógica do lugar se substitui aquela da do vínculo”.

5.2 A extrema-direita e a esquerda

É de conhecimento comum que o espectro esquerda-direita é um conceito que enquadra ideologias e partidos, comumente tido como opostos. Revisitando as origens dessa dualidade, Bobbio (2003) cita Nietzsche como exemplo de filósofo inspirador do Nazismo e Marx como fundador da esquerda. Porém, o autor cita também Carl Schmitt, que foi por um tempo promotor e teórico do estado nazista na Itália, mas que também foi homenageado por vários grupos e pessoas entusiastas da esquerda.

O autor traz ainda um documento que comprova a simpatia de Heidegger para com o nazismo (de direita) ao passo que demonstra as críticas que o filósofo também fazia ao movimento, mesmo filiado a um partido nazista. George Sorel é também citado por Bobbio, pois “desempenhou politicamente a função e o papel de inspirador de movimentos da esquerda...” (p. 68), mas se inspirava em dois pensadores que não são definidos como pensadores de esquerda: Pareto e Croce. Os exemplos de Bobbio tendem a demonstrar que é possível existir laços entre a díade esquerda-direita.

Adiante na leitura do autor, temos o exemplo da díade na política italiana, nos são apresentados dois partidos políticos que defendem visões opostas, mas que contemplam em sua composição de parlamentares políticos que apoiam as ideias do partido adversário. Bobbio transfere essa oposição para o panorama brasileiro, nos lembrando que Lula era um candidato de esquerda, mas que seu vice era José de Alencar (filiado à direita). Evidenciando a percepção de que esquerda e direita, no sentido de organização e coesão, também não são límpidas. Outro dado importante que lemos em Bobbio trata-se das divergências que, por vezes, ocorre dentro de um mesmo partido, nos quais alguns parlamentares desejam renovar ou mudar algumas visões que não convergem mais com a visão da realidade (tidos como tendenciosos a esquerda). E outros desejam manter as convicções por acharem que ao mudarem podem comprometer a imagem do partido (tendenciosos a direita), criando, dessa forma, um paradoxo dentro do mesmo partido.

Embora necessitemos, fixar essa ideia de que direita e esquerda não foram e não serão sempre coesamente distintas, e de que entendemos que a díade permanece e se fortalece nos dias atuais, coalizões como a de Lula e Alencar não seriam extremamente complicadas de ocorrer no cenário político atual brasileiro, podendo ocorrer novamente, como nas últimas eleições

presidenciais em que Lula teve como candidato a seu vice Geraldo Alckimin (adversário do partido de Lula por décadas) portanto é também válido que entendamos as premissas que validam a distinção entre os dois movimentos.

Bobbio para explicar os fatores que legitimam as duas vertentes, afirma que a distinção nasceu na época da Revolução Francesa, juntamente com seis grandes ideologias: o conservadorismo, o liberalismo, o socialismo romântico, o anarco-libertarismo, o fascismo (e o radicalismo de direita) e o tradicionalismo. Essas ideologias esgotam o campo que preenchem a distinção, combinando-se entre elas. Sendo que são de direita:

São de direita duas ideologias românticas, o tradicionalismo e o fascismo e uma clássica, o conservadorismo; são de esquerda uma ideologia romântica, o anarco-libertarismo e uma clássica, o socialismo científico; quanto a clássica restante, o liberalismo é de direita e de esquerda, conforme os contextos. (Bobbio 2003, p. 83)

Para o autor, as tendências ideológicas atuais de direita e de esquerda se constituem entre religião, moralismo e política, sendo a religião bandeira da direita, ao passo que o ateísmo é associado a esquerda.

A distinção entre direita e esquerda se resolve em última instância na distinção entre sacro e profano, no interior da qual se encontram seu posto outras diferenças, como aquela entre postura tradicionalista favorável a continuidade e postura aberta ao novo ou progressista, favorável a ruptura a descontinuidade.” (2003, p. 93)

Além da religião, em um estudo para a fundação Rosa Luxemburgo em 2018, Stefanie Ehmsen e Albert Scharenberg explicam que os avanços dessa extrema-direita representada por Donald Trump, Bolsonaro, Marine Le Pen... se deu por conta da ofensiva neoliberal que deflagrou a desigualdade social e a pobreza com políticas de austeridade. Reduzindo a noção e o sentimento de sociedade a um aglomerado de indivíduos. Para os pesquisadores, as políticas neoliberais enfraqueceram a esquerda porque fragmentaram suas bases sociais: os trabalhadores, o que também observamos na análise de nosso *corpus*. Em uma sociedade que comporta apenas 1% de super ricos, o apelo à união da classe trabalhadora, ao nacionalismo, a algum tipo de sentimento unificador e de revolução torna-se fértil. Essa Nova Direita, como veremos em nossa análise, tanto apela para uma identidade nacional, de “pertencimento” mas também a ideia de revolta contra um “inimigo”. No caso do Bolsonarismo, o “Cidadão de bem” é aquele ignorado pelos governantes, mesmo trabalhando e pagando impostos.

Essa vertente atualizada da nova direita herda do fascismo original os discursos punitivistas e militaristas, o apelo a violência, o anticomunismo e julgam as instituições

científicas, a imprensa e as instituições de ensino como elitistas, globalistas. O estudo de Ehmsen e Scharenberg, aponta ainda para os aspectos culturais e ideológicos (como o tradicionalismo) que somados à religião, fragilizam também a base ideológica da esquerda, que já sente os impactos da ofensiva neoliberal em sua base social. Para os autores, muitas organizações de esquerda optaram por assumir uma postura defensiva, passando a moderar tanto seus discursos que se descaracterizaram. O que notamos na pandemia de Covid-19 no Brasil, foi a primeira alternativa. A esquerda assumiu um papel agressivo e combativo, tomando para si, após a derrota nas eleições presidenciais em 2018 o lema “seremos resistência”.

Retomando o primeiro ponto da díade (coalizões podem existir em partidos com ideologias distintas) que explicamos nesta seção, apontamos assim como Bobbio que, na linguagem política, a contraposição positivo e negativo, são representados tanto em um lado quanto do outro:

Os bons, e respectivamente os maus, podem ser encontrados tanto à Direita quanto à esquerda. Depende de que parte provenha o juízo. O Juízo de valor negativo ou positivo que conforme as circunstâncias se dá à Direita ou à Esquerda é parte integrante da própria luta política. (Bobbio 2003, p. 76)

5.3 O X na Pandemia

A rede social twitter, que teve sua razão social (nome no qual a empresa é registrada em órgãos governamentais) modificada em 2023 para “X Corp.” é, atualmente, um dos principais meios de formação de opinião pública, principalmente entre os mais jovens e políticos, como afirma (Pedra, 2021, p.49). Para o autor “torna-se cada vez mais claro que o debate público encontrou na internet, principalmente com o advento das redes sociais, uma arena fértil para interações diretas entre governantes e governados” (2021, p.49).

Com a última campanha presidencial no Brasil, o X, rede social já muito usada para disseminação de ideias partidárias, tornou-se palco de debates e discussões entre políticos de bases partidárias opostas, como os pró-petistas (inclinados a Esquerda) e os pró-Bolsonaro (filiados à extrema-direita no Brasil). Com o agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil, devido ao isolamento social e as estratégias de comunicação do governo federal, a rede social, popularizou-se ainda mais perante os usuários já citados. Ferreira (2021, p. 46, *grifo nosso*) categoriza esse cenário (das redes sociais sendo utilizada por políticos) como “uma situação caótica, [...] um verdadeiro campo de batalha, um jogo de versões. Julgamos que esse

contexto tenha propiciado um espaço fecundo para a existência do registro polêmico, bem como para o atravessamento de discursos.

Em vista disso, nosso foco é no registro polêmico, no hipergênero X, visto isto que analisaremos a construção da polêmica referente aos discursos, em tuítes de políticos filiados à esquerda e à extrema-direita. Por acreditarmos que as formas de polemizar se modificam conforme o ambiente em que se realizam, julgamos que determinadas polêmicas (embates discursivos) que se disseminam pelas mídias sociais possam se constituir como um registro.

6 O REGISTRO POLÊMICO EM TUÍTES SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19

6.1 O primeiro semestre de 2020: Cloroquina e cobrança por vacina²⁰.

A pandemia de COVID-19 surgiu no final de 2019 na China, e tamanha foi a sua propulsão no globo que no primeiro semestre de 2020 já assistíamos, no Brasil, o vírus se alastrar tanto pelos bairros nobres, como pelas vielas. O mundo deveria se preparar para combater um novo vírus desconhecido, sem saber quais os riscos à saúde ele poderia causar e sem ter uma vacina para freá-lo. Inicialmente, o governo federal brasileiro não adotou medidas preventivas para contê-lo, embora ele já tivesse se alastrado por toda a Europa. Não houve, por parte dele, nenhum tipo de campanha publicitária de conscientização da população que orientasse o isolamento ou uso de máscaras e higienização.

O presidente Jair Bolsonaro, nesse primeiro momento, pediu a união do povo ao mesmo tempo que negava a capacidade mortal do vírus que ainda assolava o País, referindo-se aos efeitos causados pelo Covid-19 como uma “gripezinha”²¹, uma histeria coletiva, que não requereria maiores preocupações. O presidente chegou a repetir, várias vezes, o discurso de que se 70% da população seria inevitavelmente infectada, o que foi interpretado como a tentativa de implantação de uma “imunidade de rebanho”. Mesmo com os profissionais da saúde alertando que esta não era a melhor estratégia para frear o novo coronavírus²², Bolsonaro, incentivou também o uso de cloroquina para o tratamento dos possíveis sintomas da doença²³, além de se negar²⁴ a comparecer em reuniões com chefes de estado da América do Sul para tratar do novo vírus.

Nessa primeira fase, a rede social X que já tinha sido bastante utilizada como ferramenta de campanha na última eleição para presidente por políticos de partidos ligados a direita,²⁵ passou a ser usada por eles e por políticos com filiação partidária de esquerda para

²⁰ O Brasil termina o primeiro semestre de 2020 com 59.656 mortes por Covid-19, sendo 1.271 confirmadas em um único dia, total de infecções chega a 1.402.041, o acréscimo é de 33.846 em 24 horas (Dados da plataforma SANAR).

²¹<https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/03/20/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-bolsonaro-diz-que-gripezinha-n>

²²<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/sem-vacina-imunidade-de-rebanho-nao-e-melhor-estrategia-diz-secretario-do-minis>

²³https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/12/10/interna_politica.1219451/bolsonaro-indica-cloroquina-sem-prescricao-eu-sei-qu

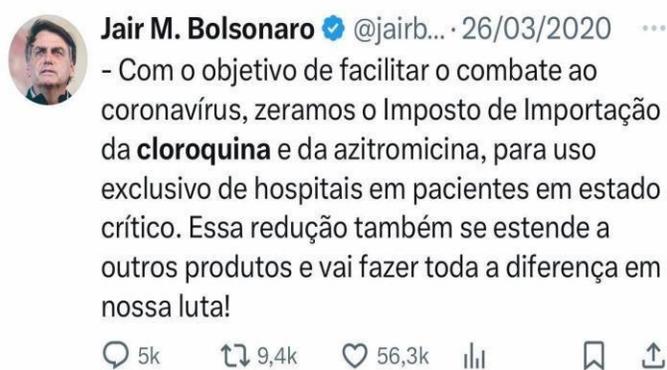
²⁴<https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-nao-participa-de-encontro-virtual-com-presidentes-de-paises-do-prosul-sobre-coronavirus-24308>

²⁵<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/43710>

disseminar informações sobre o andamento da pandemia de Covid-19. Esses frequentemente discordavam em relação à vacinação e outras políticas públicas adotadas para combater a Covid-19. Analisamos a seguir os tuítes que ilustraram esse embate discursivo, sob a ótica da materialização do registro polêmico na plataforma.

A primeira fase da polêmica iniciou-se com o momento descrito acima e perdurou por quase todo o primeiro semestre de 2020 (março a junho) na rede social X. Iniciamos nossa análise a partir de postagens deste período.

Figura 03 - Os impostos da cloroquina



Fonte: *print screen* da página oficial do ex-presidente Jair Bolsonaro na plataforma X (2020).

Notamos que o tuíte, postado na conta oficial do então presidente Jair Bolsonaro, filiado na época ao “Partido Liberal” considerado de extrema-direita, carrega em sua cenografia digital um teor informativo, o tuíte faz parte de um “fio” que o chefe de estado postou sobre atualizações de ações do governo em diversas áreas. O “fio”, recurso tecnodiscursivo possível de ser utilizado no hipergênero X é um recurso que permite que os tuítes “carreguem” mais informações, visto que o X só permite 280 caracteres em cada postagem de usuários que não pagam para utilizar a plataforma. Assim sendo, o “fio” são textos anexados uns aos outros, por meio da função “resposta”, cada “anexo” configura um novo módulo, os quais compõe a cenografia reticular. Ao responder o seu próprio tuíte com o restante das informações que se quer repassar, o locutor facilita a construção e também a leitura dos módulos por parte do usuário. Basta que o internauta clique no tuíte e depois deslize pela tela as pontas dos dedos para cima, que os outros módulos aparecerão. Não se faz necessária, neste caso, a inserção de links que contenham o restante das informações. Não há necessidade de se desconectar da plataforma para ter acesso a elas. É, de certo modo, uma forma de estender a limitação de 280 caracteres imposta

pela plataforma para cada tuíte.

Em relação ao “fio”, Paveau explica que” para sinalizar que uma mensagem longa aparecerá, os usuários implementaram técnicas de produto²⁶: numeração, pontuação, marcador de início” (2021, p. 378). É o que notamos no começo desse tuíte: um travessão que enumera os pontos do “fio”. Esse recurso, aplicado na cenografia digital do registro polêmico, por consequência, só é possível devido às fracas coerções genéricas existentes no hipergênero X. Em outras palavras, Maingueneau explica:

O enfraquecimento da cena genérica na web se manifesta igualmente através da fragmentação de páginas na tela, temos em questão não um texto, mas um *mosaico* de módulos heterogêneos, que proíbe colocar em correspondência simples um texto e uma cena de enunciação (Maingueneau, 2016, p.144)

Observa-se que, na cenografia digital, há um tom informativo, quando relacionamos a informação sobre os impostos da cloroquina com as informações sobre outros âmbitos governamentais, como educação, lazer e economia contidas no fio do qual esse tuíte foi retirado. Não se evidencia, no módulo tuíte da plataforma X, um espaço relevante para aquela informação, visto que ela está “dentro” de um “fio”, fazendo com que seja vista apenas como mais uma medida do governo.

Observamos que na cenografia verbal, os termos “nossa” e “luta” convocam a população para o combater ao vírus, apelando para o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Ao mesmo tempo que notamos uma certa banalização do assunto, visto que a informação é posta dentre outros pronunciamentos, banalização que contribui para o não alarde em relação aos males da doença.

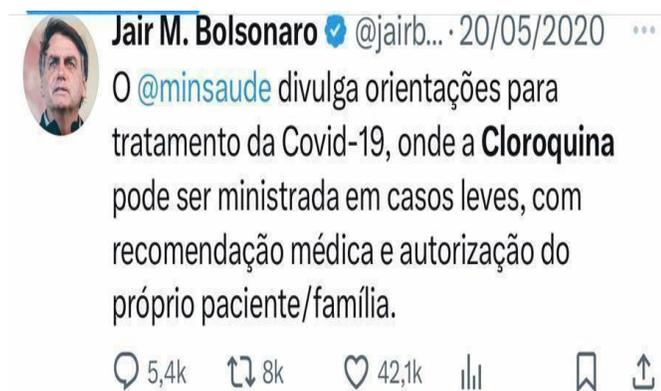
Figura 04-Produção da cloroquina em laboratórios brasileiros



²⁶ Para Paveau, “produto” é a ação que permite a invenção de novos usos, e, ao mesmo tempo, uma melhora contínua dos conteúdos existentes. A partir das afordâncias técnicas da “web”. (Paveau, 2021, p. 289)

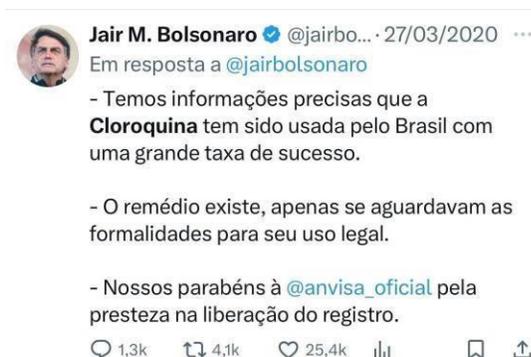
Fonte: *print screen* da página oficial do ex-presidente Jair Bolsonaro na plataforma X (2020).

Figura 05 - Prescrição da cloroquina



Fonte: *print screen* da página oficial do ex-presidente Jair Bolsonaro na plataforma X (2020).

Figura 06-Suposto sucesso do tratamento com cloroquina



Fonte: *print screen* da página oficial do ex-presidente Jair Bolsonaro na plataforma X (2020).

Nas cenografias digitais desses três tuítes, postados ainda no primeiro semestre de 2020, respectivamente em março e maio, percebemos que o presidente tagueia²⁷ os perfis oficiais da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira, do Ministério da Saúde e da Anvisa (órgão responsável pela vigilância sanitária do Brasil). Os *links* dos perfis estão em

²⁷ Gíria usada na web 2.0 para fazer identificação de alguma coisa (Usa-se como sinônimo aceitável o termo “marcar”). “Tag” em sua tradução literal significa etiqueta.

destaque pela cor azul. Sobre este recurso Paveau explica:

A rede twitter permite personalizar sua conta escolhendo a cor dos links. Dessa forma, a cor não é apenas um sinal de hipertextualidade, mas também uma estrutura cognitiva que permite ao usuário reconhecer imediatamente um segmento tecnolinguageiro, e então poder clicar. Os serviços da internet mais importantes como Google, Facebook ou Amazon mantiveram o azul original. O azul salvo na memória do internauta, é automaticamente identificado como um segmento clicável. Há outra razão, de acordo com Joe Clark, citado por Jeffrey Zeldman: verde e vermelho seriam as cores mais difíceis de identificar para os deficientes visuais, enquanto o azul é inversamente a cor mais fácil. (Paveau, 2021, p. 132)

Ao taguear os perfis oficiais dessas instituições, a cenografia aproxima as informações verbais do tuíte para a veracidade factual, por dois motivos; perfis de instituições governamentais, assim como as próprias instituições, devem ser regidos pela retidão e legalidade, como se exige no princípio da veracidade da administração pública²⁸. Os *links* dos perfis institucionais são usados como argumento de autoridade, podendo gerar o efeito de sentido de que aquelas informações além de serem válidas porque são postadas por um perfil oficial do presidente da república, também são chanceladas pelas instituições cujos perfis são tagueados.

O usuário entende que pode clicar nos perfis e confirmar o que está sendo divulgado, de forma semelhante ao que explica Maingueneau (2016, p.132):

Mas se se coloca essa letra em um site de Internet, ela se torna por sua vez uma imagem em uma tela, um suporte de operações (por exemplo, se podemos clicar sobre tal ou tal palavras ou grupo de palavras), um módulo na arquitetura de um site (ela pode se situar em lugares bem diversos: o site oficial de um partido, uma base de dados linguísticos, um site de informação jornalística, etc.) tanto quanto os elementos que interagem fortemente com a cenografia propriamente verbal.

O recurso do tagueamento e da escolha das cores dos *links* são localizáveis em diversos *sites* e plataformas do universo digital, não só porque podem ajudar a conferir credibilidade ao enunciado, mas também porque pode transformá-lo nessa rede de operações, que revolucionou a forma que produzimos e lemos grande parte dos enunciados digitais. Isso não é diferente na rede social X, considerada por nós como um hipergênero, na medida em que esse recurso, presente na cenografia digital dos tuítes printados nas figuras 3, 4, 5 e 6, confere credibilidade a informações relacionadas ainda ao uso da cloroquina como tratamento para Covid-19.

No dia 29 de março de 2020, após a publicação de dois dos tuítes aqui expostos, o Brasil fecha o fim de semana com 4.309 casos confirmados de Covid-19, o número de mortes

²⁸ O princípio da veracidade descrito na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso II, exige que o ato administrativo seja praticado conforme a lei, a verdade dos fatos e as regras morais.

chega a 139. A Bahia confirma a primeira morte pelo novo coronavírus, um homem de 74 anos, que fazia diálise e estava internado, ou seja, estava em estado crítico, paciente que se encaixava na recomendação do uso da cloroquina. O Distrito Federal e o Maranhão também registram mortes de pacientes que se encaixavam no mesmo perfil²⁹. Como constataremos adiante, na análise, o incentivo ao uso da cloroquina continuou sendo realizado por parte de políticos filiados a extrema-direita durante todo o primeiro e segundo semestre de 2020. Antes e depois da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Nacional da Saúde terem se manifestado contra a essa prescrição em maio de 2020³⁰.

Figura 7 - Recurso “fio”



Fonte: *print screen* da página oficial do ex-presidente Jair Bolsonaro na plataforma X (2020).

²⁹ Dados da plataforma SANAR, disponíveis para consulta pública em:

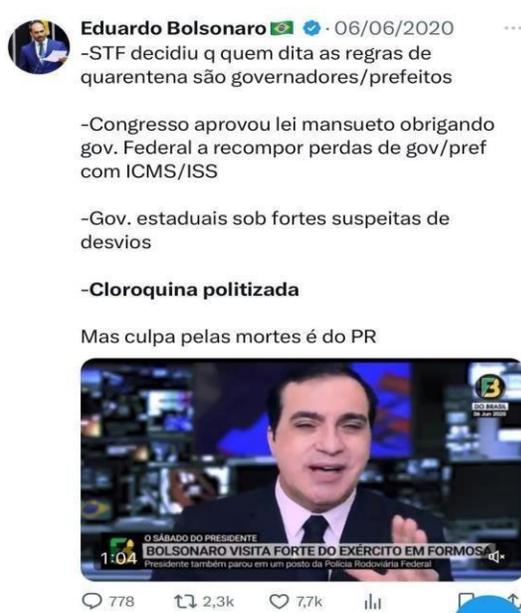
<https://sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/>

³⁰ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/25/oms-suspende-testes-com-hidroxicloroquina-contr-a-covid-19.ght>
<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1194-nota-publica-cns-alerta-sobre-os-riscos-do-uso-da-cloroquin-a-e-hidroxi>

Na cenografia digital deste tuíte, Bolsonaro novamente recorre ao “fio”, dessa vez escolhendo a numeração como técnica de produto (na expressão de Paveau) para indicar que o texto não acabará no primeiro módulo. Maingueneau nos explica que na cenografia digital não há hierarquia entre o que seria um texto principal e demais textos, pois toda a lógica do texto é subvertida. “Não se trata de microtextos, de textos curtos (como, por exemplo, as máximas ou os pequenos anúncios tradicionais), mas de uma subversão generalizada da lógica do texto” (Maingueneau, 2016, p.147). Para que o internauta clique no tuíte e deslize a tela para cima, para ter acesso a outras informações, ele precisa estar ciente de que há mais texto a ser lido. A nosso crivo, as informações da cenografia verbal seguem organizadas e dinâmicas, os usuários inclusive podem comentar em cada módulo separadamente e debaterem entre si sobre cada um deles. O recurso do fio, dessa forma, facilita o andamento das discussões, visto que se pode separar os tópicos da polêmica.

No final deste mês (Abril), mês seguinte ao mês em que se iniciaram as mortes por Covid-19 no Brasil, as secretarias dos estados contabilizaram 6.006 mortes e 87.187 pessoas infectadas pela doença³¹.

Figura 8 - Ações do governo municipal, estadual e federal



Fonte: *print screen* da página oficial do deputado

³¹ Dados da plataforma SANAR, disponíveis para consulta pública em: <https://sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/>

Eduardo Bolsonaro na plataforma X (2020).

Postado na conta oficial do deputado Eduardo Bolsonaro, também filiado ao Partido Liberal de extrema-direita, o tuíte acima traz em sua cenografia digital mais um “fio” com informações sobre assuntos gerais sobre o governo. O deputado elenca e mescla informações como críticas a decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a quarentena, atuação de prefeitos e governadores e decisões do congresso relacionadas ao pagamento de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadoria) e ISS (Imposto Sobre Serviço), além de apontar a politização da cloroquina como arma de culpabilização do presidente pelas mortes.

Neste tuíte nota-se que assim como no perfil de Jair Bolsonaro, o do parlamentar na primeira fase da pandemia, dedicou-se a minimizar a situação. Neste “fio”, as informações trazidas não são exatamente sobre o andamento do combate ao vírus, mas sobre a relação dele com o governo.

Enfatizamos, ainda, na cenografia digital desse tuíte o acréscimo do módulo vídeo. Ao descrever as duas dimensões da cenografia digital (iconotextual e reticular), Maingueneau não se detém a explicar determinados recursos tecnodiscursivos, pois focaliza o conceito de cenografia na explicação da configuração específica dos blogs pessoais. Porém, entendemos que as mídias como; imagens, *prints*, vídeos... disponíveis no hipergênero X, fazem parte do “leque” de escolhas que podem ser utilizadas na construção da cenografia digital dos registros existentes nessa plataforma. Acreditamos, ainda, que tais recursos servem para embasar, complementar ou criar enunciados que tomam parte na construção do registro polêmico. Em alguns casos, substituindo argumentos verbais, que precisariam ser lidos, a fim de acelerar a circulação dos efeitos de sentido que procura construir no X.

No módulo vídeo anexado ao tuíte do deputado (figura 8), aparece um homem em um cenário televisivo e de terno, performando a apresentação de um jornal televisivo³². Na sua fala, o apresentador corrobora e amplia os argumentos listados na parte verbal da cenografia digital do tuíte, ao explicar que o governo está sendo vítima da mídia, que está tentando gerar caos e medo na população, e culpabilizar o presidente pelas mortes ocorridas na pandemia. O usuário da plataforma tem acesso a esse vídeo, que em razão da sua cenografia jornalística pode produzir efeitos de veracidade, seriedade, objetividade que são próprios desse discurso e desse gênero,

³²Embora haja no vídeo um tom televisivo de TV aberta (cenários, elocução, vestuário, luz...) trata-se do trecho de um canal jornalístico exibido no YouTube e intitulado “Brasil em foco”. O canal tem como foco apoiar e disseminar as medidas políticas do ex presidente Jair Bolsonaro e da direita.

sem precisar sair do *site* clicando em um *link* (ação possível pela deslinearização da cenografia reticular). Tais informações da cenografia do módulo vídeo, podem enfatizar rapidamente os efeitos construídos na cenografia verbal do tuíte, sem que o usuário precise ler mais texto, devido à possibilidade³³ de anexar vídeos de até 2 minutos que a plataforma oferece. O vídeo ajuda a enfatizar o efeito buscado nessa primeira fase pandêmica pela extrema-direita: o de acalmar a população em relação à mortalidade do vírus, com a alegação de que o alarde se trataria de um confronto político e não sanitário, o que pode ter contribuiu para a exposição de pessoas à doença causando mortes.

Entre maio e junho de 2020, já quase no fim do segundo semestre, a polêmica no X passou a contemplar não apenas o tema da cloroquina, mas também o surgimento de possíveis vacinas que poderiam ser desenvolvidas e testadas. Como foi o caso do protótipo de vacina divulgado³⁴ como uma colaboração entre o Instituto Butantan e a farmacêutica chinesa Sinovac Biotech. A previsão era de que a vacina ficaria pronta até junho de 2021 e seria testada por nove mil voluntários de São Paulo. O tuíte abaixo foi postado na conta oficial do deputado federal Nikolas Ferreira, também filiado ao partido de extrema-direita PL.

Figura 9 - Vacina chinesa



Fonte: *print screen* da página oficial do deputado Nikolas Ferreira na plataforma X (2020).

O tuíte do deputado Nikolas Ferreira instiga seus seguidores a suspeitarem da eficácia da suposta vacina que seria desenvolvida no Brasil em colaboração com a farmacêutica chinesa. No primeiro enunciado, ele diz que tanto o vírus quanto a vacina para o vírus haviam surgido na China, e em seguida associa isso a histórias populares sobre a prática de borracheiros que jogarem pregos na rua para angariarem mais clientes. Em outras palavras, o perfil de Nikolas Ferreira

³³ Recentemente, a rede social X, disponibilizou, também, a possibilidade de se anexar vídeos de até 4 horas de duração. O recurso está disponível para perfis de usuários, que estejam dispostos a pagar uma taxa financeira pelo serviço.

³⁴<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/06/11/saiba-como-funciona-a-vacina-chinesa-que-sera-testada-em-sao-paulo.htm>

de forma assertiva, mediante três afirmações e uma pergunta metafórica, coloca a China sob suspeição de ter desenvolvido e espalhado o vírus propositalmente para conseguir vender uma vacina para esse mesmo vírus após o alastramento de uma pandemia. Considerando o recurso “curtir” disponível no hipergênero X, notamos uma adesão dos usuários a esse posicionamento com 5.400 curtidas, haja vista que o recurso “curtir”, que indica apoio. O tuíte conta também com 1.000 *reposts*, que podem ou não significar apoio, a depender do que os usuários, que repostaram, escreveram “acima” dos *reposts* como parte do produto. Ao todo foram 2.400 perfis diretamente associados a este tuíte.

Mas não são nestes números que queremos nos focar, eles não são tão significativos se considerarmos o número de perfis que podem ter entrado em contato com esse registro. São eles que nos interessam. O deputado Nikolas Ferreira é seguido por quase 4 milhões de usuários em sua conta no X³⁵. Ao realizarmos uma breve pesquisa no perfil do Deputado, como era esperado, observamos que esses seguidores são, em sua grande maioria, apoiadores de suas ideias e causas. Em outras palavras, esses perfis são ativos, eles interagem frequentemente (curtem, repostam e comentam) com os tuítes postados pelo parlamentar, além de seguirem outros perfis com ideias parecidas com as do parlamentar. O algoritmo assim entende, que deve mostrar diariamente os tuítes deste perfil para os seus seguidores, que neste caso, são quase 4 milhões.

Especificamente, no hipergênero X, há inclusive um módulo (intitulado “para você”) específico para o internauta poder ver tuítes que ainda não foram vistos por ele, mas que foram postados por perfis que ele segue. A “aba”³⁶ mostra ainda posts que se assemelham a tuítes já curtidos por este usuário, com ideias e palavras sinônimas, além de tuítes postados em contas parecidas com as que ele já segue, ou seja, mesmo que o tuíte em análise não tenha sido curtido, comentado e repostado por uma grande massa de pessoas, ele foi disseminado para um grande número de perfis.

³⁵ https://x.com/nikolas_dm

³⁶ Sinônimo utilizado no âmbito digital para se referir a página.

Figura 10 - Módulo “para você”.



Fonte: *print screen* da aba “Para você” na plataforma X (2020).

Até mesmo, os usuários que não concordam com o posicionamento do deputado foram expostos a esse registro, haja vista o determinismo do algoritmo que expõe os tuítes para aqueles que de alguma forma se interessam, neste caso, por temas relacionados a pandemia. Sobre este aspecto do algoritmo digital, Paveau entende que:

Nós não produzimos nossos discursos, a partir de uma intencionalidade livre, nem de uma subjetividade ilusoriamente autônoma, mas no interior de um ambiente que nos fornece instruções semânticas fortes. O estudo mostra que a internet, no caso a web, constitui um contexto particularmente determinista, onde os instrumentos de determinação podem facilmente se transformar em armas de manipulação. (Paveau, 2021, p. 44)

Assim, sua tentativa de colocar a China sob suspeição considerando o plano tecnodiscursivo do hipergênero X pode tomar parte na polêmica sobre a vacinação. Ao disseminar tuítes desse tipo, tanto para apoiadores desse posicionamento quanto para não apoiadores, o algoritmo infla a proliferação da polêmica, gerando mais registros, contra ou pró a esta vacina.

Nesta primeira fase da pandemia atentamos para a utilização de *links* utilizados na cenografia digital e da ciberviolência contida na cenografia verbal dos tuítes de perfis de políticos com filiação partidária de esquerda, observando como eles utilizaram este recurso para nos tuítes para polemizar com os de extrema-direita.

Figura 11-Crítica ao projeto de governo de Bolsonaro



Fonte: *print screen* da página oficial do senador Randolfe Rodrigues na plataforma X (2020).

Figura 12-Crítica à capacidade mental e gestora de Bolsonaro



Fonte: *print screen* da página oficial do ex-presidenciável Fernando Haddad na plataforma X (2020).

Randolfe Rodrigues, em 2020, foi o senador filiado ao partido de esquerda REDE, que seria mais tarde um dos responsáveis por instaurar a CPI da Covid-19. Fernando Haddad, também político filiado a esquerda (PT), em 2020 não exercia cargo político, mas era forte nome da oposição ao governo de extrema-direita, devido a sua recente disputa e derrota para Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Ambos os registros recorrem ao uso de *links* na construção de suas cenografias digitais, exacerbando a parte reticular, da qual fala Maingueneau. Como já explicamos, o site (que o autor e nós tratamos como hipergênero, representado aqui pela rede social X) são redes de instruções, e os textos produzidos são representados por módulos. Até este momento de nossa análise, já havíamos observado módulos com vídeos, e módulos com cenografia predominantemente verbal, há também estes representados por links.

O *link* que é colocado no módulo da cenografia digital do tuíte de Randolfe refere-se a uma matéria da revista “Veja”³⁷ de maio de 2020, sobre uma manifestação realizada por eleitores da extrema-direita, na qual o presidente compareceu sem usar máscara e sem respeitar o distanciamento social, recomendáveis pela Organização Mundial da Saúde durante a pandemia. Já o *link* disposto no tuíte de Haddad dá acesso uma matéria escrita por ele e publicada no Jornal Folha de São Paulo, criticando o governo Bolsonaro durante o período pandêmico.

Pelos tuítes analisados até o momento, observamos certa diferença na cenografia dos tuítes de partidos da extrema-direita quando comparados com aqueles de esquerda. Os perfis de Jair Bolsonaro e de Eduardo Bolsonaro buscam construir credibilidade em seus argumentos “mantendo” a leitura do usuário “dentro” dos módulos da cenografia do hipergênero X. Seja acrescentando mais informações ao “fio” do tuíte ou adicionando um vídeo ao módulo verbal do tuíte. Ambas as estratégias de argumentação mantêm a leitura dos tuítes localizada na cenografia reticular do X, o usuário não é direcionado para outros sites ou plataformas.

Randolfe e Haddad, por outro lado, disponibilizam *links* que direcionam a leitura para fontes externas, especificamente matérias jornalísticas ou artigos científicos. Em ambos os casos, a lógica de leitura se modifica e contribui para a defesa dos posicionamentos de cada um. No caso do usuário não precisar clicar em *links* para ler informações adicionais ou assistir vídeo, há ainda

³⁷ <https://veja.abril.com.br/brasil/chegamos-ao-limite-nao-tem-mais-conversa-diz-bolsonaro-em-manifestacao/>

mais celeridade na leitura e interpretação do tuíte. Basta que o usuário role as pontas dos dedos para baixo para ler o restante das informações ou toque no ícone do vídeo, ambas as ações ocorrem “dentro do site”. Um outro ponto que se destaca é o fato de que no caso do anexo dos vídeos, a argumentação do tuíte é ainda mais facilitada e abrangente, pois não exige que o usuário saiba ler textos escritos. Por outro lado, ao anexar *links* de *sites* jornalísticos, a argumentação conta com a proficiência leitora e a capacidade crítica do indivíduo. Embora, o tuíte ganha tom de veracidade, veracidade que no primeiro caso é construída através de outros recursos, como a inclusão na cenografia digital, de um vídeo que simula um canal jornalístico de TV aberta, acréscimo de informações ao “fio” ou pelo *tagueamento* de perfis oficiais.

Atentando para a cenografia verbal dos dois tuítes, notamos certa digressão da ética digital, como explicam os autores:

Os valores mobilizados pela ética do discurso digital são, em parte, os mesmos que os da ética do discurso off-line, mas a eles se acrescentam valores específicos às comunicações conectadas que têm uma dimensão de ação em ambientes amplamente formatados por restrições técnicas (Dias;Paveau, 2016 *apud* Paveua 2021, p. 195)

Se as normas éticas são as mesmas *off* ou *online*, ao chamar o presidente Jair Bolsonaro de “genocida”, “incapaz” e “mentalmente perturbado”, os políticos cometem o que Paveau chama de “assédio verbal on-line ou *flaming*, descrito como um conjunto de “interações belicosas” e de desprezo por e-mail e por meio de fóruns on-line” e de “ataques insultantes” (Paveau, 2021, p. 65). Diante da minimização dos efeitos da pandemia e do não incentivo às medidas protetivas contra o vírus por parte do governo, Randolfe e Haddad alegam que Jair Bolsonaro é o maior aliado do vírus e que seu projeto de governo é genocida. Pode-se interpretar que Randolfe o associa a chefes de estados totalitários, ao escrever “Nós! Democratas, não vamos mais tolerar essas investidas contra a democracia!” haja vista, que historicamente foram regimes como o fascismo, nazismo... que ameaçaram a democracia. Os termos desqualificadores utilizados nas cenografias verbais, “genocida” e “autoritário” no tuíte de Randolfe (figura 11) e “incapaz” e “mentalmente perturbado” no tuíte de Haddad (figura 12), também tornam os tuítes abertamente polêmicos. Porém, no tuíte de Randolfe ao mencionar o nome “Bolsonaro”, o assédio verbal é ainda mais polêmico, pois evoca a figura do presidente diretamente. Haddad apesar de usar termos assediadores (conforme a ética digital) para se referir ao ex presidente, escolhe iniciar a cenografia com o uso de terceira pessoa “se quem deveria liderar a nação”, privando-se de evocar tão diretamente o ex-presidente.

6.2 O segundo semestre de 2020: Obrigatoriedade do uso de máscaras, da vacinação e manifestações pró e contra a essas medidas³⁸.

Figura 13-Crítica ao veto à obrigatoriedade de máscaras



Fonte: *print screen* da página oficial do senador Randolfe Rodrigues na plataforma X (2020).

Com o agravamento da pandemia e o Brasil passando de 1 milhão de infectados, políticos filiados a partidos de esquerda assumem uma postura ainda mais combativa no X. Analisando a cenografia digital do tuíte acima, percebemos a repetição de estratégias tecnodiscursivas já observadas. O *link* de uma matéria jornalística materializa através de um *link* de uma matéria do site G1, mais um módulo na cenografia, e reforça o argumento de Randolfe de que Bolsonaro é genocida ao vetar a lei que obrigava o uso de máscaras como medida protetiva e o termo “genocida confesso” como já salientamos trata-se de assédio verbal (*flaming*), incluso nos atos de ciberviolência.

No entanto, na dimensão enunciativa nos interessa salientar o uso das letras maiúsculas utilizadas na cenografia verbal do tuíte, a palavra “VETOU” digitada em letras maiúsculas. No espaço da web interpreta-se como uma reação exacerbada, próxima ao grito. Entendemos que o uso das maiúsculas nessa palavra indica forte rejeição a tal atitude, ao mesmo tempo que atrai a atenção do “terceiro” que se visa convencer em um embate polêmico, representado, neste

³⁸ Fechando o segundo semestre, no dia 31 de dezembro de 2020, o Brasil registra em 24 horas mais 56.773, novos casos e a taxa de óbito é de 1.074 pelo vírus, contabilizando 390.797 mortes e 14.340.787 infectados desde março. (Dados da plataforma SANAR).

neste caso, pelos usuários “comuns” da rede social X. As letras maiúsculas se destacam entre as outras palavras, centralizando a ação de “VETAR” como algo grave. O parlamentar incita o julgamento e desqualifica Jair Bolsonaro, ao considerar e disseminar a atitude de “vetar” do presidente como ato de um “genocida confesso”, evocando diretamente a figura do presidente através de seu nome “q é Bolsonaro!”.

Figura 14-Durante réplica à crítica de Gleisi Hoffman



Fonte: *print screen* da página oficial do deputado Nikolas Ferreira na plataforma X (2020).

Em dezembro de 2020, já no fim do segundo semestre, a extrema-direita se mostrava, no X, ser abertamente contra a obrigatoriedade da vacinação. Manifestações bolsonaristas vinham sendo realizadas nas ruas contra a “ameaça” que representava a obrigatoriedade da vacina, uma das mais representativas foi a ocorrida no dia primeiro de novembro, na qual bolsonaristas ocuparam as duas faixas da Avenida Paulista³⁹. Neste tuíte, o perfil do deputado “denuncia” a atitude de

³⁹<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/grupo-antidoria-faz-protesto-contra-a-obrigatoriedade-da-vacina-em-sp.shtml>

Gleisi Hoffmann, deputada filiada ao partido dos trabalhadores (PT), considerado de esquerda. Ele alega que ela poderia ir às ruas manifestar-se contra antifascistas, mas ele não poderia manifestar-se nas ruas contra a obrigatoriedade da vacina sem ser criticado por ela. Nikolas Ferreira, aponta uma certa incongruência a crítica feita por Gleise, fazendo referência as manifestações ocorridas em São Paulo contra o fascismo, racismo e pelo “Fora, Bolsonaro” em junho de 2020, das quais a deputada participou⁴⁰. Ao fim, também a chama de “Amante”, buscando a desqualificação adversária política. Se observarmos esta estratégia argumentativa, percebemos que nas frases nas quais o deputado critica a atitude de Gleise, refere-se a ela em terceira pessoa, tagueando o perfil. Mas na frase que leva a reprovação de Gleise ao nível máximo com o uso do superlativo de ruim (Péssima atitude! Amante) utiliza a segunda pessoa, acrescentando ainda o termo amante no fim do tuíte, tornando-o abertamente polêmico.

Maingueneau explica que a desqualificação de um adversário presente nas marcas enunciativas “não passa necessariamente pela exibição de traços de polemicidade” (2010, p. 191). O que não ocorre neste caso, ao considerarmos as marcas enunciativas analisadas acima e o “dispositivo” pragmático no qual as marcas enunciativas ganham sentido (a relação entre lugares, papéis e normas) pode-se observar o polemismo aberto/extremamente (evidente neste tuíte), neste caso de natureza *satírica* (termo do autor), que ocorre quando o polemista visa desqualificar o outro para conseguir a cumplicidade do público.

É este polemismo satírico que notamos no termo “Amante” usado no tuíte do deputado. Se soubermos que Gleise era uma figura importante para a esquerda, fiel apoiadora do ex presidente Lula. E se associarmos a história pessoal da deputada, conhecida por ter exercido um “alpinismo social” ao se relacionar com o ex-ministro Paulo Bernardo da Silva (Planejamento e Comunicações) quinze anos mais velho que ela. O termo “Amante” torna-se pejorativo e desqualifica Gleise, pois insinua que ela foi amante do ex-ministro, visto que ambos se conheceram ainda casados com outros cônjuges. Apontando uma falha de moral, perante a esse “terceiro” de quem o tuíte busca o engajamento. Na primeira parte da cenografia verbal do tuíte, ao referir-se a ela em terceira pessoa, a crítica está direcionada a atitude relacionada a manifestação. Ao referir-se a ela em segunda pessoa no fim da cenografia verbal, nota-se um tom mais polêmico pelo termo (Amante) “carregar” um teor mais moral, sensível a esse “terceiro”. Assim como no tuíte da figura 14, há uma preocupação com esse espectador presente nessa dimensão teatral da enunciação.

⁴⁰ <https://sintufirj.org.br/2020/06/milhares-vaio-as-ruas-em-sp-e-porto-alegre-pela-democracia-e-contra-o-racismo/>

Maingueneau explica que esse “terceiro”:

É frequentemente considerado como alguém que assume as normas subjacentes ao debate. Trata-se do bom senso, dos valores democráticos, do catolicismo, da defesa dos pobres etc... é porque os adversários pressupõe a existência de normas que se impõe a ambos que eles podem polemizar. (Maingueneau, 2010, p. 192)

Neste caso, o “terceiro” visado pelo deputado é o público eleitor do parlamentar, formado por valores cristãos. Esse polemismo satírico, utilizado para impactar o telespectador, também ocorre acima, nos tuítes de Randolfe e Haddad, os termos “incapaz”, “perturbado”, “genocida”, fazem parte dos insultos contidos na ciberviolência explicados por Paveau, mas só se tornam polêmicos, porque também consideramos o dispositivo enunciativo nos quais essas marcas enunciativas estão inseridas

Desse modo, o deputado procura fazer, em um único tuíte, os usuários serem contra à obrigatoriedade da vacina, às medidas protetivas, isolamento social e a políticos de esquerda. Ao descredibilizá-los mostrando, em imagens (gerando efeito de veridicidade) que estes, como a então deputada Gleise Hoffman, apesar de advertirem a população para não participarem de aglomerações e criticarem bolsonaristas que o fazem, também as promoveram nesse período pandêmico. O que pode ainda levar o usuário a crer que as medidas protetivas são uma falácia da deputada e, por consequência, da esquerda. Para embasar seu argumento, o deputado insere módulos com *prints* na cenografia digital do tuíte. O primeiro *print* é de uma postagem do Instagram de Gleise, no qual há uma foto de Nikolas nas ruas de Belo Horizonte e abaixo da foto há um texto escrito “Sem máscaras e promovendo aglomeração, eleitores bolsonaristas fazem protestos contra a obrigatoriedade da vacina. Belo Horizonte. Péssima atitude!”.

Nesse texto, Gleise Hoffman reclama o ato de Nikolas Ferreira ter participado de manifestações em Belo Horizonte sem máscara (manifestação ocorrida em novembro de 2020), contra a obrigatoriedade da vacina. O outro *print*, que configura outro módulo na cenografia digital, trata-se uma foto de Gleise em uma manifestação na Avenida Paulista (Junho de 2020), contra o fascismo, racismo e a extrema-direita. Sobre este recurso tecnodiscursivo, Paveau salienta que:

Desenvolve-se cada vez mais, especialmente nas redes sociais, a prática de captura de tela de texto ou de fotografia de texto: num tuíte ou num status de Facebook, o internauta integra uma captura de tela ou uma fotografia de um excerto de texto, frequentemente com trechos sublinhados, para ilustrar ou apoiar seu discurso, ou transmitir uma informação (2021, p. 338).

Ao integrar as capturas à cenografia do tuíte, especificamente o *print* do post que

contém um texto, como no *print* da legenda acima, elas se tornam uma forma de citação de discurso direto da web:

os marcadores enunciativos pré-digitais do discurso relatado desaparecem e são substituídos por índices tecnológicos: nome do perfil de origem para identificar o discurso citante, contornos da fotografia para identificar o discurso citado, dispositivo da captura de tela para identificar a modalidade direta. (Paveau, 2021, p. 338)

Além de replicar a frase “Péssima atitude!” contida no texto de Gleise, o tuíte de Nikolas é constituído pelo *print* do texto no qual ela usa a frase, constituindo outro módulo de leitura, nesse caso, o do discurso direto através do uso dos *prints* de textos.

Objetivamos, tentar ainda, para outro aspecto polêmico contido na cenografia digital deste registro: o apelo a polarização notadamente fomentada pelo deputado, especificamente através desse recurso (citação em segunda pessoa. Em Doria (2021) lemos que um comportamento que se repetiu nos anos 30 e em 2020 no Brasil foram os dos discursos polarizantes para inflar a política. Os anos 30 foram marcados por disputas ideológicas⁴¹, intensificando-se em 1935 entre integralistas⁴² e comunistas⁴³. Já no período pandêmico (20/21), o discurso político se apropriou do discurso científico para inflar a polêmica, dentre outras formas, também por meio da polarização.

Doria explica que “os discursos mais polarizantes no cenário político, portanto mais radicais no sentido de serem convocações ao conflito, são os que encontram espaço. Políticos moderados são calados. Perdem espaço. Nem sequer a população parece desejar ouvi-los” (2021, p. 214.) Julgamos que é essa polarização e radicalização que o tuíte de Nikolas Ferreira procura fomentar, ao polemizar frontalmente (o que não ocorre, por exemplo, no tuíte da figura 12, no qual Haddad usa a terceira pessoa “se quem deveria liderar...”) com uma oponente de posicionamento político oposto ao seu. O tuíte, na cenografia verbal, além de fazer uso da segunda pessoa evocando diretamente a imagem da deputada, usa o termo desqualificador “Amante”, e replica a frase do texto postado pela própria Gleise (Péssima atitude!) para colocá-la na posição que ela mesma denuncia.

⁴¹ Havia um contexto nacional de crise, principalmente política e social, e de acirramento dos conflitos. Os grupos conservadores e reacionários tinham medo de que ocorressem significativas transformações na ordem social, assim como a quebra da hierarquia entre as classes nessa sociedade, o que fez com que esses grupos se mobilizassem e disseminassem o seu ponto de vista de diversas maneiras (Arantes, 2018 p.40)

⁴² A Ação Integralista Brasileira (AIB), o maior movimento fascista do mundo fora da Europa entre os anos 1920 e 1940. Foi, também, o maior movimento popular de direita da nossa história—ao menos até o surgimento de Jair Bolsonaro. Em seu auge, a AIB contou com mais de 1 milhão de afiliados num país que passara fazia pouco dos 30 milhões de habitantes. (Doria 2021, p. 11)

⁴³ A ideia de que grupos opositores, como os comunistas, representavam um perigo foi utilizada como bandeira para a construção do 41 mito da ordem e para a consolidação de uma estrutura autoritária. (Arantes, p. 40-41)

Assim, não polemiza só com a sua oponente, mas com as ideias e elas e aquelas que ela representa enquanto partido e posicionamento político.

Nikolas, além de desqualificá-la como mulher perante o “terceiro” (seu público eleitor que reprova o adultério e as mulheres que o cometem com base em ensinamentos cristãos) recorre ao discurso direto digital (*print* de um texto) para comprovar que Gleise é contraditória ao criticar manifestações e participar delas. Esses recursos tecnodiscursivos que Paveau também chama de “tecnografismos” e que estamos atribuindo a parte da cenografia digital dos registros polêmicos no X, ajudaram, a nosso ver, a polarizar o debate no X sobre a obrigatoriedade das medidas protetivas como o uso de máscaras em locais públicos. Além de contribuir para a desqualificação de políticos filiados a partidos de esquerda que defendiam as medidas protetivas e a vacinação, bem como sua obrigatoriedade. Borrando-se as fronteiras como é próprio da internet (Maingueneau, 2010), entre o que é discurso político, científico e/ou sanitário.

A suposta contradição de Gleise Hoffman em criticar o deputado por participar de uma manifestação, em manifestar-se nas ruas e também ir a um evento desse tipo, mistura-se com a do deputado em criticar a ação adversária. Ignorando que na imagem utilizada por ele, ela usa máscara (conforme com o que ela defendia), Nikolas ignora também a data do protesto relacionado a Gleisi, ocorrido em junho, um mês antes da sanção da lei 14.019/2020 que obriga o uso.

Cumpre lembrar também que na cenografia digital do tuíte, Nikolas usa um *print* de uma postagem de Gleise na qual ele está sem máscara na rua. O que pode gerar o efeito de que ela é, sim, dispensável, até mesmo nesse tipo de evento, que pela quantidade de pessoas aumentaria a probabilidade de transmissão do vírus. Conforme preconizam as descobertas científicas e o decreto 14.019/2020, sancionado em julho de 2020 (meses antes do protesto no qual Nicolas participou desprotegido).

Vejamos outros registros do mesmo deputado também postados na página oficial do X:

Figura 15-Crítica à obrigatoriedade da vacinação



Fonte: *print screen* da página oficial do deputado Nikolas Ferreira na plataforma X (2020).

Figura 16-Exilamento de esquerdistas



Fonte: *print screen* da página oficial do deputado Nikolas Ferreira na plataforma X (2020).

No tuíte da figura 15, o enunciado entre aspas: “meu corpo, minhas regras” apela aquilo que Paveau (2021) denomina de *memória tecnodiscursiva* :

todo enunciado é assumido em múltiplas inscrições anteriores, concomitantes e também futuras, e delas tira seu sentido. (p. 267-268)

Nos universos discursivos digitais, as produções verbais se inscrevem literalmente nos ecossistemas de escrita que as registram. (p. 269-270)

Em contexto não digital, a relação de duas sequências por meio da autoridade da memória é realizada por um gesto de interpretação: efetivamente, se marcadores no fio do discurso podem indicar um apelo à memória (Paveau 2006), a decodificação do apelo memorial é feita na cultura do receptor. Em contexto digital, ao contrário, essa camada de sentido pode receber uma explicação por meio de um gesto tecnodiscursivo: um clique sobre um link hipertextual ou uma pesquisa a partir da palavra. (p. 277)

A memória tecnodiscursiva é acionada tanto pelo enunciador do registro quanto pelo leitor, por isso, surgindo a partir de uma técnica de produto. O enunciador se utiliza de rastros verbais que ele sabe que serão consultados, revisitados pelo seu leitor. Essa ação é chamada por Paveau (2021) de redocumentarização, pode-se utilizar tanto fragmentos textuais, ou rastros semióticos como vídeos ou fotos [...]. Trata-se de uma rememoração intertextual mediante rastros digitais. No caso acima, o rastro utilizado por Nikolas trata-se de uma frase usada em vários países para validar a liberdade das mulheres em campanhas como a da legalização do aborto. No Brasil foi muito usada nas redes sociais como o X, tanto em postagens feministas, como em posts humorísticos.

O deputado ao colocar a frase em aspas evidencia que aquele rastro verbal não o pertence, ativando a memória tecnodiscursiva dos internautas sobre o teor da frase difundida no X. Nikolas Ferreira associa o enunciado “meu corpo, minhas regras” a uma ruptura do valor cristão de defender à vida desde a sua concepção. O parlamentar, em um só enunciado, de apenas 83 caracteres (desconsiderando os espaços entre as palavras que também os são). Consegue, por meio de uma cenografia verbal de questionamento irônico, defender o direito cristão à vida e ironizar o direito da mulher sobre o corpo, resguardado pelo posicionamento pelo de esquerda, contrário ao seu. Ao mesmo tempo, em que consegue argumentar a favor da equiparação de tal direito à liberdade de escolher ou não ser vacinado.

O uso de “meu corpo, minhas regras”, como correspondente a “matar criança no ventre” faz parecer que o posicionamento defendido por mulheres, feministas, e a esquerda através desse lema é reduzido ao ato de abortar. A expressão, no entanto, surgida no Paquistão, refere-se ao contexto da luta pelos direitos das mulheres, sendo utilizada até os dias atuais em manifestações de pessoas que seguem esse espectro político. Para reivindicar a autonomia das mulheres diante das tentativas de corpos femininos.

Ainda assim, tal enunciado. Desse modo, constrói a ideia de que a esquerda prega a liberdade de matar crianças ao defender o aborto, utilizando-se do argumento do direito da mulher à liberdade sobre o próprio corpo, o que contraria as regras cristãs, que proíbem tal prática. Sendo assim, esse argumento também deve ser utilizado para pregar o direito de se vacinar ou não, expondo-se ao risco de morte, de forma igualitária. Novamente, perpassando as barreiras dos discursos político, científico e religioso, a imagem da mulher e de suas escolhas são questionadas e criticadas em favorecimento da defesa de um posicionamento, neste caso da liberdade de não se vacinar.

O tuíte da figura 16 remonta à ameaça comunista tão propalada pela Ação Integralista Brasileira, a qual é ligeiramente citada por Doria (2021). Como faz pouco mais de 30 anos que o mundo implantou uma nova ordem mundial pós-guerra fria⁴⁴, observamos que o comunismo o medo de uma ditadura comunista implantada pela esquerda ainda é um tema presente na memória de militares e civis e que, portanto, é também evocado pela extrema-direita brasileira.

Nesse sentido é que o tuíte que equipara esquerdistas à comunistas, é lícito lembrar

⁴⁴ A Guerra Fria marcou um conflito político-ideológico travado entre Estados Unidos e a ex-União Soviética (URSS) entre 1947 e 1991. Esse período polarizou o mundo em dois grandes blocos, um alinhado ao capitalismo e outro alinhado ao comunismo.

que ideologicamente o conceito de esquerda não é sinônimo de comunismo. Em Bobbio (1992) vemos que historicamente o ideal que mais caracteriza a esquerda não é a busca por um Estado-maior ou pautas de costumes, mas um “profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas”, diferentemente do comunismo que visa produzir uma sociedade sem propriedade privada, sem classes e sem dominação, constituindo um Estado unipartidário. Essa comparação entre esquerda e comunismo é, no entanto, comum nas narrativas da extrema-direita brasileira, sendo repetidas inúmeras vezes, inclusive em atos pró-Bolsonaro em inúmeras regiões do País.

03 dias depois da postagem desse tuíte (29 de outubro de 2020) o Brasil alcança a marca de 5,5 milhões de casos de Covid-19⁴⁵.

6.3 Primeiro semestre de 2021: Início da vacinação e trabalho⁴⁶.

No dia 17 de janeiro de 2021, a primeira vacina contra a Covid-19 foi aplicada no Brasil. A polêmica então centrou-se no incentivo à vacinação por parte de perfis de políticos com filiação partidária considerada à esquerda. Novos temas também surgiram, como a discussão sobre a volta às atividades presenciais que haviam sido suspensas por empresas e instituições trabalhistas em 2020 (mesmo com a desaprovação do presidente).

⁴⁵ Dados da plataforma SANAR, disponíveis para consulta pública em: <https://sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/#:~:text=O%20mundo%20registrou%20mais%20casos,%2C%20foram%2011,13>

⁴⁶ O último mês do primeiro semestre de 2021 é o segundo mês mais mortal e o que registra maior número de casos no estado de São Paulo, com 490 mortes diárias. (Dados da plataforma SANAR).

Figura 17-Incentivo a vacinação



Fonte: *print screen* da página oficial da ex presidenta Dilma Rousseff na plataforma X (2021).

O tuíte acima foi postado no perfil oficial da ex presidenta Dilma Rousseff filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT)T. Mobiliza em sua cenografia digital, além da cenografia verbal de autodeclaração (“Vacinada”) sobre ter sido vacinada e da tentativa de convencer ou direcionar o comportamento do usuário do X a também fazê-lo. Um módulo com uma fotografia de uma foto pessoal, na qual aparece sendo vacinada contra a Covid-19, a qual reforça todos esses sentidos.

. Além disso, há a utilização de *hashtag*, outro recurso tecnodiscursivo possibilitado pelo hipergênero X. Paveau a define como:

Segmento linguageiro precedido do signo #, utilizado originalmente na rede de microblogagem Twitter, mas adaptado em outras plataformas. Essa associação transforma o segmento numa tag clicável, inserida manualmente num tuíte, que permite acessar um fio que agrupa o conjunto dos enunciados que contém a hashtag. A hashtag é uma convenção mobilizada pelos usuários da rede (Kwak et al., 2010). É uma forma tecnolinguageira cuja função é essencialmente social, permitindo a afiliação difusa (ambient affiliation, noção proposta por Zappavigna, 2011) dos usuários, a technoconversacionalidade e a investigabilidade (searchability) do discurso. (Paveau, 2021. p. 223)

A *hashtag* permite que os usuários conectem-se de forma mais rápida e clara, ela cria filtros de assuntos. No X, ao incluir o signo # no início e junto de uma palavra, ela se torna clicável e associa-se a todos os outros registros que também possuem a mesma palavra, ou seja, que tratam do mesmo tema. As *hashtags* fazem com que toda a plataforma preste atenção em um determinado assunto. Assim, quando os usuários usam uma mesma *hashtag* em seus tuítes, elas tornam-se um aglomerado relevante, o algoritmo entende que a mesma palavra está sendo repetida muitas vezes e então ela “sobe” para os *trendings topics*⁴⁷ do *site*, ficando interminavelmente disponível para todos os usuários. Desse modo, no tuíte em questão, o emprego de três *hashtags*: “#VacinaParaTodos, #Vacinaja e #VacinaCovid” além de reforçarem os sentidos da cenografia verbal e da iconotextual, ainda atuam na massificação da defesa da vacina. As duas primeiras perpassaram o universo digital e foram utilizadas em campanhas (municipais e estaduais) pró-vacina em mídias como a televisão e o rádio. No X, ao digitar a #vacinaja somos, até o momento, direcionados para tuítes de autoridades, políticos e artistas que também incentivaram a vacinação contra a Covid-19. Vejamos abaixo alguns dos tuítes que encontramos ao clicar na *hashtag* #Vacinajá.

⁴⁷ No X, os *trending topics* são os assuntos mais comentados do momento. Juntam as palavras-chave usadas com mais frequência na rede social, em várias horas do dia. Seu objetivo é auxiliar os usuários a entender o que está ocorrendo de importante no mundo instantaneamente.

Figura 18– Vacinação da cantora Rita Lee



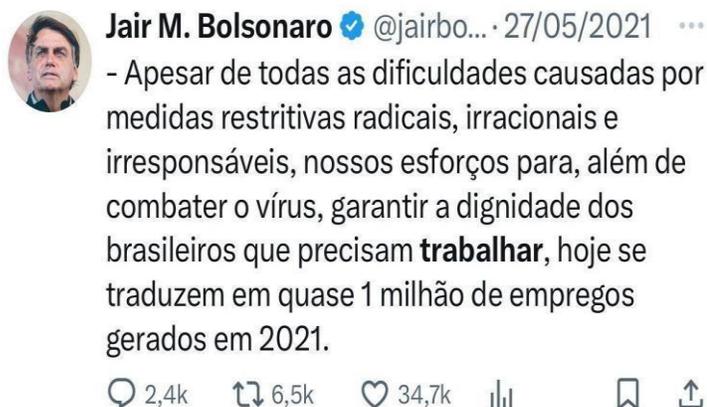
Fonte: *print screen* da página oficial do portal de notícias “Hugo Gloss” na plataforma X (2021).

Figura 19-Benefícios da vacinação em São Paulo



Fonte: *print screen* da página oficial do governador João Doria na plataforma X (2021).

Figura 20- Oposição às medidas restritivas



Fonte: *print screen* da página oficial do ex presidente Jair Bolsonaro na plataforma X (2021).

O tuíte da figura 21, trata das medidas protetivas como dificuldades impostas pelos supostos opositores do governo Jair Bolsonaro. O primeiro enunciado verbal salienta que há dificuldades impostas materializadas em medidas restritivas tidas como radicais, irresponsáveis... Os seguintes, (nossos esforços para ... hoje se traduzem ... 2021), trazem os resultados dos esforços do governo em gerar mais de um milhão de empregos durante o segundo ano de pandemia, para “além de combater o vírus”. Frisando a garantia da dignidade de um grupo específico, os brasileiros que precisam trabalhar.

Ao considerarmos a organização de tal sequência e o fato de estar posta no X, que tem limitação de caracteres, além do ano de postagem, que corresponde ao segundo ano da pandemia, é notória a utilização da estratégia “diversionismo” quando “em assembleias para impedir que se discuta ou se aprove algo (uma lei, uma resolução, etc.), ocupa-se todo o tempo ou desvia-se a atenção dos participantes para assunto diferente do que está sendo tratado”. Isso ocorre na medida em que o assunto “combate ao vírus”, a ser focalizado pelo presidente, em um momento como esse, aparece em um enunciado intercalado, ao qual é destinado um reduzido número de caracteres. Ao passo que as dificuldades encontradas impostas a ele aparecem na concessão, com

muito mais características, a fim de mostrar que elas não foram suficientes para anularem a sua ação de gerar empregos para um grupo específico de brasileiros que precisa trabalhar. Desse modo, o assunto principal fica “retraído” na intercalada, enquanto a polêmica com o opositor e as suas ações que fazem uma digressão em relação ao que deveria ser focalizado ganham espaço, e por tanto, evidência.

A crítica as medidas protetivas contra a disseminação do vírus Covid-19, recomendadas pela Organização Mundial como “radicais, irracionais e irresponsáveis”, associada a alegação de que o governo conseguiu gerar mais empregos, além de combater o vírus e garantir a dignidade dos brasileiros que precisam trabalhar. Pode ser associada a uma forte característica do fascismo: o aceno positivo e o apelo a um senso de comunidade. Doria, explica que:

Ocorre que o fascismo é muito particular. É o caminho pelo qual a extrema-direita captura a devoção daqueles que os comunistas chamavam proletários. O fascismo deixa a esquerda marxista sem discurso – em sua essência, é um nó tático. Porque se o proletário é o único que pode decidir sobre seu destino e ele escolhe o fascismo, como responder? E o fascismo acena com uma identidade positiva. O indivíduo não é proletário. Não é essa sua identidade – não são as condições econômicas que definem a pessoa. Sua identidade é ser da Itália. Um filho, uma neta, do Império Romano que inventou a Europa. A pessoa é especial. (Doria, 2021, p. 207)

Na cenografia verbal do tuíte não se vê a utilização do termo “proletariado”, usa-se a expressão “brasileiros que precisam trabalhar”, frisa-se também os esforços do governo, para garantir a dignidade deles através da geração de empregos. O tuíte apela para o senso de identidade do povo brasileiro que em sua essência sul-americana está atrelada ao trabalho. O que notamos na cenografia verbal (figura 21) é essa positividade moral da busca pela dignidade. O presidente não se refere aos trabalhadores, neste tuíte, como uma massa de pessoas que precisará ser exposta ao risco de morte para voltar a trabalhar, mas como brasileiros que precisam e querem prosperar por meio de seus ofícios. É positivo, é emocional, é nacionalista. Doria (2021, p. 207) ainda salienta que o fascismo difere do comunismo porque “oferece não a utopia da superioridade na revolução de depois, mas a utopia da superioridade do povo a quem você pertence agora”. Em outras palavras, apesar de fazê-lo mediante o apelo moral e religioso, o fascismo, assim como o comunismo busca a superioridade do povo, o fascismo é popular.

Notamos que o sucesso de implementação desse posicionamento é percebido na viralidade dos tuítes, Paveau a define como:

Pode-se defini-la como a associação de dois sub-parâmetros: a quantidade de emissores e receptores e a rapidez da propagação. Uma postagem em um fórum ou rede social, um tuíte, um comentário, será compartilhado com um número muito importante de receptores em pouquíssimo tempo, por meio dos dispositivos técnicos das plataformas

(listas de difusão, ficheiros, inscrições, assinaturas) e, sobretudo, devido à dimensão fractal do compartilhamento (um internauta compartilha, por exemplo, um conteúdo numa lista de 300 pessoas que podem, cada uma, compartilhar com 300 pessoas ou mais, e isto de maneira quase infinita). (2021, p. 72)

A viralidade é um aspecto que consideramos estar atrelado, neste caso, ao hipergênero X. Recentemente a plataforma tornou visível, além da quantidade de usuários que curtem, comentam e repostam os tuítes, a quantidade de perfis que o visualizaram. Se já imaginávamos que o algoritmo disseminasse os tuítes para uma infindável quantidade de perfis, agora podemos ter acesso à quantidade exata desses dados, como podemos atestar na figura:

Figura 21- Visualização da quantidade de perfis



Fonte: *print screen* da página oficial do ex presidente Jair Bolsonaro na plataforma X (2024).

Nos anos de 2020 e 2021, época na qual coletamos os tuítes para esta análise, o recurso ainda não estava disponível, porém é possível aferir e notar a adesão a eles pelas ferramentas disponíveis: comentários, *reposts* e curtidas. Ao considerarmos a figura 10, a 21 e a 22 O tuíte da figura 21 possui 2.400 comentários, 6.500 *reposts* e 37.700 curtidas, o tuíte da figura 22, 4.000 comentários, 5.600 *reposts* e 23.200 curtidas. Esses números indicam que os tuítes alcançaram a viralidade. O número de curtidas é o que demonstra maior adesão ao conteúdo dos tuítes, já que os comentários e os *reposts* podem ser utilizados para demonstrar apoio ao posicionamento, mas também para refutá-los, em uma espécie de redocumentarização.

Como veremos mais detalhadamente adiante. Voltando ao recurso “curtir”, ao somarmos os dois tuítes acima contabilizamos 60.900 curtidas, que representam na linguagem tecnodiscursiva do X “apoio”. E a soma de comentários, *reposts* e curtidas demonstram a viralidade, pois indicam que o tuíte foi encaminhado e disseminado para um número significativo de usuários, utilizando as noções de algoritmo que explicamos no tuíte da figura 10. Por exemplo, mesmo que o tuíte da figura 21 tenha sido repostado por usuários que discordam desse posicionamento, mesmo que esses usuários não tenham “curtido” o tuíte, mesmo que eles tenham refutado o tuíte utilizando o recurso “comentário”, ainda assim ele foi visto. Em outras palavras, ele viralizou.

6.4 O Segundo semestre de 2021: Medidas pós-vacinação (teste de Covid, escolha de tipos de vacina, máscaras e passaporte vacinal)⁴⁸

Após esse primeiro momento da vacinação analisado na subseção anterior (primeiro semestre de 2021) A polêmica passou a concentrar-se na obrigatoriedade (ou não) do uso de máscaras, da vacinação, da quarentena para indivíduos que quisessem adentrar o País, e do passaporte vacinal, medidas essenciais para manter o vírus que continuava alastrando-se, sob controle. Políticos de esquerda continuaram a se concentrar em argumentos a favor da vacinação e dessas medidas (com caráter obrigatório), e os políticos de extrema-direita dedicaram-se a refutar essa obrigatoriedade.

Figura 22- Recusa da vacina



⁴⁸ O Brasil termina 2021 com mais de 22 milhões de casos e 619.056 mortes por Covid-19 (Dados da plataforma SANAR).

Fonte: *print screen* da página oficial da deputada Erika Hilton na plataforma X (2021).

No segundo semestre de 2021, perante o alarmante crescimento de infectados e mortos, sendo junho o segundo mês mais mortal e o que registrou maior número de casos no estado de São Paulo em 2021⁴⁹. Erika Hilton, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), alinhado a esquerda, informa, na parte verbal da cenografia digital do tuíte da figura 25, que 86 pessoas em São Paulo assinaram um termo de recusa de uma vacina específica. Essa informação é reforçada, como aconteceu em tuítes de Randolfe e Hadad (figuras 13 e 14), por um módulo com um *link* que dá acesso a uma notícia jornalística, neste caso uma matéria do site “G1” sobre a situação em números oficiais.

Figura 23-Passaporte vacinal



Fonte: *print screen* da página oficial da deputada Erika Hilton na plataforma X (2021).

Na parte verbal da cenografia digital do tuíte da figura 23, Érika Hilton é abertamente a favor do passaporte vacinal, a deputada classifica-o como uma decisão acertada e óbvia. Defende a obrigatoriedade do passaporte que condicionava a circulação de pessoas mediante a sua apresentação em aeroportos, comprovando a vacinação do indivíduo que estivesse entrando no País. A medida basicamente teve como objetivo controlar o contágio separando os vacinados dos não vacinados, diminuindo o risco de infecção. O tuíte tem sua cenografia verbal reforçada nova-

⁴⁹ Dados da plataforma SANAR, disponíveis para a consulta pública em: <https://sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/#::~:~:text=A%20Sanar%20preparou%20uma%20linha%20de%202012%20milh%C3%B5es%20de%20caso>

mente através de um módulo da cenografia digital que “carrega” um *link*. Neste caso de uma matéria jornalística do portal UOL sobre a promessa do governador de São Paulo, João Doria, de tornar o passaporte vacinal obrigatório no estado, haja vista que o governo Bolsonaro a época se recusava a implementar a medida⁵⁰. Nota-se nessa primeira parte do enunciado verbal um claro posicionamento pró obrigatoriedade do passaporte vacinal, por parte da deputada filiada a esquerda brasileira e a evocação dos argumentos de outro político (considerado de centro-esquerda) sobre a necessidade dessa ação, através da divulgação junto ao seu tuíte de um fato concreto (a declaração do governador).

Na segunda parte do enunciado (Qualquer país que não deseje...). Considerando a afirmação da deputada de que os países que não desejem ser colônia de férias de anti-vacinas condicionam a entrada e circulação de pessoas mediante passaporte vacinal, Hilton polemiza. Pode-se interpretar, a partir desse enunciado, que a deputada alega que as pessoas que não aderem ao passaporte vacinal são anti-vacina (inclusive, mesmo que indiretamente, o presidente Bolsonaro, haja vista que a matéria utilizada na cenografia do tuíte, critica a sua postura de recusa ao passaporte, através das declarações de Doria). Uma afirmação (ser anti-vacina) que não encontramos em nenhum dos tuítes de políticos filiados a extrema-direita que se colocaram contra o passaporte vacinal.

Figura 24-Quarentena e teste negativo



⁵⁰<https://oglobo.globo.com/saude/doria-diz-que-sp-vai-adotar-passaporte-da-vacina-se-governo-bolsonaro-nao-implantar-medida-ate-dia-15-1-253>

Fonte: *print screen* da página oficial do senador Randolfe Rodrigues na plataforma X (2021).

Neste tuíte, Randolfe afirma que não “falar besteira” e “zombar da vida do povo”. As expressões “falar besteira”, “zombar da vida do povo”, “espernear”, fazem referência a falas de Jair Bolsonaro que vinha se manifestando publicamente contra o passaporte vacinal. O presidente chegou a declarar várias vezes na saída do Palácio do Planalto da Alvorada para a mídia televisiva e apoiadores, que o passaporte vacinal seria uma “coleira” imposta a sociedade brasileira e que jamais exigiria o passaporte vacinal⁵¹. Dentre outras declarações e atitudes tidas por boa parte da mídia e da população como um “zombamentos” relacionados a gravidade da pandemia.⁵² São exemplos as frases “não sou coveiro, tá?” e a vez em que o presidente imitou um paciente com falta de ar, um dos sintomas significativos da Covid-19. Na segunda parte do enunciado, Randolfe (Partido REDE, de esquerda) alega que quem for entrar no País precisará sim, fazer quarentena e que isso é uma grande vitória frente a um governo negacionista. A palavra “GRANDE vitória” em letras maiúsculas exalta a medida, que já havia sido implementada. E o termo “negacionista” polemiza, ao abertamente julgar e categorizar o posicionamento do governo federal frente a pandemia.

Figura 25- Saber-poder



⁵¹<https://www.poder360.com.br/poder-governo/governo/jamais-vou-exigir-o-passaporte-de-vacina-diz-bolsonaro-par-a-apoiadores/>

⁵²<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/sete-vezes-em-que-bolsonaro-foi-insensivel-ao-comentar-mortes-por-covid-19>

Fonte: *print screen* da página oficial do senador Randolfe Rodrigues na plataforma X (2021).

A cenografia verbal e digital dos dois tuítes comportam recursos tecnodiscursivos que já analisamos, o uso de maiúscula e o anexo de módulos que comportam *links* externos. Dentre os dois tuítes com *links*, o da figura 25 materializa-se associado a uma imagem clicável. Os *links* podem ou não aparecerem com imagens a depender da configuração do *site* de origem. Essa associação de mídias a textos, as quais já analisamos acima como possibilidades de cenografia digital dos registros no X, são o que Paveau chama de tecnografismos.

Essa característica funda a diferença entre as produções plurissemióticas ou multimidiáticas pré-digitais, associando várias mídias; e as que são elaboradas on-line, integrando várias mídias. Outra diferença reside no modo de fabricação dos tecnografismos: geralmente de natureza artesanal e artística off-line, mas sempre fruto de ferramentas digitais nos universos conectados. (2021, p. 334)

A imagem com o nome “FAKE” em letras grandes e maiúsculas no tom branco com fundo preto exerce a função de alerta, chamando mais atenção do que um *link* sem imagem, podendo aumentar a quantidade de *clicks*⁵³. Este tuíte (figura 25), contrapõe as *fake news* com o saber científico, elevando a ciência em “acreditem na CIÊNCIA!, fake news MATA!”. O *link* que compõe o módulo, complementa o discurso de poder científico, pois se trata de uma matéria jornalística sobre um artigo científico britânico, que supostamente havia associado a vacinação contra a Covid-19 ao desenvolvimento da AIDS. Essa matéria explica as considerações do artigo para desmentir essa associação, que já havia sido propagada por Bolsonaro⁵⁴.

A superioridade do poder científico também é utilizada no enunciado “Não acreditem em quem estava negociando propina ao invés de vacinas”. A vacina neste registro está atrelada a ciência, por isso detém poder e superioridade, pois o saber científico, neste caso, é o detentor da *vontade de verdade*, validada neste tuíte através da tecnologia de poder que os *sites* jornalísticos representam. Essa predominância da tecnologia de poder atrelada ao jornalismo é notada no Brasil, não apenas nestes sites, mas também ao jornalismo ligado as grandes mídias como a TV aberta. Vejamos o tuíte abaixo.

⁵³ Acessos.

⁵⁴<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/10/bolsonaro-faz-associacao-absurda-e-falsa-entre-aids-e-vacina-de-covid-dizem-especialistas.sht>

Figura 26-Suposta prisão por ausência de passaporte vacinal



Fonte: *print screen* da página oficial do deputado Eduardo Bolsonaro na plataforma X (2021).

Como resposta à obrigatoriedade do passaporte vacinal, a extrema-direita apelou para o argumento do direito à liberdade. Na cenografia do tuíte da figura 26, novamente utiliza-se do módulo com vídeos, além do módulo com a cenografia verbal. A cenografia verbal simula o “passaporte da vacina”, com a última palavra em negrito, como uma suposta ameaça à ordem pública, na medida em que qualquer pessoa que não o detiver ou não o estiver portando, poderá ser preso. Isso ocorrerá, inclusive, com mães acompanhadas de seus filhos pequenos que presenciarão a cena.

Notemos que a cenografia se inicia como o anúncio do que ocorrerá futuramente no Brasil (“Próximo passo do passaporte da **vacina**”) se houver obrigatoriedade do passaporte vacinal no Brasil, e a escolha do tempo verbal para apresentar essa consequência é o futuro do presente, justamente porque expressa ações que ocorrem no momento atual, ações habituais ou verdades universais, “será a prisão de mães na frente de seus filhos chorando”. Observemos ainda a ambiguidade estrutural na qual “chorando” pode se ligar tanto aos filhos quanto às mães. Além disso, recorre a uma pergunta que já contém a avaliação (“Ficou indignado?”) sobre o que está

sendo dito na cenografia verbal como também transmitido no módulo com o vídeo. A resposta do deputado a tal questionamento feito por ele mesmo, mostra que ele solucionará o problema, trabalhará para que tal ameaça categorizada por ele como “cenas tristes” não se repitam no Brasil. Durante a Revolta da Vacina⁵⁵, o médico Soares Rodrigues, que protestava contra a obrigatoriedade da vacinação, já se utilizava de argumentos desse tipo na medida em que alegava que a lei “arranca os filhos de suas mães, estas de seus filhos, para lançá-los nos horríveis hospitais; que devassa a propriedade alheia com interdições, desinfecções etc” (Sevcenko 1984, p. 11).

O vídeo contido na cenografia digital do tuíte de Eduardo, trata-se uma mídia postada por seu irmão, o senador Flávio Bolsonaro. O deputado escreve e destaca o termo “*repost*”, pois o vídeo em questão foi postado inicialmente por Flávio em outra plataforma (no vídeo podemos ver a “marca d’água” do Instagram com a foto e nome do perfil de Flávio acima). Para simular a cenografia de compartilhamento (repostagem) da plataforma X, Eduardo também tagueia o perfil do irmão, que apareceria se a postagem tivesse sido feita originalmente no X. Notamos neste caso, um módulo de outra rede social, com suas características tecnográficas parcialmente preservadas compondo a cenografia digital do tuíte.

O vídeo mostra filmagem de uma prisão em flagrante de uma mulher em espaço público com quatro crianças. Há também uma legenda na edição do vídeo com os enunciados “Polícia prende mulher por não ter passaporte de vacinação” e outra legenda com o substantivo próprio “Canadá”. Essas legendas nos explicam a situação e o lugar no qual ela ocorreu. Ainda observando as informações tecnográficas contidas no vídeo, notamos a presença do *user* (@novaeramidia) pertencente a um perfil no X. Não há nenhuma fonte televisiva associada ao vídeo que identifique o País de origem do vídeo ou que explique a situação. A presença do *user* na mídia, indica inclusive que ela (antes de ser repostada por Flávio no Instagram) foi postada ou associada a esse perfil do X (situado na web). Não conseguimos encontrar as fontes do vídeo para verificar se essa reportagem existiu como parte de uma programação televisiva ou aberta, por falta de fontes, além das já mencionadas. Nota-se, no entanto, o cenário tecnográfico de uma reportagem televisiva. Assim como vimos no tuíte da figura 9, no qual o vídeo simulava um jornal televisivo, embora se tratasse de um programa postado no YouTube e sem nenhuma ligação com a TV aberta. Ao trazer nesse módulo, essa cenografia “televisiva” além de criar um efeito de exemplo concreto

⁵⁵ levante popular que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1904, contra a campanha de vacinação obrigatória que visava acabar com a varíola.

do que tá sendo dito na verbal, veridicidade, seriedade do discurso jornalístico, etc. também faz um apelo popular. Ao trazer a mídia televisiva na rede social abrange-se a intenção de público. Nem todos usam a rede social X ou acreditam no que se diz nas redes sociais, mas muitos têm televisão e acreditam no que no que é transmitido nela. Esse tuíte ou *prints* dele (com apelo televisivo), podem ser facilmente e rapidamente compartilhados *offline* para um público diverso.

O tuíte comete então, através dessas cenografias, pânico moral, conceito referente a uma reação social desproporcional a um comportamento, grupo ou fenômeno percebido como uma ameaça aos valores e normas da sociedade. Essa reação é geralmente amplificada pela mídia, líderes comunitários, ou políticos, e pode resultar em medo e indignação coletiva. Podemos citar como exemplo o Rock and Roll nos anos 50, muitos acreditavam que o rock and roll corrompia os jovens, os levava a cometer imoralidades e delinquências, havia verdadeiro temor social, assim como há hoje em relação a certos vídeo-games violentos disponíveis a crianças. Pânicos morais podem resultar em legislações apressadas, repressão social, e estigmatização de determinados grupos ou atividades, mesmo que a ameaça real seja mínima ou inexistente. No caso do pânico instalado em 1904 sobre a vacina antivariólica, através de declarações como a de Soares Rodrigues citada acima (“lei que arranca os filhos de suas mães... Para lançá-los nos horríveis hospitais...”) e do propagado por meio do tuíte de Eduardo em 2021 (“Simplesmente desumano... passaporte da vacina será a prisão das mães na frente dos filhos chorando...”) uma semelhante propagação de temor sobre uma ameaça a família.

Figura 27- Projeto que impede a obrigatoriedade do passaporte vacinal



Fonte: *print screen* da página oficial do deputado Eduardo Bolsonaro na plataforma X (2021).

Neste tuíte, o deputado inicia a cenografia verbal com enunciados declarativos sobre uma atitude sua, e depois sobre seu projeto de lei. Em ambos os casos “Apresentei” (primeira pessoa) e “Meu PL” notamos o compromisso que o parlamentar prioriza ao defender a proibição do passaporte vacinal, a causa é colocada como uma bandeira, que beira a personalidade, ao observarmos a escolha de pronomes, que poderiam ter sido “Apresentamos” ou “Partido Liberal apresentou” e “O projeto de lei”. Eduardo expõe que seu projeto de lei visa impedir que estabelecimentos exijam o passaporte sanitários de cidadãos sob pena de multa, garantindo assim a liberdade e dignidade do povo.

A cenografia digital traz o uso das maiúsculas na escrita dos enunciados “APRESENTEI PROJETO HOJE PROIBINDO O PASSAPORTE DE VACINA”, em seguida o parlamentar salienta o argumento da liberdade ao salientar que seu projeto de lei multará estabelecimentos que exigirem o passaporte vacinal, pois isso garantirá a liberdade. Para reforçar

os sentidos construídos na cenografia verbal, recorre a outro módulo com uma imagem (uma espécie de cartaz informativo) que simula uma manchete com os dizeres em letras maiúsculas “LUTANDO PELA LIBERDADE, EDUARDO BOLSONARO APRESENTA PROJETO PROIBINDO PASSAPORTE DE VACINA NO BRASIL”.

Os enunciados da imagem estão em cor amarela em um fundo escuro. Ambos os recursos, se considerarmos que não são todos os tuítes que são escritos em letras maiúsculas e a página oficial do X é branca, também chamam à atenção do usuário. Além disso, ao usar uma imagem que simula o *print* de uma manchete, a cenografia digital repassa mais credibilidade, que não seria alcançada se ele apenas escrevesse as informações, que estão na imagem, na parte verbal. Embora não haja um *link* ou fonte de portal jornalístico na imagem anexada. Essa simulação gera, como já explicamos anteriormente, uma associação com as tecnologias de poder.

A liberdade defendida nos tuítes das figuras 14,15 e 27, não se trata da ideia de liberalismo de John Locke. Todos os liberalismos surgidos após e influenciados pelo proposto por ele pregam a liberdade individual, mas isto varia conforme o tempo e o lugar. Por exemplo, os ingleses acreditavam na segunda metade do século XIV que ninguém é livre se não possui renda que lhe forneça uma dignidade mínima, foi esse liberalismo que influenciou as fundações das democracias.

Porém, quando Eduardo Bolsonaro fala de liberdade, não se trata exatamente da mesma liberdade, desse mesmo liberalismo. Embora de algum modo se alinhe com ele na esfera econômica. A extrema-direita não assume uma posição abertamente antiliberal, fascista ou antidemocrática. Como vemos nos registros das figuras 20, 26 e 27, sua influência ocorre através da promoção da liberdade individual, da fé cristã, dos nacionalismos, da dignidade oferecida pelo trabalho, pontos sensíveis à sociedade brasileira alicerçada no cristianismo, com um breve passado agrário e monarquista. É com este apelo à liberdade individual e a recorrência ao recurso do pânico moral que pretende levar à população a recusar à vacina, a obrigatoriedade do passaporte vacinal e obviamente a deixar de ser vacinada, mas sem que os políticos ligados à extrema-direita assumam explicitamente esta última parte.

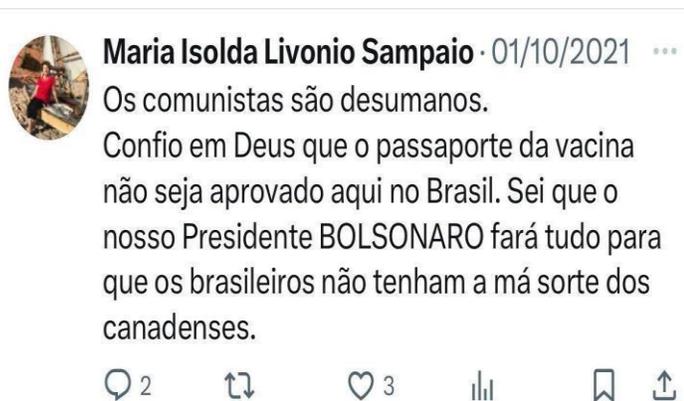
Movendo nossa análise para a observância da recepção do polêmico no hipergênero X, ancoramo-nos novamente na ideia de um “terceiro” descrita por Maingueneau, esse “terceiro” que se imagina convencer na enunciação. O autor, no entanto, não o estuda em um contexto tecnodiscursivo. Percebemos os efeitos dessa enunciação teatral através da viralidade dos tuítes,

como já mencionamos, mas também através dos comentários existentes nesses tuítes. Para Paveau, no âmbito tecnodiscursivo há vários tipos de comentários, mas sua principal característica é estar ligado a um discurso primeiro:

O comentário on-line é um tecnodiscurso onipresente na web e constitui, portanto, uma das principais formas dos discursos digitais nativos. Estruturalmente ligado ao discurso primeiro que ele predica, conforme modalidades bem diversas, inclusive não linguageiras, ele é, acima de tudo, um lugar de relacionalidade. Participando do modo de construção e de recepção do sentido do texto primeiro, ele emerge do processo de escrita própria dos discursos conectados (Paveau, 2021, p. 117)

Associados aos registros acima há por conviência das coerções do hipergênero X o *comentário discursivo* que segundo Paveau (2021), é aquele que se refere ao texto primeiro explorando acordo, desacordo ou polêmica, que traz prologamentos ou digressões. E o *comentário-compartilhamento* que no X, ocorre quando o usuário optar por repostar⁵⁶ o tuíte primeiro adicionando um comentário a ele. A fim de manifestar-se contra ou a favor do discurso primeiro. Vejamos abaixo dois tuítes com comentários sobre o tuíte da figura 26:

Figura 28 - Comentário discursivo



Fonte: *print screen* da página oficial do deputado Eduardo Bolsonaro (seção de comentário no tuíte da figura 27) na plataforma X (2021).

⁵⁶ O mesmo que compartilhar “dentro” do site.

Figura 29- comentário-compartilhamento



Fonte: *print screen* da página do perfil “Antônio José Cavalcante” na plataforma X (2021).

Os comentários (figura 28 e 29) foram retirados do tuíte de Eduardo Bolsonaro (figura 26). O primeiro foi postado utilizando o recurso “comentar” presentes no tuíte e o segundo, como explicamos, trata-se de um comentário possibilitado através do recurso de compartilhamento (*repost*). Não é nosso objetivo analisarmos os comentários de usuários “comuns” na plataforma, mas podemos perceber, na cenografia verbal de ambos os comentários, o medo a uma ameaça comunista (“Os comunistas são desumanos”-figura 28. “Corja comunista”-figura 29.), o apego a religião (“Confio em Deus”-figura 28. “Deus nos abençoe”-figura 29) e a desqualificação das medidas protetivas “famigerado passaporte vacinal”-figura 29). Em outras palavras, nota-se o apoio e envolvimento ideológico não só com o tuíte de Eduardo, mas com os posicionamentos reforçados nos tuítes polêmico de políticos de extrema-direita aqui analisados.

A nosso ver, os comentários não fazem parte dos registros polêmicos em sua constituição, visto que para haver polêmica o assunto e os posicionamentos sobre este assunto devem ser sempre públicos, o que pode não ocorrer quando usuários comuns se manifestam, pois seus perfis contemplam a possibilidade de serem privados⁵⁷. Porém, é inegável que os comentários de não políticos se associam aos registros polêmicos, possibilitando a análise da construção de sentidos pelos destinatários.

6.5 A dimensão semântica (Os posicionamentos)

6.5.1 Posicionamentos de políticos filiados a partidos de extrema-direita : Necropolítica velada por meio de diversionismo, atitude positiva, aceno ao passado, instalação de pânico moral e luta por liberdade.

A partir da análise das dimensões enunciativas e hipergenéricas, materializadas nesse corpus através das cenografias verbais e digitais e pelas coerções do hipergênero X, percebemos que os tuítes de políticos filiados a extrema-direita constroem seus posicionamentos de forma velada. Relembremos, por exemplo, o tuíte da figura 03. Esse tuíte ilustra o primeiro momento da pandemia, no qual Bolsonaro convoca o povo a se unir contra a doença ao mesmo tempo, em que a banaliza ao sugerir o uso de cloroquina, um medicamento ineficaz contra o novo corona.

Ao anunciar, em meio a outras ações do governo, que havia zerado o imposto de importação da cloroquina e explicar que essa ação ajudaria a população na luta contra o vírus. O presidente endossa e valida, já no início da pandemia, o uso de um medicamento sem eficácia comprovada contra a doença, que pode, inclusive, gerar efeitos colaterais até então desconhecidos em quem fizesse uso dele estando cometido daquela. Porém, em nenhum momento isso é dito ou assumido nos tuítes. Um fato amplamente divulgado na época. Entendemos que esse posicionamento visou manter o povo sob controle ao amenizar o real risco da pandemia no imaginário da população. Além de “mascarar” a facilitação da compra de cloroquina, pois “traz” a informação, dentre outras, apenas como mais uma medida do governo.

Vejam os trechos de um comunicado acerca do uso da cloroquina para tratamento da Covid-19, lançado pelo Conselho Nacional da Saúde (CNS) dois meses depois da postagem desse tuíte sobre a Covid-19:

Ainda existem lacunas de informação e conhecimento sobre o comportamento da Covid-19, tais como: as taxas de letalidade, potencial de transmissão, tratamento, existência de outros efeitos ou sequelas no organismo dos que foram infectados.

⁵⁷ O conteúdo das contas privadas no X só são acessados pelos perfis, com os quais o usuário escolhe compartilhar.

Até o momento, os resultados de pesquisas têm demonstrado que a Cloroquina e a Hidroxicloroquina podem não ser eficazes para tratar pacientes de Covid-19, incluindo pacientes com sintomas leves. Na verdade, as pesquisas vêm demonstrando o surgimento de graves e fatais efeitos indesejáveis, incluindo problemas cardíacos. Aqui estamos nos referindo a publicações em revistas renomadas como a *The New England Journal of Medicine*, *JAMA*, *The BMJ 1* e *The BMJ 2*“

(disponível online em: <https://conselho.saude.gov.br.br/ultimas-noticias-cns/1>)

Ao incentivar o uso da cloroquina, o presidente expõe a população ao risco de morte, devido aos efeitos colaterais do remédio. Dessa forma, acreditamos que essa atitude de expor pacientes ao risco de fazer uso de cloroquina e de disseminar informações que incentivam o uso do remédio no X, façam parte de uma ação necropolítica⁵⁸. Uma necropolítica, porém, contemporânea, que, a nosso ver, é disfarçada, “travestida” de valores, e que, por diversas vezes, acena para o passado, mas é feita aos moldes atuais, mediante recursos tecnodiscursivos.

Nesse sentido, Doria (2021), ao comparar Bolsonaro a Plínio Salgado⁵⁹, elenca semelhanças entre o fascismo imposto, no país, pelos Integralistas, nos anos 30, e as ações da extrema-direita brasileira, atuantes no governo de Jair Bolsonaro. Dentre elas, destacamos “O fascismo acena[r] com uma identidade positiva” (Doria, 2021, p. 207). Esse aceno positivo alicerçado por valores religiosos e morais foi observado em mais de um tuíte, assim como o incentivo a união da população frente a uma luta comum e da banalização da doença. No tuíte da figura 6, Bolsonaro ainda afirma ter obtido informações precisas de que o remédio estava sendo usado no Brasil com grande taxa de sucesso. Mesmo que não houvesse naquele momento e que ainda não haja comprovações científicas da eficácia da cloroquina no combate do vírus Sars-Cov 19, essa assertividade na escolha de palavras, como “precisas” e “sucesso”, associada ao último tópico do enunciado que tagueia o perfil da Anvisa, ajuda a construir a positividade da falamos, podendo agregar sentidos de confiabilidade a orientação ao uso do remédio, o que pode, consequentemente, levar a população a cumpri-la.

Considerando os dados da pesquisa publicada neste ano no periódico científico *Biomedicine e Pharmacotherapy*, que comprovaram que o uso da cloroquina para tratar pacientes hospitalizados com Covid-19 na primeira onda da pandemia, pode estar relacionado a cerca de 17 mil mortes em seis países, entendemos que o direcionamento/posicionamento dado no tuíte do perfil oficial do presidente também ser relacionado a causa de mortes durante essa primeira fase

⁵⁸ Conceito de Mbempe (2018) baseado na biopolítica de Foucault sobre controle da vida de corpos humanos. A necropolítica centra-se na destruição da vida de populações a partir do uso do poder político (necropoder).

⁵⁹ Chefe nacional da Ação Integralista Brasileira (AIB) nos anos 30.

do período pandêmico no Brasil. Esse estudo estimou que a taxa de mortalidade de pacientes hospitalizados que usaram a cloroquina foi de 11%, mas que essa taxa pode ser maior e mais alarmante. Os estudiosos explicam que a pesquisa contou com uma certa imprecisão devido à ausência de dados de alguns países. O Brasil foi um dos países que não forneceram dados de mortos para pesquisas relacionadas ao uso da cloroquina. Essa postura governamental gera uma reflexão acerca das omissões e ações governamentais na condução da pandemia, principalmente em relação aos danos causados pelos discursos promovidos pelos políticos filiados à extrema-direita.

Considerando o principal foco analítico de Mbembe (2018, p.10) no exercício de conceitualizar e caracterizar a necropolítica que segundo o autor trata-se das “formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Como ocorreu na escravidão, no holocausto ou nos conflitos modernos na Faixa de Gaza. Interpretamos a divulgação da cloroquina como alternativa ao tratamento contra a Covid-19, e a facilitação da produção e do acesso a esse remédio como ação que facilita a destruição dos corpos humanos (necropolítica), daqueles que foram influenciados por tais discursos.

O X foi usado para falar “diretamente” ao povo, sem precisar da intermediação de outras instituições, demonstrando traços de um governo populistas, assim como tentar construir uma identidade positiva, é característico, segundo Doria, de regimes fascistas. Além disso, a menção “a nossa luta” (tuíte da figura 3), pode remeter, segundo Fagundes (2012. p. 892), a práticas presentes tanto neste último como no nazismo, como “os rituais [ou seja] são momentos em que o povo-e, principalmente, os militantes são chamados a demonstrar e a reafirmar sua fidelidade com a causa”.

Outro aspecto significativo do posicionamento dos tuítes desses políticos de extrema-direita é o aceno ao passado, não se estuda história sem se considerar o presente e vice-versa. Notamos nos tuítes que a extrema-direita tende a ancorar-se em empreendimentos discursivos passados, inconscientemente ou não. Isso ocorre no tuíte da figura 10 e 17, neste último evoca-se a imagem do comunismo, que no passado assombrou o país com uma ideia de regime totalitário. A cenografia tenta descredibilizar e politizar a cobrança por vacinas contra o vírus da Covid-19 reduzindo-a a um elemento de disputa do grupo político de esquerda que foi “derrotado” nas eleições de 2018, equiparado-o pelo tuíte analisado, aquele da Revolta

Comunista de 1935, que, apesar de, na época, vencido, constitui, via memória discursiva, uma ameaça ao “povo brasileiro”. Desse modo, mostra-se, pela cenografia verbal da defesa de uma causa, que a vacinação não é pauta de uma maioria representada por ele e pelo grupo de extrema-direita que está no poder, mas apenas dos apoiadores do grupo político oposto, que, dessa forma poderia tomá-la primeiro, o que também lança suspeição sobre a vacina, e depois se autoexilar em um país (“Cuba”) cujo regime de governo fosse alinhado com as ideias dele. A palavra “Cuba” por remeter ao comunismo pode fazer retornar a memória da suposta “ameça” comunista”, ainda não tão distante da sociedade brasileira, o que pode fazer o usuário entender a vacina contra a Covid-19 não como medida de proteção à vida de todos, mas como algo prejudicial ligado a este grupo.

Já focalizando o tuíte da figura 10, os efeitos de sentido produzidos pela cenografia verbal desse tuíte fazem lembrar os fatos ocorridos no período da revolta da vacina, ocorrida em 1904 no Rio de Janeiro, tais como retratados por Sevckenko (2018). Segundo o autor, logo nos primeiros meses depois da aprovação da regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola, uma mulher falecera após ter recebido a vacina antivariólica e o médico responsável por atendê-la atribuiu a causa da morte a uma infecção generalizada (septcemia) resultante da vacinação. A partir disso, jornais da época, políticos contrários ao governo, jovens militares e a opinião pública hipertrofiaram a já existente recusa contra a vacina por parte da população portuária do Rio de Janeiro, mediante à promoção de desconfiâncias.

O impacto foi tamanho que o Dr. Osvaldo Cruz, diretor da saúde pública, jovem de 30 anos de idade, responsável por toda a campanha de saneamento da capital, e diretamente subordinado ao ministro da justiça e do interior, sentiu-se obrigado a intervir pessoalmente no caso. Reexaminou o cadáver, impugnou o atestado do médico legista da polícia, declarando-o de má-fé, visto seu autor ser positivista e simpatizante da resistência à lei contra a vacina. O episódio permaneceu obscuro, a causa do óbito tornou-se política. (Sevckenko, 2018, p. 13)

É essa mesma desconfiância que o posicionamento da figura 10 coloca na vacina contra a Covid-19, ao alegar que “O vírus veio da china, de lá vem a vacina.” O que se sabia sobre a vacina antivariólica em 1904 era que ela possuía o vírus em sua constituição, por isso as alegações de que ela poderia matar. Uma insinuação semelhante é feita neste tuíte, o tuíte induz a população a pensar que na vacina produzida na China há o vírus que também surgiu lá. Neste caso, porém, há o acréscimo na segunda parte do enunciado de uma teoria conspiratória, ao lembrar a “história do borracheiro” que colocava pregos na rua, busca-se supor que a China havia

espalhado o vírus para depois vender a vacina. É neste ponto que notamos a instalação de um pânico moral. A implantação deste “temor” social também ocorre no tuíte da figura 29. No qual o deputado Eduardo Bolsonaro, alega que mães serão presas na frente de seus filhos caso o passaporte vacina seja adotado, destituindo famílias, como também foi alegado por Soares Rodrigues em 1904.

Um outro posicionamento é o da busca pela liberdade, os posicionamentos criticam fortemente a obrigatoriedade de quaisquer medidas protetivas, alegando perda de dignidade e abusos. É possível novamente “voltar” a 1904 para fundamentar essa lógica. Na revolta da vacina, um dos argumentos utilizados como bandeira contra a vacinação antivariólica, foi o seu teor obrigatório, havia normas, métodos e recursos para a sua aplicação que ficava a cargo do ministério público, tudo regulamentado por lei. Sevckenko lembra que:

Os termos eram extremamente rígidos, abrangendo desde recém-nascidos até idosos, impondo-lhes vacinações, exames e reexames, ameaçando-os com multas pesadas e demissões sumárias, limitando as oportunidades de recursos, defesas e omissões. O objetivo era uma campanha maciça, rápida, sem nenhum embaraço e fulminante: o mais amplo sucesso, no mais curto prazo. Não se cogitou da preparação psicológica da população, da qual só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória. Infelizmente, não só para ela. (2018, p. 17)

A publicação e regulamentação dessas medidas rígidas agitaram, enfureceram e amedrontaram a população. Os líderes da liga contra a vacina obrigatória (órgão que tentava dirigir a população revoltada, fundada por Lauro Sodré, um dos líderes trabalhistas da época) perceberam isso e lançaram a população contra os governantes por meio de discursos inflamados que criticavam as medidas sanitárias. A população encontrou (em 1904) nesses discursos o respeito à sua condição de seres humanos, a vacina obrigatória feria a população que queria ser vista como gente. Nos tuítes das figuras 15 e 26, o direito a liberdade é colocado como uma alternativa a obrigatoriedade da vacina e do passaporte vacinal. Essa ideia de liberdade é posta como o caminho para se preservar a dignidade, assim como o direito ao emprego, como vemos no tuíte da figura 19, no qual o presidente Bolsonaro trata da “dignidade dos brasileiros que precisam trabalhar”. Em suma, os políticos filiados a partidos considerados de extrema-direita assumiram na pandemia um posicionamento discursivo que pode ter levado a população ao risco e conseqüentemente a morte pela Covid-19. O incentivo a um remédio ineficaz, a possível recusa da vacina, ao possível não cumprimento das medidas protetivas como o uso de máscara podem ter propiciado a morte de pessoas, cujo número não conseguiremos contar.

Esse posicionamento, porém, foi velado pelo diversionismo, por um forte apelo a uma determinada liberdade e dignidade, pintadas pelos posicionamentos como um ideal comum, e pela instalação de pânico moral. Fazendo ressoar um passado não tão distante da sociedade brasileira⁶⁰.

6.5.2 Posicionamentos de políticos filiados a partidos de esquerda : pró-vacina , pró-medidas protetivas e exaltação da ciência.

Os políticos filiados a partidos de esquerda posicionaram-se abertamente a favor da vacinação e das medidas protetivas para combater o vírus. Randolfe (figura 13) ao se posicionar contra o veto da lei que obriga o uso de máscaras em espaços públicos, aproxima-se do incentivo a obrigatoriedade do uso, configurando um aspecto da salubridade. Ao tratar da medicina social, um dos pilares da biopolítica⁶¹, Foucault explica que salubridade:

não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa - é o controle político-científico deste meio. (2019, p. 55)

A crítica à atitude do veto do presidente demonstra o que o deputado com filiação política à esquerda foi a favor da obrigatoriedade de medidas protetivas contra a Covid-19. As recomendações disseminadas por ele no X foram semelhantes às medidas propostas pela Organização Mundial da Saúde: o uso de máscaras, quarentena... (figuras 13, 23 e 24). Associamos estas medidas a noção de salubridade citada acima, ou seja, as medidas protetivas asseguram as condições necessárias a saúde pública e a vida, que por sua vez, são necessárias a implementação do exercício biopolítico.

O tuíte da figura 23 apoia a quarentena, medida que nos leva a formação da medicina social, Foucault (2019) ao dividi-la em três etapas, cita o cemitério dos Inocentes” que funcionava no centro de Paris, seu objetivo era amontoar os cadáveres daqueles que não tinham condições financeiras para pagar um túmulo individual, acontece que:

⁶⁰ Durante a epidemia de varíola, em 1904, no Rio de Janeiro, após os discursos inflados por políticos em detrimento a obrigatoriedade da vacinação: “em termos concretos, se fez logo sentir. Enquanto, no mês de julho, cerca de 23.021 pessoas haviam procurado os postos da Saúde Pública para ser vacinadas, no mês seguinte esse número cairia para 6.036. E isso em meio ao surto fortíssimo de varíola que devastava a capital. (Sevcenko, 2018, p. 13)

⁶¹ A noção de biopolítica surge do entendimento das relações entre a sobrevivência das populações e as ações políticas que as possibilita. Para Foucault o corpo é uma realidade política, a medicina, por sua vez, é uma estratégia política. Quando o biológico passa então a constituir o campo político, o poder passa a incidir sobre os seres vivos, administrando suas vidas. A biopolítica é dessa maneira o discurso que constrói o biopoder a fim de estabelecer poder sobre os sujeitos, povos, etc. (Foucault, 1997).

O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas casas provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia, etc. (FOUCAULT, 2019, p. 51, grifo do autor)

Diante dessa situação, para impedir que doenças se propagassem, implantaram o modelo médico e político da quarentena. Grandino (2022, p. 15 apud. Foucault, 2019, p. 52) a definiu como:

1º) Todas as pessoas deviam permanecer em casa para serem localizadas em um único lugar. Cada família em sua casa e, se possível, cada pessoa em seu próprio compartimento. Ninguém se movimenta.

2º) A cidade devia ser dividida em bairros que se encontravam sob a responsabilidade de uma autoridade designada para isso. Esse chefe de distrito tinha sob suas ordens inspetores que deviam durante o dia percorrer as ruas, ou permanecer em suas extremidades, para verificar se alguém saía de seu local. Sistema, portanto, de vigilância generalizada que dividia, esquadrinhava o espaço urbano.

3º) Esses vigias de rua ou de bairro deviam fazer todos os dias um relatório preciso ao prefeito da cidade para informar tudo que tinham observado. Sistema, portanto, não somente de vigilância, mas de registro centralizado.

4º) Os inspetores deviam diariamente passar em revista todos os habitantes da cidade. Em todas as ruas por onde passavam, pediam a cada habitante para se apresentar em determinada janela, de modo que pudessem verificar, no registro geral, que cada um estava vivo. Se, por acaso, alguém não aparecia, estava, portanto, doente, tinha contraído a peste era preciso ir buscá-lo e colocá-lo fora da cidade em enfermaria especial. Tratava-se, portanto, de uma revista exaustiva dos vivos e dos mortos.

5º) Casa por casa, se praticava a desinfecção, com a ajuda de perfumes que eram queimados.

A obrigatoriedade da quarentena em determinados casos, e defendida neste tuíte, como vimos, faz parte da construção da medicina social utilizada no pensamento biopolítico.

O tuíte da figura 24, trata-se do saber-poder, ao posicionamento está munido do discurso científico, as frases “Não acreditem em quem...” e “As vacinas disponíveis contra a Covid-19 são seguras e eficazes”, “Elas salvam vidas” precedidas do enunciado “acreditem na CIÊNCIA!” incentiva a vacinação associando-a a uma verdade maior, a ciência, palavra escrita em letras maiúsculas. A ciência é também exaltada no tuíte da figura 12, no qual é posta como um tipo de conhecimento superior em detrimento as atitudes e posicionamentos do presidente. São contrapostos, o posicionamento lido como negacionista e inferior associado ao presidente

“mentalmente perturbado, incapaz, negacionista” e o posicionamento científico “pronta resposta da ciência”. Sendo a ciência novamente tomada como superior, poderosa ou detentora da verdade.

Veamos, Foucault em “Arqueologia do saber” (2008) ao tratar da relação entre ciência e saber, explica que o saber é o “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar” (2008, p. 204), em outras palavras, entende-se que o saber é intrínseco ao campo científico, mas não se reduz a ele. O discurso científico está, então, atravessado pelo saber e pela ciência que são fatores determinantes para sua constituição, agregando-lhe o poder. Esse posicionamento foi reforçado pela adição de matérias jornalísticas e artigos científicos, materializadas pelos links dos *sites* que conferem credibilidade e poder, como observado na análise das cenografias. Foucault explica que são as tecnologias de poder que determinam o que é ou não verdadeiro através da vontade de verdade (2014, p. 14), definida, também por ele, como aquilo responsável por tornar ou não um discurso legítimo, a vontade de verdade é basicamente “um sistema de exclusão” (sistema histórico, institucionalmente constrangedor). Entendemos assim que a definição do que é verdade está ligada a noção de poder em Foucault. Esse saber-poder está ligado às instâncias como escolas, universidades e as mídias, neste caso representadas a esses sites usados nas cenografias dos tuítes. Como explica Navarro “o lugar midiático articula-se também com o saber e o poder” (2003, p.113).

O posicionamento pró-vacina é também percebido nos tuítes, como o da figura 20 que faz uso das *hashtags* #vacinajá e #vacinaparatodos, sucedido da indicação da queda dos números de infectados, mortos e internados pela Covid-19 após início da vacinação, reforçando o apoio a causa vacinal. Pode-se afirmar desta maneira que os políticos filiados a partidos de esquerda adotaram o posicionamento de incentivo a vacinação e as medidas protetivas, baseando-se em práticas da medicina social, que fundamentam atos biopolíticos. Tais como a vacinação a obrigatoriedade de medidas protetivas (máscaras, quarentena etc...). O incentivo a essas medidas, que visam, de certa maneira, controlar corpos humanos, podem ter propiciado a redução de mortes pelo vírus⁶².

⁶² <https://www.ifpb.edu.br/materias/pesquisa-comprova-reducao-de-96-44-nas-mortes-por-covid-19-devido-a-vacina>

7 CONCLUSÃO

Mobilizando o aparato teórico metodológico de Dominique Maingueneau acerca do registro polêmico. Tivemos em vista aplicar essa categoria ao âmbito digital, especificamente no X. A fim de analisar como as três dimensões do registro, se comportam ao se realizarem na plataforma. Diante do estado da arte e da prévia de análise do corpus, podemos afirmar que:

Embora o registro polêmico se afaste da conversação oral espontânea e por isso aproxime-se da lógica dos gêneros instituídos e, por consequência, da textualidade planejada, na web, ele sofre transformações em suas três dimensões;

Observamos que a *dimensão enunciativa* do registro polêmico (tida como a mais imediata) é construída na web, através da cenografia verbal e digital disponibilizada pela plataforma X. Haja vista que como dissertou Maingueneau (2016), na web é a cenografia digital que exerce o papel chave da encenação da comunicação. Notamos que a cenografia verbal e digital é, no X, também emergente, “plástica”, visível, portanto compõe a dimensão enunciativa. A verbal repete esquemas argumentativos e termos desqualificadores comuns ao registro polêmico presentes em gêneros instituídos. Esses esquemas e termos desqualificadores garantem o “tom polêmico” tradicionalmente observado na dimensão enunciativa. No X, no entanto, a realização da cenografia verbal atrela-se à dimensão digital existente na plataforma, como já havia observado Maingueneau sobre as cenografias dos blogs (2016). Sobre as cenografias verbais e digitais que compõe a dimensão enunciativa do registro no X, também, destacamos:

Ser a digital composta por determinados recursos da web 2.0 (sendo alguns deles observados e descritos por nós e outros, e de forma mais categórica, por Marie-Anne-Paveau). Tantos os recursos que associamos a dimensão iconotextual, quanto aos da dimensão reticular, exercem papel extremamente significativo na construção do registro polêmico. Sobre estes recursos, observamos: o tagueamento de perfis, que ora foi usado para evocar e afrontar adversários (, assim como a menção direta ao nome dos políticos) ora para conferir credibilidade as informações. As *hashtags* usadas para incentivar a vacinação, haja vista que ao utilizar determinada hashtag (neste caso #vacinajá e #vacina para todos) atribui-se força para este posicionamento dentro do hipergênero, colocando o assunto nos *trending topics*, recurso que põe em evidência os assuntos mais comentados na plataforma. O “fio” usado para facilitar e acelerar a leitura das informações, sejam verbais ou não, os módulos são facilmente acessáveis, basta que o usuário role os dedos para cima ou para baixo na tela.

Os módulos de vídeos usados para conferir credibilidade a cenografia verbal, ao simularem e relembrem jornais e reportagens televisivas. Os módulos com links, também utilizado para embasar argumentos. Os *prints* utilizados também para embasar argumentos, como é o caso da captura de tela do texto de Gleisi Hoffman, retirado do instagram e que funcionou como um discurso direto da crítica da deputada no tuíte de Nikolas (figura 14). O uso de maiúsculas e cores estratégicas para enfatizar ações ou informações.

Tratando especificamente da cenografia digital, alguns desses recursos são associados por nós a dimensão iconotextual (vídeos, imagens, *prints*, cores...) e outros a dimensão reticular (*links*, “fio”...), percebemos que os recursos desta segunda são predominantemente utilizados de forma diversa nos posicionamentos. Os políticos filiados a esquerda fazem uso de *links* de matérias jornalísticas e/ou de artigos científicos nas cenografias, mediante as possibilidades do X. Possibilitando ao leitor a construção de sua própria interpretação do que é defendido, ao poder acessar *links* de outras plataformas na internet, que podem ou não reforçar a cenografia verbal. Embora os links sejam utilizados para conferir credibilidade, esses tuítes “contam” com a capacidade interpretativa dos usuários, que serão direcionados para informações contidas em plataformas externas ao X.

Os políticos filiados a partidos de extrema-direita se utilizam do “fio” para alocar seus argumentos, sejam eles, construídos através de módulos com cenografias verbais, ou com imagens, ou com vídeos... Todos os módulos buscam manter o leitor “dentro” do tuíte. Não se direciona o leitor para plataformas externas, isso facilita e agiliza a leitura dos módulos e também faz com que interpretação fique reduzida ao que está exposto no fio, e o leitor pode ou não acreditar na veracidade das informações, mas há uma certa construção argumentativa “dada”. A veracidade nestes tuítes é construída através do tagueamento de perfis oficiais, vídeos de outras plataformas da internet (YouTube ou Instagram) que simulam mídias televisivas, *prints*, e imagens que simulam manchetes jornalísticas. É lícito salientar que esses *prints* ou vídeos de outras plataformas, também podem de certa maneira serem desassociados de informações e contextos importantes a interpretação das informações, pois ao realocar partes de mídias de outras plataformas e incluí-las como módulos de tuítes no X, há uma redocumentarização.

Notamos que esses tecnografismos pertencentes a cenografia digital, modificam a lógica da leitura tradicional do registro fora da web, pois obedecem a deslinearização da cenografia reticular. Entendemos que os recursos iconotextuais ou reticulares podem “ganhar”

protagonismo polemizando de forma tão significativa quanto a cenografia verbal, embora ambas sejam inseparáveis. Todos os recursos observados e analisados em nosso trabalho exercem influência no ato de polemizar, na força ilocucional da dimensão enunciativa. Seja para facilitar, tornar acessível e/ou “agilizar”, “acelerar”, solidificar, embasar a exposição dos posicionamentos, seja para desqualificar o posicionamento adversário, ou para alcançar a adesão do “terceiro” presente na dimensão teatral do registro polêmico, de forma mais interativa do que no registro polêmico realizável em gêneros instituídos.

Os recursos atribuem ao registro polêmico novas formas de pensar e realizar argumentos, de polemizar e de desqualificar o posicionamento adversário (possibilitando a leitura de informações que embasam os argumentos através da oferta imediata de matérias jornalísticas e/ou artigos, disponíveis em um “*click*”, trazendo para o corpo do texto módulos de vídeos ou *prints* que indiquem uma fonte que atribua credibilidade, “printando” textos escritos de outras plataformas como forma de discurso direto para replicar um argumento...) na busca da adesão de um “terceiro”.

Sobre a dimensão genérica, são as coerções do X que disponibilizam possibilidades de cenografias diferentes. Os módulos podem ser construídos com o anexo de vídeos, imagens, *prints*, links, *hashtags*, diferença de cores, etc. São muitos recursos postos à disposição na construção de diferentes cenografias verbais e digitais. Sendo todas possíveis devido à configuração variada do hipergênero X. Além dos recursos postos à disposição das cenografias, responsáveis por conferir o tom polêmico do registro (tagueamento de perfis, uso de letras maiúsculas, módulos de vídeos (Youtube) que simulam jornais televisivos sensacionalistas...), o X possui configurações que podem influenciar o polêmico: a viralidade, as *hashtags*, o algoritmo, os *trendings's topics*... são artefatos, nem sempre, presentes apenas neste hipergênero, mas que se associam a polemicidade quando analisamos o registro polêmico na plataforma.

Ao fazer uso das *hashtags* nos tuítes, se possibilita que o hipergênero reúna-os e os coloque em uma só “comunidade”, apresentada para todos os usuários da plataforma através dos *trending's topics*. Em outras palavras, o hipergênero fortalece a polêmica, pois permite a leitura e encontro dos posicionamentos semelhantes ou discordantes. O que é escrito posterior ao caractere # funciona como uma “bandeira” do posicionamento, um lema, que será evidenciado nos *trending's* se houver muitos tuítes com a mesma hashtag. Assim sendo, tanto os usuários que discordam de determinado posicionamento mostrado nas hashtags quanto os que concordam,

serão informados sobre a proliferação dele.

Entendemos que o hipergênero X exerce o papel do gênero indispensável aos textos polêmicos, pois dispõe de recursos e coerções que propiciam a existência do polêmico, sendo a web 2.0 o suporte e a internet o lugar de difusão. Não tratamos aqui de uma simples substituição, mas de uma transformação da lógica da genericidade. As coerções e recursos não são exclusivamente e majoritariamente nativos do X, podendo existir em outros sites da web 2.0. Porém, funcionam de forma única na plataforma, como a hashtag, surgida no X, expandida para o facebook e outras redes sociais, mas que só servem para reunir comunidades (através do *trending's topics*) em seu site de origem. E o “fio” que embora possa ser simulado em outros sites através do recurso “comentário”, também existente em outras plataformas, não funciona da mesma maneira. Pois a interface do X permite a agilidade, facilidade e “sensação” da continuação de um texto, apenas “rolando” os dedos na tela, sem que se precise clicar em nenhum ícone.

O hipergênero, permite também que o “terceiro” representado pelos usuários “comuns” da rede social possam interagir apoiando ou discordando dos posicionamentos opostos envolvidos na polêmica, através das funções “curtir, repostar ou comentar”. As curtidas indicam na linguagem do X apoio, concordância, os *reposts* e os comentários podem ser utilizados para apoiar ou refutar posicionamentos. Diferentemente de como ocorre nas polêmicas observadas em artigos críticos, nos quais a refutação precisa do tempo da escrita, publicação e divulgação em jornais, revistas, sejam impressas ou eletrônicas. O X permite, através desses recursos (curtidas, *reposts* e comentários), o monitoramento simultâneo do grau de sucesso de implementação dos posicionamentos, no que se refere a adesão do “terceiro” (como observado nos tuítes das figuras 27e 28). O X, também torna a polêmica mais atualizável no que tange ao “ataque” e a refutação entre os posicionamentos, também devido à simultaneidade das interações que a plataforma permite.

Os termos desqualificadores da verbal, também presentes nos registros polêmicos fora da web, materializam-se através do *flamming* (assédios verbais) que compõe a ciberviolência qual fala Paveau (2021), há também, uma tendência no tipo de *flamming* cometido pela extrema-direita e pela esquerda. A primeira focaliza os assédios na moral dos políticos, visando atingir deficiências morais. Como é o caso do tuíte da figura 14, no qual a imagem de Gleisi como mulher é atacada, ao ser posta como “amante”. Do tuíte da figura 15, no

qual a pauta feminista, representada pelo lema “meu corpo, minhas regras” foi associada a assassinato de crianças ainda no ventre. E do tuíte da figura 25 que qualifica a obrigatoriedade da vacinação como uma ação que destruirá famílias, ao prender mães na frente de seus filhos.

Notamos que assim como descreve tradicionalmente Maingueneu, há uma indissociabilidade das três dimensões do registro polêmico, as novas configurações das duas primeiras e mais imediatas influem na forma de construção dos posicionamentos mais profundamente percebidos na observância da dimensão semântica. O hipergênero permite com que os simulacros sejam construídos em uma temporalidade inédita quando comparada à das polêmicas gestadas na mídia impressa. O X, dessa maneira, parece “convidar” seus usuários a construir registros polêmicos, haja vista a rapidez de produção e recepção, fracas coerções genéricas, facilidade de escolha de interação simultânea. Recurso as *hashtags* e *trending topics* que reúnem os posicionamentos semelhantes apresentando-os para todo o site, a possibilidade de inserção de mídias externas (como vídeos do YouTube) que podem embasar argumentos.

Sobre a dimensão semântica, mais especificamente no que concerne aos posicionamentos de políticos filiados a extrema-direita, PL (Partido Liberal) e PSL (Partido Social Liberal) sobre polêmica acerca da pandemia de Covid-19. Ela não se separa de problemáticas como o uso de fake news, desinformação, despersonalização e desqualificação de instituições públicas e humanitárias, “esvaziamento” do discurso científico pelo discurso político, ascensão do populismo, etc... Observamos, no entanto, de forma mais sólida e concisa certos posicionamentos mais pontuais.

Lembrando Doria “Nós, brasileiros, tendemos a reagir de uma mesma forma perante situações similares” (2021, p.212). Nos deparamos em 2020 com um cenário político, econômico e ideológico parecido com o que enfrentamos nos anos 30, um povo sedento por ordem em ambos os casos, havia insegurança profissional e econômica, embora em proporções diferentes. Em 2020 a ofensiva neoliberal já vinha desestabilizando a base social da Esquerda, criando espaço para a ascensão do populismo que se hipertrofiou durante o período pandêmico. A classe trabalhadora, insegura de seus ideais, dos caminhos que a economia, tomou, tornou-se propensa a discursos extremistas, já conhecidos por nossos antepassados. A noção de pertencimento a uma comunidade, a instalação de pânico moral relacionado a uma vacina, a religião como balança para julgar e sanar problemas urbanos, o conservadorismo, o liberalismo, o apelo a liberdade de expressão, de escolha, a ameaça comunista... nenhum desses tópicos argumentativos são

inéditos, a história os conhece do fascismo italiano gerador da versão tupiniquim do regime no Brasil.

A história os conhece do Integralismo brasileiro e da revolta da vacina ocorrida em 1904 no Rio de Janeiro. Essa extrema-direita representada pelo governo de Jair Bolsonaro não idealizou, mas reavivou temas sensíveis a nossa sociedade de passado agrário, católico, operário para a tomada de apoio. O que percebemos durante 2020 e 2021 trata-se do investimento desses temas na construção de uma necropolítica contemporânea. Não estamos entendendo necropolítica apenas como as formas e destruição em massa de pessoas (genocídios) através de armas de fogo ou destrutivas como propõe Mbembe (2018), mas também a facilitação e criação de situações que ameacem à vida de populações. Munidos dos esquemas identitários (citados acima) a extrema-direita exerceu um posicionamento anti-vacina e anti-medidas protetivas de forma velada, não assumida, como também ocorreu em nosso passado recente, durante a revolta da vacina, que inclusive a época também foi baseado no argumento da liberdade de escolha.

O argumento principal do posicionamento anti-vacina é a ideia de que a vacinação é de eficácia duvidosa, de que a imposição da vacinação e das medidas protetivas como as máscaras e o passaporte vacinal são abusivas e ferem a liberdade do indivíduo. Que por sua vez foi, no passado, e é supostamente tratado até hoje, pela extrema-direita, não como um mero operário, mas como um cidadão. O indivíduo é integrante de uma nação que precisa se unir para impedir que forças autoritárias minem suas origens, crenças e no caso da polêmica em volta da pandemia, sua dignidade e liberdade de escolha.

A esquerda, representada em nosso corpus por políticos filiados aos partidos: PT (Partidos dos Trabalhadores), REDE (Rede e Sustentabilidade) e PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), e constituída em sua base por ideologias como o socialismo científico, em 20/21 assumiu o posicionamento contrário: o pró-vacina e pró-medidas protetivas. Observamos nos registros a disseminação de medidas sanitárias utilizadas nas origens da medicina social descrita por Foucault (2019), tais como o uso de máscaras, a quarentena, a vacinação. Além da propagação dessas medidas que associamos a biopolítica, pois visam manter e controlar a vida de corpos humanos. Notamos, ainda, o recurso da ciberviolência descrita por Paveau, e incluída por nós como característica da dimensão semântica do registro polêmico no X. Os registros, além de construírem posicionamentos a favor das medidas de controle e manutenção da vida humana. Também desqualificaram o posicionamento adversário recorrendo ao uso de insultos

característicos da ciberviolência.

Os termos desqualificadores que compõe a ciberviolência, também presentes nos registros polêmicos fora da web, materializaram-se através do *flamming* (assédios verbais) em ambos os posicionamentos, notamos, no entanto, uma tendência no tipo de *flamming* cometido pela extrema-direita e pela esquerda. A primeira focaliza os assédios na moral dos políticos, visando atingir deficiências morais. Como é o caso do tuíte da figura 14, no qual a imagem de Gleisi como mulher é atacada, ao ser posta como “amante”. Do tuíte da figura 15, no qual a pauta feminista, representada pelo lema “meu corpo, minhas regras” foi associada a assassinato de crianças. E do tuíte da figura 25 que qualifica a obrigatoriedade da vacinação como uma ação que destruirá famílias, ao prender mães na frente de seus filhos. Os políticos filiados a esquerda focalizaram os assédios munindo-se da desqualificação da capacidade intelectual e/ou desumana de seus adversários. Observa-se pelos termos “mentalmente perturbado”, “incapaz” (figura 12), “genocida” (figura 13).

Ambos os posicionamentos observados na dimensão semântica (anti e pró-ciência) foram construídos através da enunciação realizada através das cenografias verbais e digitais do X, que por sua vez só são possíveis, pois o hipergênero permite que o hipertexto (tuíte) seja construído por uma variedade de cenografias. Transformando a lógica de construção dos posicionamentos envolvidos no embate discursivo no X, pois ganham a adesão de recursos tecnodiscursivos nativos da web. Estender o entendimento do funcionamento do registro polêmico, observando sua realização no hipergênero X, nos permitiu entender como os recursos tecnodiscursivos (módulos de vídeos, links, imagens, “fio”, viralidade, *hashtags*, *trending's topics*) servem aos dois posicionamentos opostos da polêmica sobre vacinação, medidas protetivas, tratamento precoce e passaporte vacinal.

Entendemos como eles transformam a realização das três dimensões do registro e conseqüentemente transformam o modo como os simulacros e os posicionamentos são construídos. A construção e leitura dos argumentos não é mais linear, como num artigo crítico ou jornal, no X pode-se direcionar a forma como seu leitor lerá, limitando ou expandindo a leitura, através dos links ou das informações “dentro” do “fio”. Se agiliza e se populariza a construção e leitura dos registros, a através da inserção de vídeos ou imagens. Se desqualifica o outro através de uma nova forma de réplica, como ocorre no *print* de textos, configurando um novo tipo de discurso direto. As novas formas de argumentar são muitas, embora nosso trabalho não tenha se

detido em todas as possibilidades. Ao entender o funcionamento do registro no X fizemos jus ao próprio ofício do analista do discurso, que necessita atualizar sua “caixa de ferramentas”, como salienta Maingueneau (2020) a medida que seu objeto também se transforma, em nossa análise.

. Entendemos que se pode fazer exercer o necropoder através da manipulação da web 2.0, o hipergênero X pode ser tido como uma máquina de destruição de corpos no caso da polêmica em torno da polêmica sobre a vacinação contra a Covid-19. Sendo este exercício travestido de ideologias oriundas de um passado fascista, nacionalista, religioso, militarista, conservador. Através da análise dos traços tecnodiscursivos das dimensões enunciativa e hipergenérica, e através da revisão da história, que não é apenas o estudo do passado, mas a explicação do presente. Afirmamos ser, o conjunto de registros polêmicos produzidos por políticos de extrema-direita durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, uma espécie de necropolítica contemporânea, na qual o estado não necessita tocar fisicamente em armas de destruição em massa, apenas manejar tuítes. Já os registros pró-vacina e pró-medidas protetivas de políticos filiados a esquerda, também transformados e inflados pelos recursos disponíveis no hipergênero X são classificados por nós como exercício biopolítico. Esses disseminaram medidas a favor da contenção da proliferação e da prevenção do vírus, como o uso de máscaras, o isolamento social, passaporte vacinal e a vacinação. Em suma, quando entendemos o funcionamento do registro polêmico no X, evoluímos, ampliamos e sofisticamos o exercício da análise do discurso de esclarecer e combater identidades letais a vida ética e epistemológica em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. H. N. Discurso e polêmica num debate político. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.37, p.129-143. 1994. Disponível em: revistas.usp.br/rieb/article/view/71231. Acesso em: 21 abril. 2021.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 7 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

CAVALCANTE, Sylvania. A interincompreensão e o embate entre os internautas pró-bolsonaro e pró-petistas na rede social facebook. **Porto das Letras**, Tocantins, v. 7, n. 1, p. 50-65, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/7969>. Acesso em: 30 jul.2021.

CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. Considerações sobre a constituição de corpus em Análise do Discurso. **Estudos Linguísticos**, São Paulo. 1978, v. 44, n. 3, p. 1087-1096, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1040>. Acesso em: 29 Jul.2021.

CAMPOS-DOMÍNGUEZ, Eva. Twitter y la comunicación política. **Profesional de la Información**, Espanha, v. 26, n. 5, p. 785-794, 2017. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2017.sep.01>. Acesso em: 20 Jul.2021.

COSTA, Sayonara Melo. **Tweet: reelaboração de gêneros em 140 caracteres**. 2012. 119f. – Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8258>. Acesso em: 30 jul.2021.

DA SILVA, Edvania Gomes; SILVA, Alessandra Souza. Polêmica discursiva nas manifestações anti e pró governo Dilma Rousseff. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 45-62, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646153>. Acesso em: 1 Jul.2021.

DE ALMEIDA, Carlos Henrique Silva; DO CARMO, Anderson Braga. Discurso, negacionismo e significação: Análise discursiva da hastag# vacina não no twitter. In. SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG CAMPUS SUDOESTE-QUIRINÓPOLIS,1.,2023. v. 2, Goiais, **Anais** [...] Goiais, 2023, p. 124-131. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=DE+ALMEIDA%2C+Carlos+Henrique+Silva%3B+DO+CA+RMO%2C+Anderson+Braga.+TC03+DISCURSO%2C+>

DEMÉTRIO, Alana Kercia Barros; COSTA, Maria Helenice Araújo. Oralidade e escrita: o hibridismo no Twitter. **Revista Entrepalavras**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 98-108, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23769>. Acesso em: 20 jul.2021.

DORIA, Pedro. **Fascismo à brasileira: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo**. São Paulo: Planeta, 2020.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySJcgmX3VS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 Jul.2021.

EHMSEN, Stefanie; SCHRENBURG, Albert. **A ascensão da direita na Europa contemporânea**. São Paulo: Editora Exemplus, 2023.

EHMSEN, Stefanie; SCHARENBERG, Albert. **A nova direita: ataques à democracia e ao bem comum**. São Paulo; Fundação rosa Luxemburgo, 2018.

FREITAS, Maria Leidiane Tavares. **Narrativas de si em cena: a dramaturgia das interações no Twitter**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14476>. Acesso em: 18 jul.2021.

LEVIN, Yuval. **O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e da direita**. Editora Record, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. **Letras de hoje**, Rio Grande do Sul, v. 53, p. 321-330. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/32914>. Acesso em: 29 Jul.2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 7. Ed. São paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Gêneros do discurso e web: existem os gêneros web. **Revista da ABRALIN**, São Paulo. v. 15, p. 135-60, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=G%C3%AAneros+do+discurso+e+web%3A+existem+os+g%C3%AAneros+web%3F+Dominique+Maingueneau&btnG=. Acesso em: 29 Jul.2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. 2.ed. São paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. A análise do discurso e suas fronteiras. **Cadernos de Linguística**. Matraga, rio de janeiro, v.6, n.1,p. 55-70, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo. 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 2017.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jakson Alves de; MIOLA, Edna. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. *In: Encontro Anual da ANPOCS*, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais [...]** Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012. p. 1-27. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20799>. Acesso em: 20 jul.2021.

MBEMBE, A. Necropolítica. **"Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte."** São Paulo: n-1edições (2018).

MENDES, Maria das Dores Nogueira. A politização do discurso científico em tempos de Pandemia. *In: Colóquio Discurso e Práticas Culturais*, 2, 2020, Fortaleza. **Anais do II Colóquio Discurso e Práticas Culturais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) – Departamento de Letras Vernáculas (DLV) – Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais (Grupo Discuta), 2021. Disponível em: <https://grupodiscuta.ufc.br/pt/publicacoes/anais-do-coloquio-discurso-e-praticas-culturais/v-2-2021-edicao-atual/> . Acesso: 26 nov.2023.

MENDES, Maria das Dores Nogueira; MATOS; Wesley Vieira. Filosofia e ciência em polêmica sobre (a origem) da linguagem. **Estudos da Língua(gem)**, Minas Gerais. *[S. l.]*, v. 19, n. 3, p. 149-170, 2021. DOI: 10.22481/el.v19i3.8623. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/8623>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NOGUEIRA, Jaqueline Aparecida. A polêmica como intercompreensão em embates discursivos do espaço virtual. *In: Discurso e Cultura*, São Paulo: Blucher, 2015, p.25-38.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do Discurso Digital: Dicionário de Métodos, Conceitos e teorias**. 1 Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

POSSENTI, Sírio; BITTAR, Ana Luiza Barreto. Discursos sobre cotas no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, São Paulo. v. 58, n. 1, p. 113-137, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646157>. Acesso em: 19 jul.2021.

REZENDE, Breno Rafael Martins Pereira. Polêmica discursiva e intertextualidade: em pauta o compartilhamento de notícias na rede social. **PERcursos Linguísticos**, Espírito Santo. v. 6, n. 13, p. 21-36, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/13542>. Acesso em: 30 jul.2021.

RECUERO, Raquel .,ZAGO,Gabriela., & Toledo, MARCO. O discurso dos Protestos BR: análise de conteúdo do Twitter. **Galáxia**, São Paulo, v. 14, p. 199-216, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/qqn8tdz3Nfxs3GvjfkdS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 jul.

RUFINO, Airtiane Francisca; OHANA, Andrezza; TABOSA, Hamilton Rodrigues. Twitter: a transformação na comunicação e no acesso às informações. *In* : XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2009, Fortaleza. **Anais** [...] Fortaleza, Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24467>. Acesso em: 20 Jul.2021.

SENA, André; RODRIGUES, Mariana. Pandemia e Estado Necropolítico: um ensaio sobre as Políticas Públicas e o agravamento das vulnerabilidades da população negra frente a Covid-19. **Revista Fim do mundo**, São paulo. n. 4, p. 133-154, 2021.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo : SciELO-Editora UNESP, 2018.

SILVA, Edvania Gomes da. Aforização e Religião: circulação de enunciados na internet. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo. v. 29, p. 423-441, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/NL3zNCmVCFN649tcpNTXLFv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 Jul.2021

SILVA, Evilásio do Nascimento. **Do destacamento de enunciados à produção de discursos sobre língua: as dimensões de uma polêmica midiática**. Orientadora: Maria das Dores Nogueira Mendes. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/67091?mode=full>. Acesso em: 26 nov.2023.

VICTOR, Cilene; SOUSA, Cidoval Morais de. **A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação**. Paraíba: EDUEPB, 2021.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; DE MELLO, Letícia. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro. v. 12, n. 2, p. 1053-1083, 2020.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica**. 1997. 200f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269198>>. Acesso em: 23 jul. 2018.